**FACULDADE EVANGÉLICA DE RUBIATABA**

**CURSO DE DIREITO**

**EDMARA CAROLINNA GOMES DA SILVA**

**A APLICABILIDADE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E A REINCIDÊNCIA DE ADOLESCENTES NA PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS NA CIDADE DE ITAPACI-GO.**

**RUBIATABA-GO**

**2019**

**EDMARA CAROLINNA GOMES DA SILVA**

**A APLICABILIDADE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E A REINCIDÊNCIA DE ADOLESCENTES NA PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS NA CIDADE DE ITAPACI-GO.**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Direito da Faculdade Evangélica de Rubiataba, sob orientação do Professor Mestre em Direito, Márcio Lopes Rocha.

**RUBIATABA-GO**

**2019**

**EDMARA CAROLINNA GOMES DA SILVA**

**A APLICABILIDADE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E A REINCIDÊNCIA DE ADOLESCENTES NA PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS NA CIDADE DE ITAPACI-GO.**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Direito da Faculdade Evangélica de Rubiataba, sob orientação do Professor Mestre em Direito, Márcio Lopes Rocha.

**MONOGRAFIA APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA EM 14/07/2019.**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Mestre em Direito, Márcio Lopes Rocha**

**Orientador**

**Professor da Faculdade Evangélica de Rubiataba**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Especialista em Docência Universitária e Direito Público, João Paulo da Silva Pires**

**Examinador**

**Professor da Faculdade Evangélica de Rubiataba**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Mestre em Filosofia da Arte, Amarildo Fernandes Pessoa**

**Examinador**

**Professor da Faculdade Evangélica de Rubiataba**

Dedico este trabalho, primeiramente, à Deus, que foi um verdadeiro guia e fonte de força nos momentos difíceis. Aos meus avós, Antônio Gomes Tição (*in memoriam*) e Maria Leopoldo do Carmo (*in memoriam*), que sempre me ofereceram palavras de incentivo. E, por fim, ao meu namorado e a todos os meus familiares e amigos que, verdadeiramente, torceram pelo meu sucesso.

**AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço à Deus, por ter me concedido saúde, força nos momentos difíceis e por ter sido o meu guia durante toda essa trajetória.

À minha mãe, Mercedes Gomes Tição e aos meus dois irmãos, João Pedro Gomes da Silva e João Paulo Gomes da Silva, que sempre fizeram o possível e o impossível para que eu concluísse este curso com êxito e por terem me ajudado sempre que precisei.

Aos meus avós maternos, Antônio Gomes Tição (*in memoriam*) e Maria Leopoldo do Carmo (*in memoriam*), que sempre me deram apoio e incentivo, que sempre acreditaram em mim e torceram pelo meu sucesso. Foram eles que nunca me negaram uma palavra de conforto e sempre me aproximaram de Deus.

Em especial, agradeço ao meu namorado, Augusto César Soares Aranha, por todo o amor, carinho e confiança depositados em mim e, principalmente, por entender a minha ausência em alguns momentos importantes de sua vida. Ele foi o meu suporte, me fazendo seguir em frente e aguentando firme todos os meus momentos de extremo cansaço e estresse.

Ao meu orientador, Mestre em Direito, Márcio Lopes Rocha, que além de professor, foi e continuará sendo um grande amigo que dividiu comigo seus conhecimentos e desempenhou uma brilhante orientação para a confecção desta monografia.

Aos meus colegas de sala, Gustavo Pereira dos Santos, Lorranne Karla Sousa Andrade, Maksney Venancio de Almeida e Talita Rodrigues Emídio, por terem tornado essa longa caminhada mais leve e por todas as alegrias que me proporcionaram todos esses anos.

À minha prima, Sophia Fernandes de Almeida, por ter vibrado com cada uma das minhas vitórias.

Ao meu amigo, João Vitor Pereira Porte, por ter me transmitido sua experiência, por ter sanado muitas de minhas dúvidas e por todas as conversas e momentos divertidos que vivemos juntos.

A todos os professores que contribuíram com a minha vida acadêmica. Foram eles que, com dedicação, sabedoria e paciência, me ajudaram a chegar até aqui.

À Faculdade e a todos os seus funcionários, por terem me recebido de braços abertos.

Àqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esse sonho se tornasse realidade.

A todos, a minha eterna gratidão.

**EPÍGRAFE**

*“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.”*

*Fernando Teixeira de Andrade.*

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise acerca da aplicabilidade das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente como forma de diminuir o índice de reincidência de adolescentes na prática de atos infracionais no município de Itapaci-GO. Para que este objetivo fosse atingido, além da leitura das obras escolhidas e de pesquisas nos dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, foram realizadas pesquisas de campo na Delegacia de Polícia Civil, no Conselho Tutelar, Fórum, Destacamento da Polícia Militar, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e Paróquia Imaculado Coração de Maria. Dessa forma, buscou-se definir o adolescente infrator, fazer um paralelo entre ato infracional e crime, apresentar a realidade nacional e estadual frente à ocorrência e reincidência de atos infracionais e, por fim, analisar a realidade itapacina, para concluir se a reincidência ou a não ressocialização do adolescente infrator está fundada na ineficiência das medidas socioeducativas ou na forma como são executadas no município a fim de justificar o tema em questão.

**Palavras-chave:** Ato Infracional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Medidas Socioeducativas. Menor de Idade.

**ABSTRACT**

The present study aims to analyze the applicability of the socio-educational measures provided for in the Statute of the Child and Adolescent as a way to reduce the rate of recidivism of adolescents in the practice of infractions in the municipality of Itapaci-GO. In order to achieve this objective, in addition to reading the chosen works and researches in the data provided by the National Socio-educational Service System - SINASE, field investigations were carried out at the Civil Police Station, at the Tutelary Council, Forum, Military Police Detachment, Specialized Reference Center for Social Assistance - CREAS and the Immaculate Heart of Mary Parish. In this way, the aim was to define the offending adolescent, to make a parallel between an infraction and a crime, to present the national and state reality in the face of the occurrence and recidivism of infractions and, finally, to analyze the reality of the case, in order to conclude whether the recidivism or the non-resocialization of the adolescent offender is based on the inefficiency of socio-educational measures or on the way they are carried out in the municipality in order to justify the subject in question.

**Keywords:** Infractionary Act. Child and Adolescent Statute. Educational Measures. Minor.

Traduzido por Nerylene Santana Batista, portadora da Carteira de Identidade nº 1.455.708 SSP-GO, graduada em Letras Modernas (Português-Inglês) pela UEG, Polo de Crixás-GO, diploma registrado nos termos do parágrafo 1º do art. 48 da Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, sob o nº 48209, processo nº 201100020007788.

**LISTA DE GRÁFICOS**

**Gráfico 1** – Total de atos infracionais praticados no Brasil no ano de 2013.

**Gráfico 2** – Total de atos infracionais praticados no Brasil no ano de 2014.

**Gráfico 3** – Total de atos infracionais praticados no Brasil no ano de 2015.

**Gráfico 4** – Total de atos infracionais praticados no Brasil no ano de 2016

**Gráfico 5** – Total de atos infracionais praticados no Brasil entre os anos de 2013 a 2016.

**Gráfico 6** – Total de atos infracionais praticados em Goiás entre os anos de 2013 a 2016.

**Gráfico 7** – Atos infracionais praticados com maior frequência no Brasil entre os anos de 2013 a 2016.

**Gráfico 8** – Atos infracionais praticados com maior frequência em Goiás entre os anos de 2013 a 2016.

**Gráfico 9** – Quantidade total de atos infracionais praticados por adolescentes em Itapaci-GO nos anos de 2013 a 2018

**Gráfico 10** – Atos infracionais praticados por adolescentes que ocorreram com maior frequência em Itapaci-GO no ano de 2013.

**Gráfico 11** – Atos infracionais praticados por adolescentes que ocorreram com maior frequência em Itapaci-GO no ano de 2014.

**Gráfico 12** – Atos infracionais praticados por adolescentes que ocorreram com maior frequência em Itapaci-GO no ano de 2015.

**Gráfico 13** – Atos infracionais praticados por adolescentes que ocorreram com maior frequência em Itapaci-GO no ano de 2016.

**Gráfico 14** – Atos infracionais praticados por adolescentes que ocorreram com maior frequência em Itapaci-GO no ano de 2017.

**Gráfico 15** – Atos infracionais praticados por adolescentes que ocorreram com maior frequência em Itapaci-GO no ano de 2018.

**Gráfico 16** – Análise do índice de reincidência de adolescentes na prática de atos infracionais ocorridos na cidade de Itapaci-GO entre os anos de 2013 a 2018.

**LISTA DE TABELAS**

**Tabela 1** – Atos infracionais praticados no Brasil por região e por estado no ano de 2013.

**Tabela 2** – Atos infracionais praticados no Brasil por região e por estado no ano de 2014.

**Tabela 3** – Atos infracionais praticados no Brasil por região e por estado no ano de 2015.

**Tabela 4** – Atos infracionais praticados no Brasil por região e por estado no ano de 2016.

**Tabela 5** – Da execução das medidas socioeducativas realizada pelo CREAS no município de Itapaci-GO entre os anos de 2013 a 2016.

**Tabela 6** – Da execução das medidas socioeducativas realizada pela Paróquia Imaculado Coração de Maria no município de Itapaci-GO entre os anos de 2017 a 2018.

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ABMP** Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude.

***AD HOC*** “Para esta finalidade”.

**Art.** Artigo.

**BOC** Boletim de Ocorrência Circunstanciado.

**CIPM** Companhia Independente de Polícia Militar.

**CMT** Comandante.

**CNJ** Conselho Nacional de Justiça.

**CONANDA** Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**CP** Código Penal.

**CREAS** Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

**CRFB** Constituição da República Federativa do Brasil.

**Dr.** Doutor.

**ECA** Estatuto da Criança e do Adolescente.

**ET AL** “E outros”, “E outras”.

**GO** Goiás.

**LICP** Lei de Introdução ao Código Penal.

**Nº** Número.

**OAB** Ordem dos Advogados do Brasil.

**ONU** Organização das Nações Unidas

**P.** Página.

**PC** Polícia Civil.

**Pe.** Padre.

**PM** Polícia Militar.

**PROERD** Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

**SINASE** Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

**LISTA DE SÍMBOLOS**

**§** - Parágrafo

**§§** - Parágrafos

**%** - Porcentagem

**SUMÁRIO**

[1 INTRODUÇÃO 25](#_Toc16515631)

[2 O ATO INFRACIONAL E A FIGURA DO ADOLESCENTE INFRATOR 29](#_Toc16515632)

[**2.1** **Distinção entre criança e adolescente.** 29](#_Toc16515633)

[**2.2** **Paralelo de ato infracional e crime** 30](#_Toc16515634)

[**2.3** **Principais Atos Infracionais Praticados no Âmbito Nacional e Estadual.** 34](#_Toc16515635)

[**2.4** **Possíveis Vetores do Cometimento do Ato Infracional** 47](#_Toc16515636)

[3 OS ADOLESCENTES INFRATORES E A UTILIZAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS 51](#_Toc16515637)

[**3.1** **A Proteção ao Menor de Idade no Direito Brasileiro** 52](#_Toc16515638)

[**3.2** **Das Medidas Socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.** 56](#_Toc16515639)

[**3.2.1** **Das Medidas Socioeducativas em Espécie** 57](#_Toc16515640)

[**3.2.1.1** **Da Advertência** 58](#_Toc16515641)

[**3.2.1.2** **Da Obrigação de Reparar o Dano** 60](#_Toc16515642)

[**3.2.1.3** **Da Prestação de Serviços à Comunidade** 61](#_Toc16515643)

[**3.2.1.4** **Da Liberdade Assistida** 62](#_Toc16515644)

[**3.2.1.5** **Da Inserção em Regime de Semi-liberdade** 63](#_Toc16515645)

[**3.2.1.6** **Da Internação em Estabelecimento Educacional** 65](#_Toc16515646)

[**3.2.1.7** **Qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente** 66](#_Toc16515647)

[4 A APLICAÇÃO E EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, A VERIFICAÇÃO DO COMBATE À REINCIDÊNCIA E A RESSOCIALIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES INFRATORES NA CIDADE DE ITAPACI-GO. 67](#_Toc16515648)

[**4.1** **Da quantidade de atos infracionais praticados por adolescentes em Itapaci-GO.** 67](#_Toc16515649)

[**4.1**  **Do procedimento para apuração de ato infracional em Itapaci-GO.** 75](#_Toc16515650)

[**4.2 Da aplicação e execução das medidas socioeducativas em Itapaci-GO.** 78](#_Toc16515651)

[**4.2** **Verificação do combate à reincidência na cidade de Itapaci-GO.** 83](#_Toc16515652)

[5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 87](#_Toc16515653)

[6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 89](#_Toc16515654)

[APÊNDICES 93](#_Toc16515655)

1. **INTRODUÇÃO**

A presente monografia apresenta como tema, “A aplicabilidade das medidas socioeducativas e a reincidência de adolescentes na prática de atos infracionais na cidade de Itapaci-GO”. O tema foi escolhido por três motivos. O primeiro é pelo fato de a criminalidade ser um problema social grave que ocorre com muita frequência, o segundo, é pelo fato de muitos adolescentes estarem se envolvendo no mundo do crime atualmente e, o terceiro, é pelo fato de eu ter sido uma das várias vítimas de atos infracionais ocorridos na cidade de Itapaci-GO.

O estudo do adolescente infrator tem uma enorme relevância social, por ser um fato que, apesar de existirem medidas que auxiliam no combate aos atos infracionais, o problema ainda ocorre de forma constante em nossa sociedade. Diariamente, são relatados casos em que pessoas são vítimas de furtos, roubos e violência física que, na maioria das vezes, são condutas que contam com o envolvimento de menores. Inclusive, em todos os meios de comunicação, vez ou outra, são divulgadas condutas criminosas praticadas por adolescentes em vários locais do país. Na cidade de Itapaci-GO, não é diferente. A cada dia que passa, os itapacinos se sentem mais impotentes e vulneráveis diante do alto índice de criminalidade que a cidade vem experimentando. Muitos são os fatores que motivam a entrada de menores no mundo do crime, como exemplo, falta de estrutura familiar, drogas, maior valorização do ter ao invés do ser, impunidade, desigualdade social, entre outros.

Quando se aplica uma medida socioeducativa, se espera que o adolescente seja ressocializado, deixando assim de cometer novos atos infracionais. Na verdade, a teoria é essa. Porém, em muitas das vezes, a prática acaba se afastando da teoria. Assim, faz-se importante descobrir se as medidas socioeducativas estão realmente cumprindo o seu objetivo de ressocializar aqueles adolescentes que entraram em conflito com a lei. Diante disso, a problemática da presente pesquisa é: “As medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes infratores foram eficientes para coibir a reincidência na prática de atos infracionais na cidade de Itapaci-GO entre os anos de 2013 a 2018?”. Para responder tal pergunta, há duas hipóteses. A primeira hipótese afirma que as medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes infratores evitaram a reincidência na prática de atos infracionais na cidade de Itapaci-GO, visto que entre os anos de 2013 a 2018 a maioria dos adolescentes infratores não voltou a praticar atos infracionais. Já a segunda hipótese afirma que as medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes infratores não evitaram a reincidência na prática de atos infracionais na cidade de Itapaci-GO, visto que entre os anos de 2013 a 2018 a maioria dos adolescentes infratores voltou a praticar atos infracionais.

O objetivo geral da pesquisa é identificar se as medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes infratores conseguiram ressocializar os adolescentes evitando a reincidência na prática de atos infracionais cometidos na cidade de Itapaci-GO entre os anos de 2013 a 2018. Além disso, objetivos específicos foram definidos. Tais como, estudar as espécies de medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, investigar o índice de ocorrência de atos infracionais na cidade de Itapaci-GO entre os anos de 2013 a 2018, pesquisar quais foram as medidas socioeducativas mais aplicadas aos adolescentes infratores na cidade de Itapaci-GO entre os anos de 2013 a 2018 e investigar o índice de reincidência na prática de atos infracionais na cidade de Itapaci-GO entre os anos de 2013 a 2018. Para alcançar todos os objetivos estabelecidos, primeiramente, a monografia contará com os resultados de uma pesquisa exploratória, através da leitura, análise e interpretação, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, com o objetivo de gerar maior compreensão e entendimento sobre as medidas socioeducativas previstas na Lei Brasileira. A presente monografia trará, também, o resultado decorrente da pesquisa exploratória, obtida através da leitura e interpretação das obras escolhidas, para definir o conceito de ato infracional e da reincidência na prática de atos infracionais, a diferença entre criança e adolescente e obter maior compreensão acerca de cada uma das medidas socioeducativas existentes.

Além disso, no decorrer do presente trabalho, serão apresentados os resultados obtidos através das pesquisas de campo realizadas na Delegacia de Polícia Civil, no Fórum, no Conselho Tutelar, no Destacamento da Polícia Militar, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e na Paróquia Imaculado Coração de Maria, ambos localizados na cidade de Itapaci-GO, que serão de suma importância para descobrir os números exatos de atos infracionais e de reincidentes registrados na cidade. Estas pesquisas são formadas por questionários e entrevistas dirigidas, respectivamente, ao escrivão *ad hoc* da Polícia Civil de Itapaci-GO, Dalton Alencar de Melo; ao juiz de direito da comarca, Dr. Eduardo de Agostinho Ricco; à presidente do Conselho Tutelar, Rosângela Patrícia de Leandro Franco; ao 2º Tenente, Comandante do 4º Pelotão da 22ª CIPM, Leandro Peterson Kassim Costa; à advogada responsável pelo CREAS, Cássia Maria Angélica Santana Lima; e ao Padre Edval Rodrigues Camelo. Tais pesquisas têm o objetivo de averiguar todos os casos de atos infracionais registrados entre os anos de 2013 a 2018, investigar quais foram as medidas socioeducativas aplicadas com maior frequência e, assim, analisar se as medidas socioeducativas aplicadas foram capazes de evitar a reincidência de práticas delituosas realizadas pelos adolescentes, ou se mesmo após cumprirem medidas socioeducativas, os adolescentes voltaram a praticar atos infracionais. É através do estudo e da análise do número de casos de condutas ilícitas praticadas pelos adolescentes itapacinos e do número de adolescentes que mesmo após cumprirem medidas socioeducativas voltaram a praticar atos infracionais, que poderemos concluir se as medidas socioeducativas aplicadas contribuíram para evitar a reincidência. Isso explica a importância da pesquisa de campo para que sejam atingidos os objetivos da presente pesquisa.

Quanto às técnicas de pesquisa, a presente monografia conta como suporte as documentações indiretas e diretas. A documentação indireta faz referência à pesquisa documental. A pesquisa documental, consiste na leitura, análise e interpretação, e será de grande importância pois a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) deve ser estudada a fundo para entendermos as medidas socioeducativas como mecanismos para diminuir os atos infracionais e ressocializar os adolescentes infratores. Além disso, serão utilizadas pesquisas bibliográficas, que consistirão no levantamento de dados, leitura, análise e interpretação, para identificar os conhecimentos já estabelecidos acerca dessa lei e sobre os menores envolvidos no mundo do crime. Para nortear o processo de confecção da presente pesquisa, foram definidas as obras de Ramidoffi, Bandeira, Machado, Fragoso, Pimentel, entre outros.

Já a documentação refere-se às pesquisas de campo, que serão de enorme importância, visto que serão analisadas as quantidades de atos infracionais que vêm sendo registrados desde o ano 2013; será analisada também a forma como as medidas socioeducativas são executadas no município; além disso, pontos importantes acerca da realidade itapacina serão discutidos, tais como: a estrutura para o cumprimento das medidas socioeducativas que o município oferece, como ocorre a fiscalização dos adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas na cidade, qual a medida apresenta maior eficiência no município, entre outros.

A presente pesquisa está dividida em três capítulos que estão divididos em subcapítulos. O primeiro capítulo trata do ato infracional, que tem o objetivo de dar informações iniciais acerca do conceito de ato infracional, o colocando em paralelo com o conceito de crime; analisar os dados referentes às ocorrências de atos infracionais em âmbito nacional e estatual (Goiás) e discutir quais são os possíveis vetores do cometimento do ato infracional; além disso, o primeiro capítulo tratará também do menor infrator, como sujeito de direitos e deveres. O segundo capítulo trata das medidas socioeducativas em espécie, que serão analisadas uma a uma. Já o terceiro capítulo, traz a análise de todos os dados alcançados nas pesquisas de campo, para que seja possível comprovar o resultado alcançado.

1. **O ATO INFRACIONAL E A FIGURA DO ADOLESCENTE INFRATOR**

Com o objetivo de expor um maior e melhor entendimento acerca da aplicação das medidas socioeducativas, é extremamente importante que sejam esclarecidas algumas definições sobre a conduta dos adolescentes que se encontram em situação de conflito com a lei. Dessa forma, procurou-se por esclarecer acerca da distinção entre crianças e adolescentes, apresentar a figura do adolescente infrator, expor também a definição de ato infracional e diferenciá-lo de crime, a fim de constatar sua natureza jurídica, como também demonstrar alguns dos principais atos infracionais cometidos pelos adolescentes e por fim exprimir os principais vetores do cometimento do ato infracional.

* 1. **Distinção entre criança e adolescente.**

Inicialmente, faz-se necessário discutir acerca do menor infrator que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), é dividido entre crianças e adolescente. Realizar tal discussão é importante para o presente estudo para entender quem é o indivíduo que está sujeito às medidas socioeducativas e quem é aquele que não cumpre medida socioeducativa, mas sim, medida de proteção. Vale destacar que o próprio Estatuto da Criança e dos Adolescente já trata da diferença em que estes dois indivíduos possuem. De acordo com o artigo 2º, *caput*, do ECA (BRASIL, 1990): “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Dessa forma, fica clara a distinção entre crianças e adolescentes que o ECA realiza. O termo “criança” é destinado para fazer referência aos indivíduos, desde o seu nascimento até que ele ainda não possua 12 anos completos. A partir de 12 anos completos e antes de completar 18 anos, o indivíduo é chamado de adolescente.

A responsabilidade juvenil, nos termos do ECA, começa aos doze anos e se estende aos dezoito anos incompletos, de sorte que somente o adolescente – entre 12 e 18 anos incompletos – a quem for imputada a prática de algum ato infracional estará sujeito à imposição de quaisquer medidas socioeducativas e/ou protetivas, descritas nos arts. 112 e 101 do ECA, aplicadas pela autoridade judiciária competente. (BANDEIRA, 2006, p. 26)

Dessa forma, antes de o indivíduo completar seus 12 anos de idade, não possui responsabilidade juvenil, não tendo então que cumprir nenhuma medida socioeducativa. As crianças estão sujeitas às medidas de proteção, e os adolescentes estão sujeitos tanto às medidas socioeducativas quanto às protetivas.

Realizada a distinção entre crianças e adolescentes, parte-se agora para a definição de ato infracional, bem como a realização de um paralelo entre ato infracional e crime.

* 1. **Paralelo de ato infracional e crime**

Se tratando do menor que se encontra em situação de conflito com a lei, analisadas as suas condições e particularidades, como por exemplo a sua fragilidade, foi necessário conceder um tratamento diferenciado, em especial nos termos aplicados ao se referir à sua conduta. Uma das diferenças fundamentais está no uso do termo “ato infracional” para se referir aos delitos praticados por menores em conflito com a lei. Em outras palavras, o termo “crime” é usado para fazer referência às condutas delituosas praticadas por indivíduos maiores de 18 anos.

Quanto à definição de ato infracional, de acordo com o artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990): “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.”

É sabido que a contravenção penal é um ato ilícito, entretanto, é um ato ilícito menos grave que o crime. A contravenção penal causa para o autor pena de multa ou prisão simples. Quanto ao ato infracional, é definido como uma conduta delituosa (crime ou contravenção penal) praticada por criança ou adolescente, de acordo com as definições estabelecida pelo Estatuto da Criança e Adolescente. O ECA (BRASIL, 1990), em seu artigo 2º, define criança como o indivíduo menor de doze anos de idade e adolescente como o indivíduo maior de 12 e menor de 18 anos de idade. Vale salientar ainda que, às crianças são aplicadas medidas protetivas, enquanto aos adolescentes são aplicadas medidas protetivas ou socioeducativas. Em se tratando das naturezas de crime, contravenção penal e ato infracional, não há diferença entre estes institutos, pois, para que uma conduta de um adolescente seja considerada como ato infracional, ela deve ser análoga ao previsto no Código Penal Brasileiro.

Como se depreende, toda conduta praticada por criança ou adolescente que se amolde à figura típica de um crime previsto no Código Penal ou em leis extravagantes, ou a uma contravenção penal, configura-se como ato infracional. Ontologicamente, não há distinção entre crimes, contravenções e atos infracionais. (BANDEIRA, 2006, P. 26-27).

É importante ressaltar que os artigos 27 do Código Penal Brasileiro e 228 da Constituição Federal excluem de forma expressa o indivíduo menor de 18 anos de idade do sistema penal atribuído ao adulto. Art. 228 da CRFB/88 (BRASIL, 1988): “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”. Art. 27 do CP (BRASIL, 1940): “Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial”. Dessa forma, aos menores de 18 anos são aplicadas medidas previstas em legislação especial (ECA). Conforme é previsto no art. 104 do ECA (BRASIL, 1990): “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta lei. Parágrafo único. Para o efeito desta lei deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato”.

Um ponto importante de ser destacado é que apesar das crianças e dos adolescentes serem protegidos por legislação especial, isso não ignora os atos ilícitos praticados por estes indivíduos, pois esta legislação especial, além de proteger, traz também medidas que serão cumpridas pelas crianças e adolescentes que praticarem algum ato descrito como crime ou contravenção penal.

No que se refere o artigo 103 (BRASIL, 1990) citado em linhas pretéritas, ato infracional é compreendido como sendo toda e qualquer conduta típica e antijurídica praticada por menores de 18 anos. Assim sendo, pode-se dizer que tanto a criança quanto o adolescente que pratica uma conduta ilícita, não comete crime ou contravenção penal, mas sim comete ato infracional. A diferença está no fato de não poder ser atribuída responsabilidade à criança pelos atos, portanto, só receberá medidas protetivas. Já ao adolescente, via de regra, pode ser atribuída responsabilidade pelos seus atos, portanto, receberá medidas punitivas, que visam, de certa forma, punir e, principalmente, educar, pois fazem com que o adolescente pague pelo seu próprio erro e seja reeducado para viver de forma correta na sociedade. Tais medidas poder ser tanto medidas de proteção quanto medidas socioeducativas.

De acordo com nossa legislação especial (BRASIL, 1990), não há distinção entre as definições de ato infracional e crime, visto que, este e aquele são ações localizadas na categoria de ato ilícito. Sob o enfoque formal, crime é definido como toda e qualquer ação humana que seja proibida pela lei, ou seja, que esteja expressa na legislação como crime, de outro lado, sob o enfoque material, crime é todo e qualquer ação humana que pode comprometer o bem da sociedade, em outras palavras, de acordo com a definição material, crime é aquilo que a sociedade entende como errado.

Nosso Código Penal Brasileiro não traz o conceito de crime. Essa definição ficou sob a responsabilidade da doutrina. Somente a Lei de Introdução do Código Penal – LICP (BRASIL, 1941), em seu art. 1º, *in verbis*, distinguiu crime de contravenção penal:

Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas. Alternativa ou cumulativamente.

O Direito Penal considera o conceito de crime como *Sine qua non* (essencial), pois a sua definição indica se há ou não há crime. No que lhe diz respeito, são inúmeras as definições de crime calçadas ao longo do tempo, para atingir um aprimoramento que reduz qualquer chance de erro. Para que seja possível fazer a distinção de crime e ato infracional, é necessário dar atenção para alguns fatores imprescindíveis, pois um crime pode ser praticado por qualquer pessoa maior de 18 anos de idade, que seja delineado como sendo fato típico antijurídico e culpável alcançado pela nossa Lei Penal, já o ato infracional é um termo usado para fazer referência aos atos ilícitos cometidos pelo indivíduo que ainda não possui 18 anos completos e, que será amparado por legislação especial, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

Perante o exposto, há também a definição feita pela corrente doutrinária, como, por exemplo, o entendimento do ilustre autor Ramidoff (2010, p. 75) que defende que o ato infracional não se funda apenas pela não existência das ações e das omissões, mas também por outros fatores:

O ato infracional não se constitui numa conduta delituosa, precisamente por inexistir nas ações/omissões infracionais um dos elementos constitutivos e estruturantes do fato punível, isto é, a culpabilidade – a qual, por sua vez, não se encontra regularmente proposta, precisamente por lhe faltar imputabilidade, isto é, um elemento seu constitutivo e que representa a capacidade psíquica para regular a válida prática da conduta dita delituosa.

É de extrema importância atentar-se para o posicionamento do autor referido acima. Este autor defende a ideia de que, para que o ato infracional seja constituído, é necessário analisar a capacidade psíquica, pois é por meio deste elemento percebemos a falta da imputabilidade. Em outras palavras, o ato infracional não se trata apenas de uma conduta ilícita, na verdade, deve existir o fator da inimputabilidade, ou seja, o autor deve ser inimputável, não possuindo assim capacidade psíquica de responder penalmente por um ato ilícito cometido, nesse caso, menor de 18 anos.

Uma conduta praticada por um menor só é caracterizada como ato infracional se encaixar-se nas hipóteses previstas em lei que determine sanções a quem a pratica. Tal afirmação está relacionada com o princípio da legalidade. Assim como no caso do crime, é necessário, portanto, que a conduta do menor seja um fato típico, antijurídico e culpável. Porém, diferente do tratamento dado ao adulto autor de conduta ilícita, ao menor é garantido um sistema que é proporcional ao seu grau de responsabilidade. Em outras palavras, só é ato infracional quando um menor de 18 anos pratica uma conduta que o Código Penal descreve como crime.

Como já foi abordado em linhas pretéritas o nosso Código Penal não trouxe o conceito de crime, deixando tal responsabilidade para os doutrinadores. Grande parte dos doutrinadores referem-se a três definições de crime. Tais definições são: material, formal e analítica.

O conceito material faz referência ao conceito social, pois está em concordância com o que a sociedade considera como grave, que acaba sendo caracterizado como crime. Este conceito define o crime como uma conduta que é proibida e, com o objetivo de ser evitada, traz uma sanção para quem a pratica. É sabido que o crime trata de uma ofensa a um bem jurídico, seja coletivo ou individual, tutelado pela lei penal. De acordo com o entendimento de Machado (1987, p.78) a definição material de crime procura a essência do delito, por meio da fixação de limites legislativos de incriminação de condutas. Ainda se tratando do conceito material de crime, para Noronha (1983, p. 410) crime é um ato praticado pelo indivíduo que ofende (lesa ou expõe a perigo) um bem protegido pela legislação penal. Já o conceito formal surge por meio da ideia de que o crime equivale a uma violação à lei penal. De acordo com o entendimento de Fragoso (1995, p. 144) crime, em seu conceito formal, se trata de uma conduta oposta ao direito, que lhe é atribuída uma sanção. Ainda se tratando do conceito formal de crime, Pimentel (1990, p. 96) define crime como todo e qualquer ato ou fato que é proibido pela lei, que tem a pena como consequência.

Agora, ao se tratar do conceito analítico de crime, é possível encontrar as maiores divergências doutrinárias. Existem 5 (cinco) correntes de entendimento. O primeiro é uma teoria bipartida, que trata do crime como um fato típico e antijurídico, pois a culpabilidade é apenas uma suposição de aplicação de pena. A segunda teoria, também é bipartida, porém, trata o crime como sendo um fato típico e culpável, pois entende que a antijuridicidade já nasce com o próprio tipo penal. O terceiro entendimento se trata de uma teoria tripartida, que descreve que o crime, além de ser um fato típico e antijurídico, ele deve ser também, punível, pois a culpabilidade está presente apenas como fundamento para a aplicação da pena. A quarta linha de pensamento se trata de uma teoria quadripartida, que aborda o crime como sendo um fato típico, antijurídico, culpável e punível. Por fim, há o quinto entendimento, que é, atualmente, a corrente majoritária e se trata de uma teoria tripartida clássica. Esse entendimento descreve o crime como um fato típico, antijurídico e culpável.

Diante disso, não existe possibilidade de se dizer que uma criança ou adolescente cometeu um crime, visto que quando um indivíduo menor de idade comete um ato análogo aos tipificados no Código Penal Brasileiro, trata-se um ato infracional e não de crime. Amin *et al* (2010, p. 799) descreve acerca da punição ao adolescente e a ação do Estado da seguinte forma:

Não pode o adolescente ser punido onde não seria o adulto. [...] O garantismo penal impregna a normativa relativa ao adolescente infrator como forma de proteção desta face à ação do Estado. A ação do Estado, autorizando-se a sancionar o adolescente e infligir lhe uma medida socioeducativa, fica condicionada à apuração, dentro do devido processo legal, que este agir típico se faz antijurídico e reprovável – daí culpável.

Com a finalidade de obter maior esclarecimento, o presente tópico foi de extrema importância para fazer um paralelo entre crime e ato infracional. O objetivo deste tópico foi deixar claro que os indivíduos menores de 18 anos de idade não cometem crime, e sim ato infracional, que não estão sujeitos às normas da lei penal, mas sim da lei especial (ECA) tendo seus direitos e deveres resguardados e protegidos. Dessa forma, após estas claras informações, será dado início ao próximo tópico que terá o intuito de analisar acerca dos principais atos infracionais praticados.

* 1. **Principais Atos Infracionais Praticados no Âmbito Nacional e Estadual.**

O presente tópico que se inicia tem como objetivo a análise dos principais atos infracionais praticados no âmbito nacional e estadual nos anos de 2013 a 2016. Além disso, por meio deste tópico, visa-se analisar se o índice de criminalidade envolvendo jovens está aumentando ou diminuindo no país e, especialmente, no estado de Goiás, entre os anos de 2013 a 2016. Para atingir o objetivo do presente tópico, serão utilizados os dados gerados pelo SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – instituído pela Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

O SINASE surgiu através da necessidade de regulamentar de uma melhor forma a execução das medidas socioeducativas atribuídas aos adolescentes que praticaram algum ato infracional. A discussão que chegou até a proposta do SINASE, nasceu na esfera da ABMP – Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude. Inicialmente, foi elaborado um “Anteprojeto de Lei de Execução de Medidas Socioeducativas”, que foi acompanhado de uma proposta definida como “Lei de Diretrizes Socioeducativas”, essa proposta tinha uma abrangência maior que o primeiro anteprojeto. Mais tarde, foi apresentado um novo “Anteprojeto de Lei de Execução”. Este, por sua vez, foi o alicerce para a criação da Resolução 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que já começou a abordar o SINASE e, por fim, foi juntado às propostas legislativas que já estavam tramitando no Congresso Nacional, resultando então, na aprovação da Lei nº 12.594/2012, em 18 de janeiro de 2012. A finalidade e conceito desta Lei, estão previstos em seu art.1º, § 1, (BRASIL, 2012):

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

§ 1o Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.

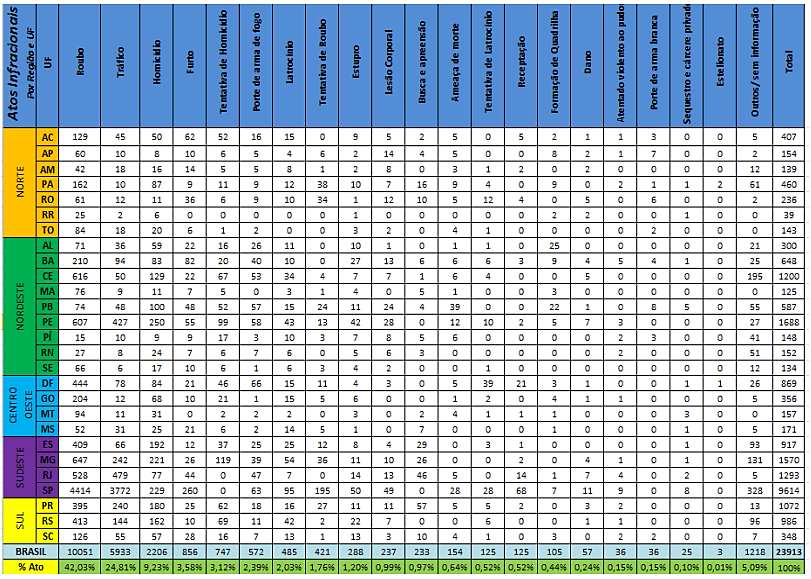
De acordo com o Levantamento Anual SINASE, no ano de 2013 foram praticados 23.913 atos infracionais em todo o país. Analisando o número total, é possível perceber que em 2013 o número de atos infracionais ocorridos foi muito alto. Se for levada em conta a quantidade de dias que um ano possui, em 2013 ocorreu o equivalente a mais de 65 atos infracionais por dia.

**Gráfico 1 - Total de atos infracionais praticados no Brasil no ano de 2013.**

Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com a análise do gráfico exposto acima, é possível identificar a partir dos dados colhidos pelo SINASE 2013, que do total de atos infracionais cometidos no Brasil no ano de 2013, o equivalente a 43% (10.051) foi descrito como análogo a roubo; 24,81% (5.933) foram classificados como análogo ao tráfico de drogas; e 9,23% (2.206) foram descritos como análogos ao homicídio. Com base no que foi exposto, é possível concluir que o Levantamento Anual SINASE 2013 deixou claro que os atos infracionais praticados com maior frequência no país no ano de 2013 foram: roubo, tráfico de drogas e homicídio. Tais atos infracionais possuem porcentagens bem maiores em comparação com os atos infracionais praticados com menor frequência.

**Tabela 1 – Atos infracionais praticados no Brasil por região e por estado no ano de 2013.**



Fonte: SINASE (2013, p. 29).

Ao realizar uma análise da tabela acima, é possível identificar que as maiores taxas de atos infracionais ocorridos no ano de 2013 são representadas pelos seguintes estados: São Paulo (9.614), Pernambuco (1.688); Minas Gerais (1.570); Rio de Janeiro (1.293) e Ceará (1.200). Já a menor taxa de ato infracional ficou representada pelo estado de Roraima (39).

Portanto, de acordo com o Levantamento SINASE 2013, no Brasil foram praticados 23.913 atos infracionais no decorrer de todo o ano de 2013 e, quanto ao estado de Goiás, ocorreram 356 atos infracionais no mesmo ano, representando assim uma porcentagem de aproximadamente 0,0148%.

Do estado que mais apresentou atos infracionais para o que menos representou, Goiás ocupou a 14º posição em 2013. Apesar da porcentagem parecer mínima, se pararmos para pensar na quantidade de atos infracionais ocorridos em Goiás no ano de 2013, percebemos que o número é alto se levarmos em conta a quantidade de dias que tem um ano. É quase um ato infracional para cada dia do ano, tendo uma folga de apenas 9 dias sem a ocorrência de tais atos.

Com relação ao ano de 2014, o índice de atos infracionais praticados no país aumentou. Segundo os dados do Levantamento Anual SINASE 2014, a quantidade de atos infracionais ocorridos em 2014 foi 26.193 e, com base nesses dados, podemos identificar um aumento de 2.280 casos de atos infracionais ocorridos no Brasil em 2014 com relação a 2013. E isso é possível perceber no gráfico e na tabela que se encontram abaixo:

**Gráfico 2 - Total de Atos Infracionais Praticados no Brasil no ano de 2014.**

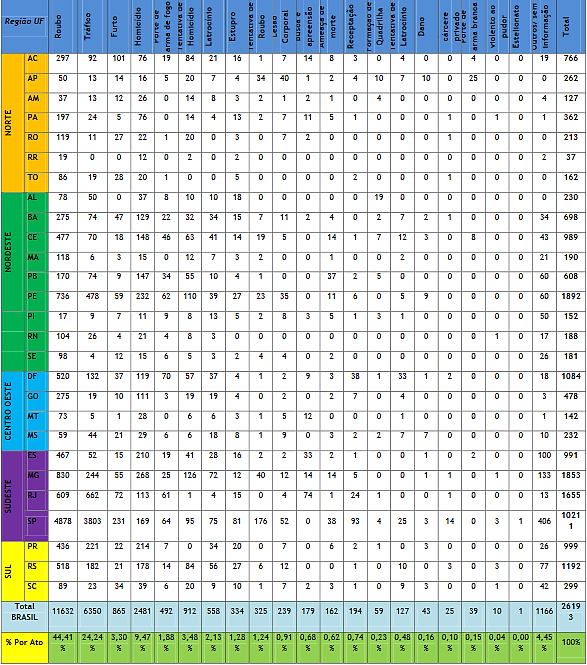
Fonte: elaborado pela autora.

Com base no gráfico acima, é possível perceber ainda quais foram os atos infracionais praticados com mais frequência no Brasil em 2014, sendo eles, roubo, tráfico e homicídio.

Do total de atos infracionais praticados no ano de 2014 em todo o território nacional, correspondendo a quantia de 26.193 atos infracionais, 44,41% (11.632) foram classificados como análogo a roubo; 24,24% (6.350) foram descritos como análogo ao tráfico de drogas; e 9,47% (2.481) foram classificados como análogo ao homicídio.

Em relação a 2013, os atos infracionais análogos a roubo, tráfico e homicídio ocorridos no país continuaram como os mais praticados em 2014, porém, com quantidade de casos ainda maiores. Se em 2013 tivemos 10.051 casos de atos infracionais análogos a roubo, 5.933 casos análogos ao tráfico e 2.206 análogos ao homicídio, no ano de 2014 tivemos 11.632 casos de atos infracionais análogos a roubo, 6.350 análogos ao tráfico e 2.481 análogos ao homicídio. Com base nisso é possível identificar o aumento absurdo que ocorreu entre os atos infracionais praticados com maior frequência. Cada um dos atos infracionais praticados com maior frequência no ano de 2013, continuou sendo praticado com muita frequência no ano de 2014, atingindo uma ocorrência ainda maior.

**Tabela 2 – Atos infracionais praticados no Brasil por região e por estado no ano de 2014.**



Fonte: SINASE (2014, p. 29).

De acordo com a tabela acima, podemos perceber que o estado de Goiás apresenta um total de 478 de atos infracionais no ano de 2014, 122 casos de atos infracionais a mais que em 2013. Com relação a quantidade total de atos infracionais que foram praticados em 2014, Goiás representa uma porcentagem de 1,824%. É um aumento grande comparado a porcentagem de 2013, que não chegava sequer a 1%. No ano de 2014, Goiás ocupou a 13º posição entre os estados com maior índice de ocorrência de atos infracionais. E Roraima, assim como ocorreu em 2013, continuou sendo o estado com menor índice de ocorrência de atos infracionais, tendo somente 37 casos registrados durante todo o ano.

Ainda se tratando da ocorrência de atos infracionais no âmbito nacional e estadual, pela análise do Levantamento SINASE, no ano de 2015 os atos infracionais em espécie também apresentam quantidades distintas. De acordo com o gráfico a seguir exposto, é possível destacar qual a porcentagem que cada ato infracional apresentou frente ao total de atos infracionais praticados dentro do território nacional, além disso, serve como parâmetro para averiguar se houve aumento ou diminuição da ocorrência de atos infracionais.

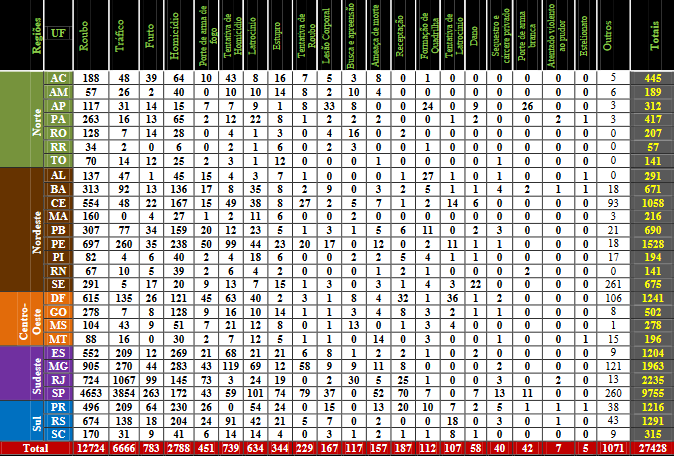
**Gráfico 3 – Total de atos infracionais praticados no Brasil no ano de 2015.**

Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com o gráfico acima, no ano de 2015, assim como nos outros dois anos anteriores que já foram abordados no presente estudo, o ato infracional análogo ao roubo continuou liderando a lista dos atos infracionais que ocorreram no Brasil, representando 46% do total de atos praticados por adolescentes. Ressalta-se que, de acordo com o Levantamento Anual do SINASE, no ano de 2015, ocorreram 27.428 atos infracionais, sendo assim, somente o roubo representa 12.724 dos casos registrados. Em segundo lugar está o tráfico de drogas. O problema com o tráfico de drogas continua assombrando a sociedade brasileira, ocupando o segundo lugar entre os atos infracionais de maior destaque, com 24%, o que equivale a 6.666 de todos os casos que ocorreram em 2015. A terceira posição é ocupada pelo homicídio. Em 2015, 10% do total de casos de atos infracionais representa o homicídio, com 2.788 de ocorrências. Infelizmente, pode-se aferir que em 2015 a quantidade de atos infracionais aumentou com relação aos anos anteriores, refletindo assim o aumento da violência no país.

A maioria dos atos infracionais que vem ocorrendo no Brasil trazem consigo a utilização da violência, tais como, o roubo e o homicídio, assumindo números que assustam a sociedade no geral. Tais números assustam ainda mais se pensarmos na quantidade de atos infracionais que ocorrem por dia em todo o país: aproximadamente 75 casos por dia. Apesar dos números serem altos se pensarmos no país como um todo, a divisão da ocorrência de atos infracionais pelo território nacional não é homogênea, visto que existem estados e regiões que apresentam um maior nível de atos infracionais, um maior nível de violência, conforme se analisa na tabela a seguir exposta:

**Tabela 3 – Atos infracionais praticados no Brasil por região e por estado no ano de 2015.**



Fonte: SINASE (2015, p. 15).

De acordo com a tabela acima exposta, cada um dos estados brasileiros apresenta uma quantidade de atos infracionais distinta. Assim como ocorreu nos anos anteriores, o estado de São Paulo continua liderando o *ranking* como o estado que mais possui registros de ocorrências de atos infracionais, com 9.755 casos no decorrer do ano de 2015. O estado de Roraima continua sendo o estado com menor número de ocorrências, sendo 57 casos no ano. Analisando os números expostos, observa-se que o estado de Goiás ocupa a 13ª posição entre os estados com maior número de casos de atos infracionais, contando com 502 casos registrados no decorrer de todo o ano pesquisado.

O que se pôde constatar na análise da quantidade de atos infracionais que ocorreram no ano de 2015 em relação aos dados analisados acerca dos anos de 2013 e 2014 foi que, os números de condutas ilícitas praticadas por adolescentes aumentaram no país. Outro ponto a ser destacado é que, em 2014 ocorreram 26.193 atos infracionais, contra os 27.428 registros de 2015. Isso indica que no ano de 2015 houve um aumento de 1.235 casos. Em outras palavras, após a análise do triênio 2013 – 2015, ano após ano a quantidade que representa a prática de atos infracionais vem aumentando, deixando os brasileiros cada vez mais preocupados. É possível compreender tal preocupação, visto que os atos infracionais que ocorrem com maior frequência trazem a violência como companhia.

O último levantamento realizado pelo SINASE até o presente momento foi acerca do ano de 2016, e está apresentado no gráfico abaixo:

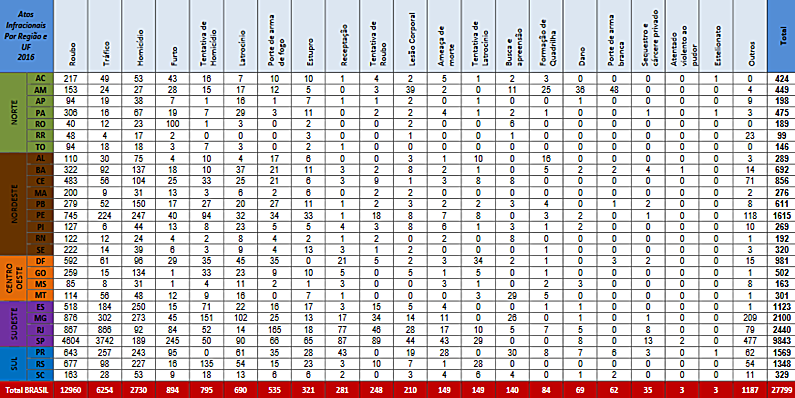
**Gráfico 4 - Total de atos infracionais praticados no Brasil no ano de 2016.**

Fonte: elaborado pela autora.

Como esperado, visto que com o passar de cada ano a quantidade de atos infracionais aumentou, em 2016 não foi diferente, totalizando então 27.799 atos infracionais praticados por adolescentes dentro de todo o território nacional. Apesar de não ter apresentado um aumento tão grande, 371 novos casos de condutas ilícitas praticadas por adolescentes foram registrados no país. Os atos infracionais análogos ao roubo, tráfico e homicídio continuam ocupando o topo da lista dos mais praticados no Brasil conforme está expresso no gráfico. Dessa forma, percebeu-se que, em nenhum dos anos definidos como linha de pesquisa houve a diminuição da quantidade de atos infracionais. Pelo contrário, a cada ano que se passou, uma nova quantidade total de atos infracionais surgia, sempre maior que a anterior. Foi possível perceber que no Brasil os adolescentes estão roubando cada vez mais. Uma das explicações para tal fato está na cultura de valorização do ter ao invés do ser.

Assim como em todos os outros anos abordados anteriormente, o SINASE 2016 também apresentou a quantidade de casos de atos infracionais dividida por região e estado. Essa é uma forma de entender que a figura no adolescente infrator não está distribuída em quantidades iguais pelo território nacional, fazendo com que algumas regiões brasileiras, devido ao alto índice de ocorrência dos atos infracionais, sejam consideradas mais perigosas que outras. Dessa forma, a seguir, a divisão dos atos infracionais pelas regiões e estados do país:

**Tabela 4 – Atos infracionais praticados no Brasil por região e por estado no ano de 2016.**



Fonte: SINASE (2016, p. 16)

Assim como ocorreu nos anos de 2013, 2014 e 2015, no ano de 2016, conforme está demonstrado na tabela acima, o estado de São Paulo continua liderando a ocorrência de atos infracionais, com 9.843 casos registrados. O estado de Roraima continua na última posição, pois são poucos os casos de atos infracionais que ocorrem nesse estado. Dessa vez, o estado de Goiás ocupou a 12ª colocação, totalizando 502 casos no decorrer de todo o ano de 2016. Apesar do ano anterior ter a mesma quantidade de casos de atos infracionais praticados no estado, essa mudança de posição de deve à diminuição dos atos infracionais que ocorreram em algum estado que estava acima de Goiás, diante disso, ressalta-se que o índice da prática de atos infracionais no estado de Goiás se manteve a mesma, sem constar aumento ou diminuição. Outro ponto importante de se observar é que os atos infracionais análogos ao roubo, ao tráfico e ao homicídio continuam sendo os principais atos infracionais praticados em grande parte dos estados brasileiros. Não existem dúvidas de que em todas as regiões brasileiras, o roubo assume quantidades de atos infracionais enormes. O principal motivo de preocupação com os casos de roubos é a violência ou grave ameaça que este ato infracional traz como companhia.

Com relação aos dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) acerca dos anos de 2013 a 2016, foi possível averiguar que, os atos infracionais, apesar de serem registrados em quantidades diferentes, todos os estados brasileiros possuem quantidades significativas de adolescentes cometendo atos infracionais em seu território.

**Gráfico 5 - Total de atos infracionais praticados no Brasil entre os anos de 2013 a 2016.**

Fonte: elaborado pela autora.

Ao analisar o gráfico acima, é possível comparar a quantidade de atos que foram praticados por ano no Brasil entre os anos de 2013 a 2016. De 2013 a 2014 podemos identificar um salto muito grande na quantidade de casos praticados no Brasil, e é possível aferir também que a quantidade de atos infracionais que ocorreram no território nacional entre esses anos continuou aumentando. Diante desses dados, fica fácil compreender o porquê de os atos infracionais afetarem tanto a sociedade. Só a diferença dos casos de atos infracionais ocorridos no Brasil nos anos de 2013 e 2014 foi de 2.280 casos, justificando assim um aumento assustador. De 2014 para 2015, também houve um aumento de 1.235 casos, foi um aumento menor, mas houve. Do ano de 2015 para o ano de 2016, o aumento foi de 371 casos. Em comparação com as outras diferenças, em 2016 foi o ano em que o aumento de casos menos cresceu.

Infelizmente, se tratando do índice da prática de atos infracionais, a realidade brasileira nos traz medo. Apesar de haver uma legislação especial que trate da situação do menor infrator, os casos, a cada ano que passa, continuam aumentando. Quando analisamos um número como um todo, fica difícil perceber a gravidade do problema porque focamos na quantidade de pessoas que vivem em nosso país, que ultrapassa 200 milhões. Outra forma de compreender a gravidade do problema, é analisar a quantidade de atos infracionais que ocorreram por ano em comparação com a quantidade de dias que um ano possui. Por exemplo, em 2013, foram praticados 23.913 atos infracionais, que equivale a mais de 65 casos ocorrendo todos os dias. Em 2014, foram aproximadamente 71 atos infracionais por dia. Em 2015, mais de 75 casos. Em 2016, mais de 76 atos. O que preocupa é saber que, mesmo os números sendo altos, os casos continuam aumentando.

**Gráfico 6 - Total de atos infracionais praticados em Goiás entre os anos de 2013 a 2016.**

Fonte: elaborado pela autora.

Com relação ao gráfico acima, podemos identificar a real situação do estado de Goiás. De 2013 para 2014, o número de atos infracionais praticados no estado deu um salto de 122 novas ocorrências. De 2014 para 2015, o aumento foi de 24 casos. Já se tratando da diferença entre 2015 e 2016, os casos não diminuíram e não aumentaram, permanecendo com a quantidade de 502 casos de atos infracionais praticados por ano. Ocorre que, apesar de não terem aumentado, a quantidade de 502 casos de atos infracionais ocorridos por ano, ainda nos assusta. É um número grande se pensarmos que, em um ano, ocorreram 502 casos de danos, seja contra a vida ou contra o patrimônio. Assim como os dados levantados de acordo com o Brasil, os dados levantados com relação à Goiás também aumentaram. Portanto, como foi possível concluir até o presente momento, o número de atos infracionais ocorridos entre os anos de 2013 a 2016 aumentaram, tanto se forem levados em conta o levantamento nacional quanto o estadual (Goiás).

Agora, se tratando dos atos infracionais que ocorreram com maior frequência entre os anos de 2013, 2014, 2015 e 2016 em território nacional, é necessária uma análise do gráfico a seguir, que aborda quais foram as condutas delituosas praticadas por adolescentes no Brasil por ano.

**Gráfico 7 - Atos infracionais praticados com maior frequência no Brasil entre os anos de 2013 a 2016.**

Fonte: elaborado pela autora.

O gráfico acima foi elaborado conforme os dados contidos nos Levantamentos SINASE (2013 – 2016). O levantamento SINASE trata de todos os atos infracionais praticados, porém, no presente estudo, utilizou-se como base os cinco atos infracionais ocorridos com maior frequência em todo o território nacional entre os anos de 2013 a 2016. De acordo com tal gráfico, o ato infracional que ocorreu com maior frequência nos anos de 2013 a 2016 em território brasileiro foi o roubo, em segundo lugar, está o tráfico de drogas, em terceiro está o homicídio, em quarto lugar está o furto, em quinto a tentativa de homicídio. Somente no ano de 2014 os casos de tentativa de homicídio superaram os casos de furto, portanto em 2014 os casos de tentativa de homicídio praticados por menores ocuparam o quarto lugar enquanto o furto ocupou o quinto. Obviamente como já foi exposto, esses não foram os únicos atos infracionais ocorridos no nosso território nacional entre os anos de 2013 a 2016, o gráfico acima tratou apenas dos atos infracionais que ocorreram com maior frequência.

É possível perceber também por meio deste gráfico, que o número de casos de roubos cometidos por adolescentes entre 2013 a 2016 só aumentou. Quanto ao ato infracional análogo ao tráfico de drogas, entre os anos de 2013 a 2015, o número de casos cresceu e, em 2016 diminuiu. Com o ato infracional análogo ao homicídio aconteceu a mesma coisa, de 2013 a 2015 os casos aumentaram e, em 2016, diminuíram. Os casos análogos à tentativa de homicídio ficaram oscilando, pois de 2013 a 2014 o número aumentou, em 2015 diminuiu e em 2016 voltou a subir. Quanto aos casos análogos ao latrocínio, de 2013 a 2016 os casos somente aumentaram.

O SINASE também realizou o levantamento dos atos infracionais praticados por adolescentes que ocorreram com maior frequência entre os anos de 2013 e 2016. Assim como foi utilizado para a confecção do gráfico anterior, aqui também foram definidos a quantidade de 5 atos infracionais mais ocorridos de 2013 até 2016. Tais dados foram utilizados como base para a confecção do gráfico que será exposto a seguir.

**Gráfico 8 – Atos infracionais praticados com maior frequência em Goiás entre os anos de 2013 a 2016.**

Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com a análise feita no gráfico acima, assim como ocorreu em âmbito nacional, nota-se que, em Goiás, os atos infracionais análogos ao roubo continuam liderando a escala de atos infracionais mais praticados. Em segundo lugar está o homicídio. No entanto, os casos de atos infracionais análogos ao tráfico de drogas, tentativa de homicídio e latrocínio ficaram oscilando de um ano para outro. Em suma, sabe-se que o problema da grande ocorrência de atos infracionais afeta a sociedade como um todo. Sabe-se também que o principal ato infracional em todas as pesquisas e levantamentos realizados é o ao infracional análogo ao roubo. É possível perceber que este ato infracional, está presente em todos os levantamentos e pesquisas com os maiores índices de ocorrência, assumindo números assustadores. O Levantamento SINASE (2013 – 2016) trouxe números alarmantes e todos os estados brasileiros enfrentam o problema da entrada de menores no mundo ilícito.

Com base na análise de todos esses gráficos e tabelas, podemos notar que no Brasil, como um todo, os atos infracionais vêm crescendo com o passar dos anos e que o ato infracional de maior destaque pelo fato de ocorrer com bastante frequência é o ato infracional análogo ao roubo. No estado de Goiás, não sendo diferente, há um alto índice de ocorrência desses casos. Em Goiás, os atos infracionais análogos ao roubo e ao homicídio também continuaram crescendo no decorrer dos anos analisados. Já os outros atos infracionais ficaram oscilando em Goiás no decorrer de cada ano.

No decorrer da análise, surgiu-se a necessidade de analisar os motivos ou razões que têm levado os jovens a se envolverem na prática de atos ilícitos. É necessário entender o que leva um adolescente a escolher o caminho da prática de atos ilícitos ao invés de caminhar por um caminho correto. É necessário entender qual é a realidade dos adolescentes que realizam condutas ilícitas. Ao identificar o ato infracional análogo ao roubo como o principal ato infracional praticado, chegamos ao problema da desigualdade social, que tem afetado de forma negativa a sociedade. No próximo tópico, serão abordados tais pontos para analisar e responder as indagações referentes aos possíveis vetores do cometimento do ato infracional.

* 1. **Possíveis Vetores do Cometimento do Ato Infracional**

Haja vista o grande percentual de atos infracionais cometidos no Brasil tratados no tópico anterior, serão tratadas de forma simples e objetiva algumas teorias que possam ser responsáveis por estes altos índices de ocorrência de atos infracionais.

A questão dos possíveis vetores do cometimento do ato infracional é um ponto importante de ser discutido, pois a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente trazem proteção e amparo os direitos e deveres dos menores. É sabido que são várias as teorias que têm como objetivo explicar os motivos que levam os menores a realizarem condutas delituosas, principalmente pelo fato de serem indivíduos que se encontram em frase de transformação e que ainda não consegue ter responsabilidade para arcar com todas as responsabilidades de uma vida adulta. Seguindo a mesma ideia, Luft (2001, p. 12) define que o adolescente é aquele indivíduo que ainda não atingiu seu pleno desenvolvimento.

É notória a influência enorme que os adolescentes recebem o tempo todo de colegas e amigos, também menores. Dessa forma, graças a essa influência recebida, há uma grande possibilidade de os adolescentes criarem suas próprias convicções de certo e errado e menosprezarem valores e normas instituídas pelos adultos. Infelizmente, estas influências recebidas por colegas e amigos e as convicções criadas pelos próprios adolescentes, em muitas das vezes, os levam a realizar condutas ilícitas para parecerem mais viris. Dessa forma, são induzidos a se envolverem em brigas e com gangues. Como já foi abordado no tópico anterior, grande maioria das condutas ilícitas realizadas pelos adolescentes são violentas por si só, pois são análogas aos crimes contra o patrimônio, contra a vida e ao crime de tráfico de drogas.

Um dos maiores vetores do cometimento de atos infracionais apontados é o vetor socioeconômico, porém, isso não explica a presença de adolescentes com boas condições financeiras no mundo das condutas ilícitas. Ao se discutir tal tema, encontrar uma única resposta entre o motivo e o resultado é muito complicado. No entanto, pode-se observar acerca da criminalidade juvenil e adulta sob dois planos: micro-sociológico e macro-sociológico. No plano micro-sociológico o estudo e a análise têm início na relação entre os indivíduos e das relações destes indivíduos com outros jovens, delinquentes ou não. Além disso, há a análise, também, dos ambientes que o jovem frequenta e do papel da família na vida do adolescente. Já o plano macro-sociológico faz referência à análise dos sistemas socioculturais, da desigualdade social e das oportunidades que o adolescente teve ou não teve. É claro o fato que muitos adolescentes realmente são levados a praticar um ato infracional em decorrências de suas condições socioeconômicas, pois em muitas das vezes não tem dinheiro, comida ou valorizam mais o ter que o ser. Porém, muitos adolescentes também são inseridos em grupos ou gangues pelo fato de sentirem prazer e excitação ao praticar alguma conduta ilícita. Esses adolescentes, ao praticar um roubo, por exemplo, se sentem corajosos e invencíveis.

É necessário também destacar que existem adolescentes que não entraram no mundo obscuro do crime, mas já nasceram nele. Esse é o caso dos adolescentes que não possuem perspectivas de vida e cresceram em um meio onde roubar, matar e fazer o uso de drogas ilícitas é mais que normal. É impossível negar que o apoio familiar é extremamente importante na vida de um adolescente para impedir que este venha se envolver no mundo do crime. É através da família que o menor aprende valores morais e sociais, é por meio da família que o menor recebe apoio, conselhos, e consegue formar a sua personalidade da melhor forma possível. Então, fica claro que, uma família desestruturada que faz com que o adolescente presencie brigas e sofra maus tratos e agressões (físicas e morais) pode ser caracterizada como um vetor familiar.

Outro possível vetor é a influência causada pelos meios de comunicação como, por exemplo, programas de televisão, filmes, jogos e internet. Todos nós já presenciamos, alguma vez na vida, uma criança ou um adolescente que aprendeu algo na televisão, ou que assistiu algum desenho e estava se comportando da mesma forma que o personagem que ela assistiu. Isso se dá pelo fato desses indivíduos ainda não terem atingido seu total amadurecimento e não terem a real noção de certo e errado.

Vale salientar ainda que, em muitos casos a delinquência juvenil pode ser originada pelas barreiras e decepções que os adolescentes encontram quando estes vão em busca de seus projetos de vida, por exemplo, a busca por um bom trabalho, por uma educação de qualidade, pela conquista de bens materiais. O que acontece é que quando um adolescente vai em busca de seus sonhos e encontram impedimentos e obstáculos provocados pela falta de estrutura da sociedade, eles se decepcionam e em muitas das vezes têm seus sonhos interrompidos, isso faz com que o adolescente busque outra forma de conseguir o que quer, por exemplo, por meio do roubo.

Neste tópico, foi possível perceber que não há um vetor absoluto, mas sim, possíveis vetores. Não existe uma verdade absoluta sobre o que leva um menor a adentrar no mundo do crime, visto que cada um possui uma realidade diferente e suas particularidades. Porém, os vetores aqui tratados servem como parâmetro para que seja realizada uma análise de qualidade com o objetivo de se reduzir os índices de atos infracionais que crescem com o passar dos anos. É importante analisar as particularidades. Em outras palavras, se em determinada cidade ocorre muitos atos infracionais, deve-se analisar a realidade presente nesta cidade, por exemplo, se a maioria dos adolescentes que praticam atos infracionais em determinado local se trata de indivíduos pobres, que não conseguem encontrar emprego, que não tem perspectivas de vida, que não têm com o que se sustentar, sabe-se que nesta realidade o vetor principal é a falta de condições socioeconômicas. Dessa forma é possível encontrar as raízes das questões da violência e da criminalidade, que variam de uma realidade para outra.

Porém, é inegável que o principal vetor de cometimento surge graças a avassaladora desigualdade social, ao baixo poder aquisitivo, atrelado ao baixo nível de escolaridade, e na falta de oportunidades de emprego. Estamos frente a uma sociedade que tem seus valores pautados pelo consumo, sendo que o Estado, não consegue oferecer condições favoráveis para todos os seus indivíduos.

O principal objetivo deste tópico foi expor, de maneira clara e objetiva, situações que pudessem contribuir de alguma forma para a prática de atos infracionais e a partir disso buscar um caminho para o estudo e para o planejamento de medidas que sirvam de prevenção, com maior eficácia em relação a uma possível incidência ou reincidência, conforme o caso, ao adolescente infrator. No capítulo seguinte deste trabalho, veremos o surgimento das medidas socioeducativas em espécie à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente e trataremos também da aplicação de cada uma delas.

1. **OS ADOLESCENTES INFRATORES E A UTILIZAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS**

A presente seção que se inicia trata das medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, com o objetivo de esclarecer pontos importantes sobre a aplicação de tais medidas aos adolescentes que praticam algum ato infracional. É de suma importância neste momento dar a devida atenção para cada uma das medidas socioeducativas para que seja possível atingir os objetivos propostos. Como se sabe, nosso país prevê condições especiais para a aplicação da lei a casos distintos, quando estes são praticados por um indivíduo. O adolescente infrator é colocado em uma situação distinta do adulto que praticou um crime. Quando um adolescente realiza alguma conduta ilícita e recebe uma medida socioeducativa, não está sendo punido pelo ato que praticou, mas sim, está recebendo uma medida para que seja ressocializado. Neste caso, o adolescente recebe uma medida com o objetivo de atingir a sua ressocialização.

O Direito Brasileiro encontrou as medidas socioeducativas como sendo uma possibilidade de proporcionar ao adolescente autor de ato infracional uma medida proporcional à sua condição especial. Silva (2014) define a expressão “ato infracional” da seguinte forma:

É notório que a incidência de menores em práticas delitivas é cada vez maior. A sociedade intimidada clama por mudança da maioridade penal e por mais rigor nas medidas socioeducativas, juntamente com políticas públicas voltadas para a criança e ao adolescente, visando reprimir, dentre outros, a reincidência. (...) A expressão ato infracional foi o termo criado pelos legisladores na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Não se diz que o adolescente cometeu crime ou contravenção penal, e sim, ato infracional. Para isso o artigo 103 do referido diploma leciona que “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Logo, ato infracional é o ato reprovável, de desrespeito às normas, à ordem pública, ao patrimônio ou ao direito dos cidadãos, cometidos por menores de idade.

Diferentemente do que muitas pessoas fazem, não se pode generalizar dizendo que não há punição para os indivíduos menores de idade que praticam alguma conduta análoga a um crime, pois tal afirmação deixa a entender que os menores podem fazer tudo o que quiserem e nunca vão estar sujeitos à nenhum tipo de medida. Como já foi dito em momento anterior, o objetivo da aplicação de uma medida socioeducativa não é punir o adolescente por ter praticado um ato infracional, o que ocorre, na verdade, é que os menores infratores estão sujeitos às medidas socioeducativas que têm como objetivo de reeducar e ressocializar o infrator. Os indivíduos menores recebem ainda tratamento diferente no decorrer de um processo, visto que são protegidos da lentidão do Poder Judiciário, fato que favorece as decisões tomadas acerca de ações que envolvem crianças e adolescentes.

* 1. **A Proteção ao Menor de Idade no Direito Brasileiro**

O presente tópico vem tratar da proteção que o menor tem no Direito Brasileiro. Tal questão é importante de ser analisada para que seja compreendido o fato das crianças e dos adolescentes estarem sujeitos à legislação especial. Tanto as crianças quanto os adolescentes, por natureza, não têm as necessárias condições de desenvolvimento para garantirem o seu próprio sustento, possuindo então direitos preferenciais em relação aos adultos. Por esse motivo, precisa receber o apoio da sociedade e do Estado de forma consciente que tenha como objetivo o seu pleno desenvolvimento social.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, já reconhecia a necessidade dessa ação voltada para as crianças:

Recordando que na Declaração Universal dos Direitos Humanos as Nações Unidas proclamaram que a infância tem direito a cuidados e assistência especiais. Convencidos de que a família, como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e assistência necessárias a fim de poder assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade. Reconhecendo que a criança, para o pleno e harmonioso desenvolvimento de sua personalidade, deve crescer no seio da família, em um ambiente de felicidade, amor e compreensão. Considerando que a criança deve estar plenamente preparada para uma vida independente na sociedade e deve ser educada de acordo com os ideais proclamados na Cartas das Nações Unidas, especialmente com espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade. (BRASIL, 1990).

Como ficou claro, o preâmbulo dessa convenção traz uma preocupação voltada às crianças, pelo fato de, se comparadas com os adultos, serem indivíduos que se encontram em condição de fragilidade dentro da sociedade. Nesse sentido, o preâmbulo demonstra a necessidade de garantir às crianças que elas se desenvolvam sua personalidade de forma harmoniosa e crescem em um ambiente familiar, com amor e felicidade. Através dessa Convenção promulgada em 1990, visando resguardar e proteger os direitos das crianças, seriam aplicadas sanções àquele que ferisse algum desses direitos, dando a devida atenção à Declaração dos Direitos Humanos, adotada pela ONU – Organização das Nações Unidas – em 1948, e aos tratados que versassem sobre Direitos Humanos.

Como já foi visto, a criança e o adolescente, embora não sejam maiores, juridicamente falando, são concebidos como sujeitos de direito, isto já declarado na Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989. E, como todos os sujeitos de direitos, são reconhecidos como tal na medida em que lhes são assegurados e garantidos direitos fundamentais, como o direito à vida e à saúde; o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; o direito à convivência familiar e comunitária; o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; o direito à profissionalização e à proteção ao trabalho de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. (LIMA et al, 2014)

No decorrer do tempo, nosso país tem adotado inúmeras convenções e tratados que tragam benefícios e garantam o desenvolvimento das crianças, um exemplo disso é a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, que foi concluída em 29 de maior do ano de 1993, no município de Haia, nos país da Holanda. Tal convenção foi regulamentada pelo Brasil através do Decreto nº 3.087, no ano de 1999.Esta convenção, como o próprio nome já diz, trata do acolhimento de normas relativas à adoção de crianças na esfera internacional. De acordo com Lima et al (2014):

O processo de internacionalização dos direitos humanos resultou em um complexo sistema internacional de proteção, marcado pela coexistência do sistema geral e do sistema especial de proteção. O primeiro observa todas as pessoas de uma forma genérica, sem considerar suas desigualdades, no que se refere ao gênero, idade, etnia, raça, etc. Repensando no valor da igualdade, fez-se mister, em alguns casos, uma especificação do sujeito de direito, para que lhe fosse garantido o pleno exercício de direitos civis e políticos, como também de direitos sociais, econômicos e culturais. Nesse contexto, emergiu o sistema especial de proteção.

Com o objetivo de prevenir a delinquência juvenil, a Assembleia Geral da ONU, em 14 de dezembro do ano de 1990, adotou e proclamou, por meio da Resolução 45/112, os Princípios Orientadores de Riad (Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil). Tais princípios têm a finalidade de realizar a prevenção da delinquência juvenil, visando a proteção da sociedade, através da orientação das crianças e dos adolescentes.

1. A prevenção da delinquência juvenil é uma parte essencial da prevenção do crime na sociedade. Ao enveredarem por atividades lícitas e socialmente úteis e ao adoptarem uma orientação humanista em relação à sociedade e à vida, os jovens podem desenvolver atitudes não criminógenas. 2. Uma prevenção bem-sucedida da delinquência juvenil requer esforços por parte de toda a sociedade para assegurar o desenvolvimento harmonioso dos adolescentes, com respeito e promoção da sua personalidade, desde a mais tenra idade. 3. Para efeitos de interpretação destes Princípios Orientadores, deverá seguir-se uma orientação centrada na criança. Os jovens devem ter um papel ativo e colaborante dentro da sociedade e não devem ser considerados como meros objetos de medidas de socialização e de controlo. 4. Na implementação destes Princípios Orientadores qualquer programa de prevenção deverá, de acordo com os sistemas jurídicos nacionais, centrar-se desde a primeira infância no bem-estar dos jovens. (ONU, 1990)

Os princípios das Diretrizes de Riad tiveram como base a Resolução 40/33 (Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça, da Infância e da Juventude), que ficou conhecida como Regras de Beijing, adotada em 29 de novembro de 1985 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com o intuito de proteger as crianças e adolescentes, prevenir a delinquência juvenil e tratar os jovens infratores.

Em sua Resolução 40/35, proclamada em 29 de novembro de 1985, a Assembleia Geral da ONU previa a criação de medidas para prevenir a delinquência juvenil e a implementação de programas de assistência, proteção e participação da sociedade.

A Resolução nº 77, de 26 de maio de 2009, do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – que dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente e sobre a implantação do cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei. Essa resolução tem como objetivo principal a preservação da dignidade dos menores, mesmo que eles se encontrem em estabelecimentos destinados à tratamento, estabelecimentos estes que deverão ser fiscalizados, para garantir a proteção da moral, o psicológico e o físico desses menores. Dessa forma, a Resolução 77/2009 tem seus objetivos determinados nos seguintes artigos:

Art. 1º Determinar aos juízes das varas da infância e da juventude com competência para a matéria referente a adolescentes em conflito com a lei que realizem pessoalmente inspeção mensal nas entidades de atendimento sob sua responsabilidade e adotem as providências necessárias para o seu adequado funcionamento. Parágrafo único. Igual procedimento deve ser adotado pelos juízes que atuam em outros juízos, inclusive juízo único, com competência concorrente para a matéria de adolescentes em conflito com a lei. Art. 9º O Conselho Nacional de Justiça prestará o apoio técnico necessário aos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal para a inserção dos dados no cadastro nacional. Parágrafo único - Os Tribunais poderão manter os atuais sistemas de dados em utilização no respectivo Estado, ou substituí-los por outros que entendam mais adequados, desde que assegurada a migração dos dados ao cadastro nacional. Art. 10. Compete ao Comitê Gestor promover a implantação, o acompanhamento e o desenvolvimento do cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei e efetuar o detalhamento dos procedimentos para o cumprimento desta resolução. Art. 11. Os cadastros do sistema da infância e da juventude serão geridos e fiscalizados pela Corregedoria Nacional de Justiça. (CNJ, 2009).

Ainda em 2009, surgiram, através da Resolução nº 94/2009, as Coordenadorias da Infância e da Juventude no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal. Tais Coordenadorias teriam como objetivo promover a justiça caso houvesse a presença de menores no processo, além disso, através dessa resolução, deveriam ser elaboradas políticas públicas que protegessem e resguardassem judicialmente as crianças e adolescentes, bem como todos os seus direitos enquanto indivíduos em desenvolvimento.

Em 2012, o CNJ, por meio da Resolução 165/2012, dispôs acerca das normas gerais para o atendimento do Poder Judiciário ao adolescente infrator na esfera da internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas. Esta resolução veio reforçar o que é previsto no ECA, que objetiva a generalização da proteção judicial dada às crianças e adolescentes que estiverem em conflito com as leis.

Art. 4° Nenhum adolescente poderá ingressar ou permanecer em unidade de internação ou semiliberdade sem ordem escrita da autoridade judiciária competente. Art. 5° O ingresso do adolescente em unidade de internação e semiliberdade, ou serviço de execução de medida socioeducativa em meio aberto (prestação de serviço à comunidade ou liberdade assistida), só ocorrerá mediante a apresentação de guia de execução, devidamente instruída, expedida pelo juiz do processo de conhecimento. Parágrafo único. Independentemente do número de adolescentes que são partes no processo de apuração de ato infracional e do tipo de medida socioeducativa aplicada a cada um deles, será expedida uma guia de execução para cada adolescente. (CNJ, 2012).

Segundo essa resolução, a criança ou o adolescente só seriam instalados em estabelecimentos de tratamento por meio de decisão proferida pelo juiz, para que o menor cumprisse as medidas socioeducativas necessárias para garantir o seu pleno desenvolvimento.

A Resolução nº 188, de 28 de fevereiro de 2014, do CNJ, teve como objetivo expandir a atuação dos órgãos responsáveis pela fiscalização dos estabelecimentos de tratamento. Além disso, através dessa resolução seria introduzido um Cadastro Nacional de Adolescentes que tivesse realizado algum ato infracional com o objetivo de regular a situação dos menores em cumprimento de medidas socioeducativas.

O Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei será gerido e fiscalizado pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), do Conselho Nacional de Justiça. Parágrafo único. Os demais cadastros do sistema da infância e da juventude continuarão a ser geridos e fiscalizados pela Corregedoria Nacional de Justiça. (CNJ, 2014).

Ainda durante o ano de 2014, a Resolução nº 165 do Conselho Nacional de Justiça foi alterada pela Resolução nº 191, também do CNJ. Como já foi abordado em linhas pretéritas, o Resolução nº 165/2012 tratava das normas acerca do atendimento realizado pelo Poder Judiciário aos adolescentes em conflito com a lei na esfera da internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas. Pela Resolução nº 191/2014, foram definidas as competências do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente para promover, defender e controlar a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Além disso, essa resolução de 2014 trazia a garantia da ampla defesa e do contraditório nos processos em que houvesse a presença de menores infratores.

Porém, dentro da legislação brasileira, o maior amparo para os indivíduos menores de 18 anos foi o Estatuto da Criança e do Adolescente, pois é um instrumento que trata dos direitos dos menores, atribui deveres às famílias, sociedade e Estado, entre outras questões que visam a proteção das crianças e adolescentes e o pelo desenvolvimento social e educacional destes. Segundo Silva (2014):

No Brasil, alguns normativos legais pela sua importância, são condensados em codificações que facilitam o tratamento das questões jurídicas no âmbito mais especifico e detalhado do assunto selecionado pela sua prioridade social. Existem então o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto das Cidades, o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que são exemplos de consolidações legislativas, inclusive para melhor compreensão dos interessados. Este último, também denominado ECA, conforme o próprio nome demonstra, é um estatuto ou codificação que trata do universo mais específico vinculado ao tratamento social e legal que deve ser oferecido às crianças e adolescentes de nosso país, dentro de um espírito de maior proteção e cidadania decorrentes da própria Constituição promulgada em 1988. O ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, sendo fruto da lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que neste ano de 2008 completa “maioridade” de existência.

Com o reconhecimento da necessidade de se acompanhar todas as determinações feitas pela Constituição Federal Brasileira e pelos tratados que versavam sobre os Direitos Humanos, especialmente sobre as crianças e adolescentes, em 13 de julho de 1990, pela Lei nº 8.069, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente.

* 1. **Das Medidas Socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.**

O tópico que se inicia trata das medidas socioeducativas previstas no ECA e tem como objetivo analisar cada uma das medidas socioeducativas a que os menores estão sujeitos. Como já foi abordado em linhas anteriores, o Estatuto da Criança e do Adolescente é o instrumento que, dentro da nossa legislação brasileira, representa a maior vitória alcançada pelas crianças e adolescentes brasileiros, instrumento este que determinou várias medidas direcionadas para o pleno desenvolvimento social e educacional dos indivíduos menores de idade. Como se sabe, as crianças e adolescentes são indivíduos que ainda não atingiram o seu pleno desenvolvimento e, nessa fase, a delinquência é um dos maiores problemas enfrentados, dessa forma, há a necessidade de o direito atuar para conter as ações ilícitas dos menores e buscar por sua reeducação frente a sociedade. De acordo com Rodrigues (2014, p. 03):

É fato que o crime e a delinquência, em conjunto com a violência, são os principais problemas em nossa sociedade atual. No entanto, não existem explicações simples ou um entendimento único de suas causas. A diversidade de motivações que são abordadas pelos estudos sociológicos traz alguma luz a esse tão complexo comportamento. Está claro que maiores cuidados devem ser dedicados aos processos de formação do indivíduo, sem criminalizar o diferente ou excluir as camadas mais fragilizadas de nossa sociedade. Em especial nossa juventude, que são os mais vulneráveis e expostos aos problemas sociais relacionados ao crime e à violência.

Sabe-se que quando uma criança ou um adolescente praticam uma conduta descrita pelo Código Penal Brasileiro como crime, na verdade, ele praticou um ato infracional. Assim como foi analisado no capítulo anterior, tais atos infracionais representam um percentual enorme em nossa sociedade. Dessa forma, há a necessidade de se aplicar medidas aos autores de atos infracionais com o objetivo de reeducá-los, previstas então no ECA como medidas de proteção e medidas socioeducativas. Como já vimos, os adolescentes estão sujeitos às medidas socioeducativas enquanto as crianças estão sujeitas às medidas de proteção, porém, vale lembrar que aos adolescentes também podem ser aplicadas medidas protetivas.

* + 1. **Das Medidas Socioeducativas em Espécie**

O presente tópico vem tratar de cada uma das medidas socioeducativas, que são, de forma especial, o foco do presente estudo, conforme já foi dito em linhas pretéritas. Para que seja possível atingir os devidos objetivos da presente pesquisa, faz-se necessário analisar cada uma das medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do ECA. O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), em seu artigo 112, traz um rol taxativo de medidas aplicáveis aos adolescentes autores de ato infracional, tais medidas são definidas como medidas socioeducativas.

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - advertência;

II - obrigação de reparar o dano;

III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semi-liberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

A aplicação de uma medida socioeducativa fica a cargo do Juiz da Vara da Infância e da Juventude, ouvido o Promotor de Justiça, e tem base na observação dos inúmeros fatores que levam o adolescente a cometer um ato infracional, da fase de desenvolvimento que o adolescente se encontra e da gravidade da conduta ilícita que o adolescente praticou. De acordo com o artigo 112 acima citado, ao adolescente (indivíduo maior de 12 e menor de 18 anos) podem ser aplicadas as seguintes medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade, internação em estabelecimento educacional ou, ainda, qualquer uma das previstas no artigo 101, I a VI. Dessa forma, fica claro que, apesar das crianças estarem sujeitas à cumprir somente as medidas protetivas, os adolescentes podem cumprir qualquer que seja a medida protetiva ou socioeducativa. Quanto ao artigo 101 do ECA (BRASIL, 1990), está previsto o seguinte:

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III - matrícula e freqüência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;

V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

Portanto, frisa-se que, além das medidas do artigo 112 do ECA, os adolescentes podem ainda cumprir as medidas socioeducativas previstas no artigo 101 do mesmo estatuto (BRASIL, 1990), sendo elas: encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e freqüência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial ou inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos. A seguir, serão abordadas separadamente, cada uma das medidas citadas.

* + - 1. **Da Advertência**

A medida socioeducativa prevista no inciso I, do artigo 112 do ECA trata da advertência que, geralmente, é a primeira medida a ser imposta ao adolescente autor de ato infracional. Porém, para que a advertência seja aplicada, é preciso que a conduta ilícita cometida pelo adolescente seja de carater mais leve, que não represente grande gravidade para a sociedade e precise de uma medida mais forte. Partindo disso, Fonseca (2012, p. 340) preconiza que:

É a mais leve das sanções não privativas de liberdade, pelo que exige bastante atenção em seu manejo e solenidade, para que o Juiz e o Ministério Público não passem a impressão de “folga” nem de excessiva rudeza, pois o adolescente é pessoa em desenvolvimento e merecedora de atenção e respeito.

O Juiz então não deve diminuir a característica de sanção da medida de advertência, pois pode ocorrer de esta não trazer os efeitos almejados já que tem carater educativo. De acordo com Fonseca (2012, p. 341), para que o Juiz imponha a medida de advertência, é necessário que haja prova da materialidade do fato e indícios suficientes que indiquem a autoria do ato, em outras palavras, não precisam existir provas da autoria do ato infracional, visto que, somente a presença de indícicos já bastam para impor medida socioeducativa de advertência. Do mesmo modo, Cury (2008, p. 425) entende que:

Com isso, estão excluídas as situações que acarretam “mera suspeita”, visto que a autoridade deverá contar com elementos de convicção, embora não plenamente concludentes, mas fortemente indicativos, sosbre a autoria do ato infracional. Afinal de contas, a despeito de sua aparente simplicidade, a advertência constitui uma interferência na esfera do *jus libertatis* do adolescente e seu carater sócio educativo determina sua vinculação ao princípio da justa causa.

É possível compreender que além de trazer uma lista das medidas que podem ser aplicadas aos adolescentes, o ECA ainda prevê parâmetros a serem seguidos pelo juiz para a aplicação da medida socioeducativa correta. Com base nisso, Moura (2011, p. 07) entende que:

O Estatuto da Criança e do Adolescente limita-se a indicar o rol de medidas socioeducativas permitidas, fazendo, no entanto, algumas proibições ou ressalvas. Cabe ao juiz adequá-las ao caso concreto. Para fazer tal cominação deve o juiz seguir os parâmetros ditados pelo Estatuto e também pelo Código Penal. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o aplicador da lei possui liberdade para escolher a medida socioeducativa a ser determinada, mas existem regras sequenciais que o orientam ao longo do processo de escolha da medida mais adequada.

Tal premissa está presente no artigo 115 do ECA, que confere ao Juiz a responsabilidade para realizar de forma judicial a repreensão. A imposição da advertência tem a finalidade tentar conscientizar o adolescente autor de ato infracional acerca dos efeitos da conduta praticada dentro da sociedade e evitar que este adolescente volte a praticar novos atos análogos à crimes. Além disso, também é objetivo da medida de advertência dar a devida ciência, de forma oral, aos pais ou responsáveis do ato praticado pelo adolescente, como forma de alertar o adolescente da gravidade de sua conduta, tentando assim conscientizá-lo.

De acordo com Liberati (2003, p. 103), quanto à forma de aplicação da medida socioeducativa de advertência, o Estatuto indica a efetuação de uma audiência que deve contar com a presença do Juiz, do representante do Ministério Público, do adolescente e de seus pais ou responsáveis. É nessa audiência que ocorre a manifestação da imposição da medida, a fim de intimidar, de censurar, levando-se em conta que o adolescente que recebe a advertência é um indivíduo que ainda não atingiu seu pleno desenvolvimento social e educacional, que possui direito ao respeito e à dignidade e que não pode ser constrangido. O fato da medida socioeducativa ser considerada como uma medida simples, não indica que é menos importante que as outras, na verdade, a figura da autoridade realizando um alerta ao adolescente acerca dos resultados do ato infracional praticado é uma influência positiva na busca pela educação do adolescente.

Desse modo, a medida socioeducativa de advertência representa uma medida de caráter mais moderado que objetiva repreender o adolescente que praticou algum ato infracional que se efetiva no momento em que consecegue fazer com que o adolescente entenda que o seu ato foi errado, e que ele compreenda todos os resultados que ele encontrará se insistir em continuar cometendo outras condutas ilícitas. Porém, se o adolescente em questão se tratar de um adolescente reincidente, a medida socioeducativa de advertência não terá os efeitos esperados, havendo a necessidade então da aplicação de outra medida socieducativa, pois entende-se que a advertência não chegou aos resultados esperados.

* + - 1. **Da Obrigação de Reparar o Dano**

Nos casos em que o adolescente praticar um ato infracional que causar prejuízos para a vítima, o Juíz poderá impor ao adolescente a medida socioeducativa de obrigação de reparar o dano causado pelo ato infracional de acordo com o que está previsto no artigo 116 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que pode ser a restituição da coisa, o ressarcimento do dano ou, de alguma forma, a compensação do prejuízo à vítima. No entanto, se o adolescente for impossibilitado de cumprir a medida socieducativa em questão, ela poderá ser substituída por outra. A medida de obrigação de reparação de dano possui um caráter voltado para o lado econômico, visto que, faz referência ao ato do adolescente infrator de resolver o “problema” com o ressarcimento daquele que foi lesado pelo ato infracional. Partindo disso, Gama (2007, p. 08) aponta que:

A obrigação de reparar o dano por óbvio que pressupõe infração compatível com a espécie, visto que nem toda a infração deixa um dano a reparar. A hipótese de reparação como medida sócio-educativa deve ser aplicada, preferencialmente, quando possa o infrator, por seu trabalho, efetuá-la, sob pena de recair, na prática, sobre os responsáveis pelo adolescente. O que o art. 116 do ECA prescreve, é que em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou qualquer outra forma que possibilite a compensação do prejuízo para vítima.

Essa medida socioeducativa deve ser compreendida não apenas levando em consideração o prejuízo da vítima, mas sim como uma opção para que o adolescente possa aprender e se conscientizar acerca dos direitos do próximo. A obrigação de reparar o dano, assim como no caso da advertência, também passa pela apreciação da autoridade judiciária que realizará a análise do caso e aplicará a medida socioeducativa de acordo com o artigo 116 do ECA (restituição da coisa, o ressarcimento do dano ou, de alguma forma, a compensação do prejuízo à vítima).

Como já se sabe, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que o adolescente é responsável pelo dano que causar à alguém, porém, vale destacar que o artigo 928 e seguintes do nosso Código Civil Brasileiro, prevêem que os pais ou responsáveis possuem o dever de reparar os danos causados por seus filhos menores, a fim de harmonizar os interesses do adolescente infrator e da vítima. Também é necessário salientar que, a medida socioeducativa de orbrigação de reparar o dano será aplicada ao adolescente quando este tiver condições de encarregar-se de reparar o dano à vítima, pois, se não for possível que o adolescente cumpra a medida imposta, o juíz deverá aplicar uma outra medida, para que a primeira não se torne ineficiente. Dessa forma, a medida socioeducativa discutida, além de ser trazida como um modo de atribuir ao adolescente responsabilidade pela autoria do ato análogo à crime, também serve como aprendizado para o adolescente e possibilita à vítima o ressarcimento do prejuízo. Essa medida então, é homologada pelo Juiz.

* + - 1. **Da Prestação de Serviços à Comunidade**

A medida socioeducativa que prevê a prestação de serviços à comunidade, prevista no artigo 112, inciso III e disciplinada pelo artigo 117, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente, é uma das mais famosas e uma das mais aplicadas. Tal medida é imposta pelo Juíz da Infância e da Juventude ou pela Autoridade Judiciária que exerça essa função, em conformidade com o artigo 117 do ECA (BRASIL, 1990):

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a freqüência à escola ou à jornada normal de trabalho.

Como é possível aferir com a análise do artigo acima citado, ele traz a definição, o período da duração e os locais de realização da medida socioeducativa em questão. Nessa medida, objetiva-se o apoio familiar bem como o apoio do Poder Público e da sociedade como um todo. Segundo Martins (2000, p. 04):

A Prestação de Serviços à Comunidade é uma medida que, bem aplicada, oportuniza ao adolescente a formação de valores e atitudes construtivas, através de sua participação solidária no trabalho das instituições. Requer o envolvimento da comunidade, da família, das organizações governamentais e não-governamentais. Para sua execução é imprescindível uma estreita articulação e integração com os órgãos, entidades e instituições governamentais e não governamentais que desenvolvem ações na área da infância e juventude.

É fato que, espera-se que o adolescente autor de ato infracional, após cumprir essa medida, tenha o seu lado social mais desenvolvido, despertando o enteresse para atitudes construtivas e que seja capaz de formar bons valores morais. Nesse caso, é necessário que a sociedade apoie este adolescente, que a família e o Poder Público estejam presentes para que esta medida socioeducativa atinja a sua eficácia. Vale ressaltar que, o adolescente autor de ato infracional a quem for imposta tal medida, deverá ser conduzido para o desenvolvimento de atividades sem obter qualquer espécie de remuneração que têm o foco voltado para os interesses da comunidade, possuindo claramente um caráter pedagógico. É possível destacar ainda que o serviço terá duração de 8 horas semanais, por período de até 6 meses que pode ser renovado se o adolescente voltar a cometer novo ato infracional. Se tratando do caráter pedagógico que essa medida possui, Fonseca (2014, p. 343-344) defende que:

A medida em análise tem conteúdo pedagógico com “efeito de ordem moral”, pois o adolescente realizando tarefas gratuitas, junto a hospitais, escolas, asilos ou orfanatos, conscientiza-se da ilicitude e da reprovação à sua conduta. A intenção é que se integre a sociedade e passe a respeitar o convívio social. (...) A medida pode ser imposta cumulativamente, como no caso de o adolescente ter praticado outra infração e sofrer medida idêntica: deve cumprir uma após a outra. A medida deve ser cumprida em meio aberto, devendo contar com a colaboração da comunidade, pelas entidades que auxiliam no cumprimento da medida, as quais deverão informar ao juízo ou ao Ministério Público eventual anomalia no comportamento do jovem ou mesmo no cumprimento da medida.

Outro ponto a ser ressaltado é quanto as tarefas atribuídas ao adolescente. No momento da atribuição das tarefas, é levada em conta a capacidade física e moral do indivíduo, de forma que ele não seja exposto à nenhum tipo de constrangimento e que tais tarefas não afetem negativamente a sua frequência escolar ou jornada de trabalho. Com isso, há a busca pelo desenvolvimento social do adolescente.

* + - 1. **Da Liberdade Assistida**

A medida socioeducativa de liberdade assistidade está prevista no artigo 112, inciso IV, e disciplinada pelos artigos 118 e 119, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente, e é aplicada quando se percebe o adolescente necessita de um acompanhamento, a fim de auxiliá-lo e orientá-lo. De acordo com Miranda (2013, p.10):

A Liberdade Assistida é uma medida socioeducativa, a ser cumprida em meio aberto, isto é, sem que o jovem tenha privação de sua liberdade, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990), aplicável aos adolescentes considerados autores de atos infracionais. Trata-se de medida judicialmente imposta, de cumprimento obrigatório. Sua aplicação tem lugar quando se mostrar, dentre as medidas socioeducativas elencadas no art. 112 do ECA, a mais adequada ao caso concreto para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o jovem, devendo, ainda, ser levada em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. Tem como objetivo não só evitar que o adolescente venha novamente a praticar ato infracional, mas, sobretudo ajudá-lo na construção de um projeto de vida, respeitando os limites e as regras de convivência social, buscando sempre reforçar os laços familiares e comunitários.

Segundo o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, a medida socioeducativa de liberdade assistida terá um período mínimo de 6 meses, que poderá ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, a qualquer tempo, após ser ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor. O ECA ainda atribui ao orientador do indivíduo, com o apoio e a supervisão da autoridade competente os seguintes encargos: promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo à eles orientação e, quando houver a necessidade, os inseri-los em programas de auxílio e assitência social; realizar a supervisão da vida escolar do adolescente; cuidar da inserção deste adolescente no mercado de trabalho e desenvolver e apresentar os devidos relatórios do caso. Dessa forma, o orientador acompanha o menor e a sua família, buscando salvar suas qualidades.

A medida socioeducativa em questão é tida como uma alternativa mais plácida e pedagógica se comparada com a medida socioeducativa de internação, pois, por meio da liberdade assistida, é proporcionado ao adolescente a opção de cumprir uma medida em meio familiar e em liberdade, com a fiscalização de um orientador. Se tratando a aplicação da liberdade assistida, Elias (2005, p. 127) dispõe que:

Normalmente se aplica a liberdade assistida a menores reincidentes em infrações mais leves, como pequenos furtos, agressões leves ou porte de entorpecentes para uso próprio. Por vezes, aplica-se àqueles que cometeram infrações mais graves, onde, porém, efetuado o estudo social, verifica-se que é melhor deixa-loscom sua família, para sua reintegração à sociedade. Outras vezes, aplica-se àqueles que, anteriormente, estavam colocados em regime de semiliberdade ou de internação, quando se verifica que os mesmos já se recuperaram em parte e não representam um perigo à sociedade.

Tal medida reflete a necessidade que o adolescente tem da proteção da família e do Estado, pois o adolescente precisa do acompanhamento para garantir a eficácia da medida, porém, se tal medida não trazer os resultados esperados, em outras palavras, se o adolescente descumprir a medida, medidas como semiliberdade ou internação poderão ser aplicadas, levando em conta o fato do adolescente ser um indivíduo que está em desenvolvimento.

* + - 1. **Da Inserção em Regime de Semi-liberdade**

A medida socioeducativa de inserção de regime de semiliberdade está expressa no artigo 112, V, e está disciplinada pelo artigo 120, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece que tal medida pode ser imposta desde o início ou estabelecer um modo de transição para o regime aberto, quando for o caso do adolescente ter recebido a medida socioeducativa de internação, caracterizando assim uma espécie de progressão.

Art. 120. O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação. (BRASIL, 1990)

O artigo acima citado, em seu § 1º, ainda trata da possibilidade de realização de atividades externas aos adolescentes, sem depender de autorização judicial, colocando como obrigatórias a escolarização e a profissionalização, ultilizando-se de recursos que existem na comunidade, além disso, o artigo em seu § 2º, prevê a falta de determinação quanto ao prazo da medida, sendo considerado então o prazo definido para a medida socioeducativa de internação, que tem período máximo de 3 anos. De acordo com Andrade (2015, p.06):

A medida de semiliberdade constitui o meio termo entre a liberdade e a internação. O adolescente deverá ficar recolhido durante o período noturno e poderá exercer atividades externas durante o dia. Pode ela ser aplicada diretamente e de modo autônomo ou poderá ser imposta como condição do adolescente internado transitar para o meio aberto, conforme previsto no artigo 120 do ECA. Quanto ao prazo da medida, verifica-se, conforme o parágrafo 2º do artigo 120, que não haverá prazo determinado para o cumprimento desta, sendo condicionado à resposta do adolescente à medida, devendo, no entanto, ser ela reavaliada no período máximo de 06 meses e não poderá exceder, em qualquer caso, o prazo de 03 anos de duração.

Como a medida discutida se trata de uma medida de privação de liberdade, deve respeitar o devido processo legal e dar a devida atenção para o conteúdo disposto nos artigos 110 e 111 do ECA (BRASIL, 1990):

Art. 110. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.

Art. 111. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias:

I - pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;

II - igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa;

III - defesa técnica por advogado;

IV - assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;

V - direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;

VI - direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

O adolescente que for submetido à esta medida, no período diurno, deverá realizar as atividades externas, tais como frequência na escola e frequência em cursos profissionalizantes, já no período noturno, este adolescente deve dormir na instituição destinada para cumprir a medida. No decorrer do período em que o adolescente se encontrar cumprindo a medida de semi-liberdade, a equipe interdisciplinar da instituição tem o dever de elaborar e apresentar relatórios a respeito da efetividade da medida socioeducativa, pois, como já foi dito, o ECA não determina prazo específico para tal medida, e seu objetivo é integrar o adolescente infrator no âmbito familiar e social. Nas instituições de atendimento, os adolescentes recebrão orientações e ensinamentos referentes ao seu desenvolvimento escolar e profissional, para que este indivíduo não volte a praticar um novo ato infracional.

Por fim, a medida socioeducativa de semi-liberdade tem que ser enxergada como uma opção ao regime de internação na hispótese do adolescente não apresentar perigo para a sociedade, pois tal medida priva de forma parcial a liberdade do adolescente e tem como objetivo a reintegração deste adolescente junto com a família e sociedade.

* + - 1. **Da Internação em Estabelecimento Educacional**

A internação em estabelecimento educacional é uma medida socioeducativa prevista no artigo 112, inciso VI, e está disciplinada do artigo 121 até o artigo 125, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dentre todas as medidas socioeducativas previstas pelo ECA, a internação é a mais grave, pois priva o adolescente de sua liberdade. Com base nisso, há o entendimento de Fonseca (2012, p. 348) citado a seguir:

A medida socioeducativa de internação é destinada a casos graves (devidamente comprovados no processo de ação socioeducativa); é a mais severa das respostas pedagógicas aplicadas aos adolescentes infratores, devendo ser imposta apenas como *ultima ratio*, ou seja, somente na inexistência de outra medida mais adequada no leque das medidas socioeducativas anteriores. Primeiro, as medidas em meio aberto; depois, as medidas em meio fechado, como a internação e a semi-liberdade.

O artigo 121, do ECA define a internação como medida que priva a liberdade do adolescente, além disso, é informado também que a medida de internação está sujeita a alguns princípios, sendo, brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. O mesmo artigo traz em seus vários parágrafos as principais normas da medida de internação. Durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação, o adolescente pode realizar atividades externas se a equipe da instituição permitir e não houver determinação judicial expressa contrária, determinação esta que pode ser revista a qualquer momento. O estatuto em questão não traz o prazo determinado para a medida de internação, só traz a informação de que sua manutenção precisa ser novamente avaliada a cada seis meses (no máximo) por meio de decisão fundamentada e que o período máximo que um adolescente ficará internado não poderá ultrapassar três anos, independentemente de qualquer hipótese. O referido artigo ainda prevê que, passado os três anos de internação, o adolescente deve ser liberado e ficar sujeito ao regime de semi-liberdade ou liberdade assistida, além disso, existe a liberação compulsória que ocorre quando o adolescente completa seus 21 anos de idade. A liberdade compulsória nada mais é que a liberdade obrigatória, ou seja, com 21 anos de idade o indivíduo deve ser liberado. E por fim, o artigo 121 prevê também que, a desinternação do adolescente só pode ocorrer após autorização do poder judiciário, ouvido o Ministério Público.

O artigo 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente traz um rol de hipóteses em que a medida socioeducativa de internação pode ser imposta ao adolescente. Só pode ocorrer a aplicação de tal medida quando o adolescente praticar um ato infracional utilizando de violência ou grave ameaça; por meio da repetição da prática de outros atos infracionais de natureza grave ou por meio do descumprimento da medida anteriormente recebida. Por motivo de descumprimento de medida anterior, o período de internação não pode ultrapassar três meses e deve ser decretada pelo poder judiciário respeitado o devido processo legal e, vale destacar que, se houver outra medida adequada, a medida de internação não poderá ser imposta ao adolescente. Segundo Moura (2011, p. 09), acerca da aplicação da medida de internação:

Medida grave, a internação, posto que priva o adolescente de sua liberdade, deve ser utilizada apenas como recurso extremo para o alcance do sentido da reprimenda estatal. O art. 122, parágrafo 2º do ECA determina que a medida de internação não pode ser aplicada havendo outra medida adequada. A regra, portanto, é aplicação de medida em meio aberto, devendo a internação ser utilizada excepcionalmente. Ao ser aplicada a medida de internação, deve ser justificada a necessidade de sua aplicação, de forma a ilidir a presunção de adequação de regime mais brando.

A medida de internação possui caráter preventivo e rigoroso. O adolescente autor de ato infracional é afastado do convívio social e encaminhado para um estabelecimento que seja responsável por realizar a reintegração social. Tal medida é uma das mais discutidas, pois retira os adolescentes da vida em sociedade, tendo semelhança com as penas privativas de liberdade, tendo como diferença somente o público que atingem.

* + - 1. **Qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente**

Conforme já foi abordado anteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas socioeducativas e medidas de proteção. As medidas socioeducativas são destinadas aos adolescentes, enquanto as medidas protetivas são destinadas às crianças. No entanto, vale salientar que, as medidas de proteção previstas nos incisos I ao VI, do artigo 101, do ECA, também podem ser aplicadas aos adolescentes. Dentre as medidas protetivas aplicáveis aos adolescentes estão: o encaminhamento do adolescentes aos pais ou ao responsável por meio de termo de responsabilidade; a orientação, apoio e acompanhamento oferecido ao adolescente temporariamente; a matrícula e frequência obrigatórias em instituição de ensino fundamental; a inclusão do adolescente em programas e serviços de que ofereçam proteção, apoio e promovam a família dos menores; a requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico para o adolescente, em regime hospitalar ou ambulatorial e a inclusão do adolescente em programas de ofereçam auxílio, orientação e tratamento para alcoólatras e toxicômanos.

1. **A APLICAÇÃO E EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, A VERIFICAÇÃO DO COMBATE À REINCIDÊNCIA E A RESSOCIALIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES INFRATORES NA CIDADE DE ITAPACI-GO.**

O presente capítulo que se inicia é de extrema importância, visto que, serão analisados todos os dados obtidos por meio das pesquisas de campo realizadas que refletem a realidade itapacina. O objetivo do presente capítulo é apresentar todos os resultados referentes aos atos infracionais que ocorrem no município e verificar os índices de reincidência e de ressocialização, além de outros pontos importantes para a conclusão do presente estudo, tais como, quais são os atos infracionais que ocorrem com maior frequência, quais são os vetores do cometimento dos atos infracionais, entre outros.

Para a confecção do presente capítulo, foi necessária a busca por dados que refletissem a verdadeira situação que a cidade de Itapaci-GO vem enfrentando desde o ano de 2013, dessa forma, foram realizadas pesquisas de campo nos seguintes locais: Delegacia de Polícia Civil, Conselho Tutelar, CREAS, Destacamento da Polícia Militar, Fórum e Paróquia Imaculado Coração de Maria, ambos em Itapaci-GO. Todas as pesquisas de campo foram elaboradas na forma de um questionário, elaborado pela autora, que foi respondido por cada um dos entrevistados.

* 1. **Da quantidade de atos infracionais praticados por adolescentes em Itapaci-GO.**

Há tempos sabe-se que os adolescentes estão, cada vez mais, envolvidos no mundo do crime, seja pela prática de pequenos furtos ou até mesmo pela associação ao tráfico de drogas ou pela prática de homicídios. Em Itapaci-GO não é diferente, pois vez ou outra são registrados casos de condutas ilícitas praticadas por indivíduos menores de 18 anos. Desse modo, observa-se a importância de se discutir acerca dos adolescentes infratores e de se buscar dados reais da ocorrência desses casos. Os moradores itapacinos têm discutido bastante sobre a falta de segurança e, quase sempre, a falta de segurança está ligada às condutas praticadas por adolescentes. Apesar de ser um assunto bastante discutido, a população não tem muito acesso à realidade em que vive, baseando-se apenas em notícias infundadas. Diante disso, ressalta-se a importância dos gráficos a seguir expostos, que foram elaborados através dos números de casos encontrados na Delegacia de Polícia Civil de Itapaci-GO, por meio de um questionário respondido pelo escrivão, ad hoc, Dalton Alencar de Melo.

A pesquisa de campo partiu da análise do ano de 2013 e finalizou-se com a análise dos dados referentes ao ano de 2018. O foco da pesquisa esteve voltado para a quantidade de atos infracionais que ocorrem por ano, atos infracionais que ocorrem com maior frequência, o número de adolescentes que foram ressocializados após cumprirem medidas socioeducativas e o índice de reincidência. O gráfico a seguir, por exemplo, tem o objetivo de demonstrar a quantidade de casos que ocorreu no município em cada um dos anos pesquisados.

**Gráfico 9 – Quantidade total de atos infracionais praticados por adolescentes em Itapaci-GO nos anos de 2013 a 2018.**

Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com o gráfico acima, é possível observar a quantidade de atos infracionais ocorridos e registrados na cidade de Itapaci-GO, entre os anos de 2013 a 2018. Em 2013 a Delegacia de Polícia Civil registrou 52 casos de atos infracionais cometidos por adolescentes no município. No ano de 2014 foi possível notar um aumento de 6 novos casos, em relação ao ano anterior, totalizando assim 58 atos infracionais praticados. Em 2015, a quantidade de casos continuou a subir, totalizando 72 casos, representando então um aumento de 14 atos infracionais em relação a 2014. Já no ano de 2016, felizmente, a quantidade de casos teve uma queda considerável, reduzindo para 44 atos infracionais praticados no decorrer de todo o ano. Em 2017, foram registrados 30 casos e em 2018, 19 casos. Desse modo, foi possível analisar que, no triênio 2013-2015 os atos infracionais foram aumentando de um ano para outro, porém, no ano de 2016 até o ano de 2018, o número de casos registrados foram diminuindo ano por ano. Diante disso, fica claro que de 2015 a 2016 a maior mudança ocorreu, sendo o ponto de partida para a diminuição da ocorrência de atos infracionais na cidade.

Outro ponto de grande importância para o presente estudo é acerca dos atos infracionais que ocorrem com maior frequência no município. Tendo como base as pesquisas de campo realizadas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, na Delegacia de Polícia Civil, no Destacamento da Polícia Militar, no Conselho Tutelar, na Paróquia Imaculado Coração de Maria e no Fórum, ambos localizados na cidade de Itapaci-GO, foi possível concluir que existem atos infracionais que ocorrem com maior frequência, enquanto que outros são mais raros de serem cometidos. Os atos infracionais praticados com maior frequência também sofrem variação de um ano para outro. Tal fato segue apresentado nos gráficos a seguir expostos.

**Gráfico 10 – Atos infracionais praticados por adolescentes que ocorreram com maior frequência em Itapaci-GO no ano de 2013.**

Fonte: elaborado pela autora.

Com base no gráfico acima exposto, é possível concluir que, no ano de 2013, o ato infracional praticado com maior frequência no município de Itapaci-GO, levando em consideração os atos infracionais devidamente registrados na Delegacia de Polícia Civil, foi o ato análogo ao furto. Em outras palavras, no decorrer de todo o ano de 2013, foram registrados 13 casos de furtos cometidos por adolescentes, o que representa 25% do total de casos registrados. Em seguida, ocupando o segundo lugar, está o ato infracional análogo ao roubo. No respectivo ano foram registrados 11 casos de roubos cometidos por adolescentes, representando 21% do total de registros. Em terceiro lugar, está a condução de veículos sem habilitação. Este ato infracional foi registrado na delegacia por 9 vezes, número este que representa o equivalente a 18% da quantidade total de atos infracionais ocorridos e registrados pela Polícia Civil. Ocupando o quarto lugar, está a posse de drogas para consumo próprio. Dessa forma, no ano de 2013, foram 13 casos de adolescentes portando consigo drogas em quantidade que indica consumo próprio, indicando assim 11% do total de casos. Em seguida, na quinta posição, está o porte de arma branca, que representa 10% do total de casos de atos infracionais. Em 2013, a Polícia Civil registrou 5 casos de adolescentes portando armas brancas, entre estas armas estão facas e canivetes. O ato infracional análogo ao tráfico de drogas ocupa o sexto lugar, sendo 5 casos registrados e representando 10% do número total de registros de 2013. Na última posição, há a expressão “outros”, que indica 3 casos e representa 6% do total registrado. A posição caracterizada como “outros”, no ano de 2013, representa 3 atos infracionais distintos, sendo 1 homicídio e 2 lesões corporais leves.

**Gráfico 11 – Atos infracionais praticados por adolescentes que ocorreram com maior frequência em Itapaci-GO no ano de 2014.**

Fonte: elaborado pela autora.

No ano de 2014, como já foi apresentado no gráfico nº 7, foram registrados na Delegacia de Polícia Civil do município de Itapaci-GO, 58 casos de condutas ilícitas praticadas por indivíduos maiores de 12 e menores de 18 anos de idade (adolescentes). É possível observar no gráfico acima (gráfico nº 9), que a Polícia Civil recebeu registros em quantidades diferentes para cada um dos casos. Do total de casos registrados em 2014, 26% são atos infracionais análogos ao roubo, o que indica 15 casos. Neste ano, diferentemente de 2013, o roubo ocupou a primeira colocação entre os atos infracionais praticados com maior frequência. Em segundo lugar, está o furto, sendo registrados 12 casos, indicando 20% de todos os atos infracionais de 2014. Em terceira posição, sendo registrada por 10 vezes e representando 17% de todos os registros do referido ano, está a posse de drogas para o próprio consumo. Em seguida, está a condução de veículos sem habilitação, que foi registrada por 9 vezes e representa 15% dos atos infracionais praticados em 2014. Em quinto lugar está o porte de arma branca, que ocorreu em 7 casos e representa 12% dos registros. Em sexta colocação está o tráfico de drogas. O ato infracional análogo ao tráfico de drogas foi registrado por 3 vezes na cidade de Itapaci-GO e representa (5%) de todos os atos infracionais registrados no município no ano de 2014. Em uma posição, estão os atos infracionais que ocorrem com menor frequência, definidos como “outros”, que representam 2 casos (3%), sendo 1 lesão corporal leve e 1 tentativa de homicídio.

**Gráfico 12 – Atos infracionais praticados por adolescentes que ocorreram com maior frequência em Itapaci-GO no ano de 2015.**

Fonte: elaborado pela autora.

Analisando o gráfico acima exposto, é possível observar que, no ano de 2015, o roubo continuou sendo o ato infracional praticado com maior frequência por adolescentes na cidade de Itapaci-GO. De acordo com o gráfico, no ano de 2015, a PC (Polícia Civil) recebeu 19 casos de roubos praticados por adolescentes, número este que representa 26% do total de atos praticados em todo o ano. O segundo ato infracional mais praticado foi o porte de arma branca, que contou com 16 registros e representa 21% dos casos. Em terceiro lugar está o furto. 19% de todos os atos infracionais registrados na Polícia Civil no ano de 2015 representam o furto, tendo 13 casos devidamente registrados. A condução de veículos sem habilitação ocupou a quarta posição, com 9 casos (13%). Em quinto lugar na escala de maior ocorrência, ficou a posse de drogas para consumo próprio. Este ato infracional consta em 6 registros e representa 8% dos casos de 2015. Em sexto lugar está o tráfico de drogas. Foram 5 casos registrados de adolescentes traficando drogas no município de Itapaci-GO em 2015, representando 7% dos casos registrados no ano. Em último lugar, na categoria “outros” constam 4 casos distintos, que representam 6% de todos os casos registrados, sendo, 1 lesão corporal leve, 1 lesão corporal grave, 1 homicídio e 1 tentativa de homicídio. Em especial, tais atos infracionais arrolados na categoria “outros” assustam bastante os moradores do município. Apesar de serem atos infracionais que não ocorrem com a mesma frequência que os demais, choca saber que os adolescentes têm chegado ao ponto de realizar atos tão cruéis e violentos.

**Gráfico 13 – Atos infracionais praticados por adolescentes que ocorreram com maior frequência em Itapaci-GO no ano de 2016.**

Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com o gráfico n° 9, foi possível observar que a partir do ano de 2016 os registros de atos infracionais começaram a diminuir no município. Dessa forma, é notável no gráfico exposto acima (gráfico 13) que os atos infracionais praticados com maior frequência também possuem menor incidência em relação aos anos anteriores. Em 2016, o ato infracional que ganhou destaque por ter a sua prática mais frequente foi o roubo, que teve seus registros totalizados em 12 casos, o que indica 26% de todos os atos infracionais. Em segundo lugar, está o furto, que foi registrado por 9 vezes e representa 20% dos atos infracionais de 2016. Em seguida, ocupando a terceira posição está a posse de drogas para consumo próprio. Este ato infracional ocorreu por 7 vezes de acordo com os arquivos da Polícia Civil, quantidade esta que representa 15% do total. Em quarto lugar, com 6 casos e indicando 12% do total, está o porte de arma branca. Em seguida, no quinto lugar, totalizando 5 casos e 11% do total, está a condução de veículo. Em sexto lugar, com 3 casos e representando 10% está o tráfico de drogas. Por último, está a categoria “outros”, com 2 casos distintos e representando 6% de todos os atos infracionais registrados em 2016, que se refere a 1 homicídio e 1 tentativa de homicídio.

Felizmente, com relação ao ano anterior, a quantidade de atos infracionais que ocorreram em 2016 teve uma diminuição de 36 casos, sendo registrados, então, apenas 34 atos infracionais no decorrer de todo o ano.

**Gráfico 14 – Atos infracionais praticados por adolescentes que ocorreram com maior frequência em Itapaci-GO no ano de 2017.**

Fonte: elaborado pela autora.

Em relação a 2017, assim como já foi visto, os casos continuaram a diminuir, totalizando 30 casos registrados na Delegacia de Polícia Civil no decorrer de todo o ano. De acordo com o gráfico acima apresentado, é observa-se que o ato infracional de maior destaque continua sendo o roubo, assim como na maioria dos anos anteriores. O roubo cometido por adolescentes apresentou 7 casos, o que equivale a 23% do total, ocupando assim o primeiro lugar entre os atos infracionais que ocorreram com maior frequência. Em segunda posição, está o furto, que apresentou 6 casos (20%). A posse de drogas para consumo próprio ocupou o terceiro lugar, totalizando 6 casos e 20% do total registrado. A condução de veículos sem possuir habilitação ocupou o quarto lugar entre os atos infracionais mais praticados, com 4 casos, equivalente a 12% dos casos. Em quinto lugar está o porte de arma branca, que teve 3 ocorrências (10% de todos os registros do ano). Nas últimas posições estão o tráfico e a categoria “outros”. O tráfico foi registrado por 2 vezes, indicando 7%. A posição “outros” também ocorreu por 2 vezes indicando 7% de todos os casos registrados, porém são casos distintos, que ocorrem com menor frequência, sendo 1 homicídio e 1 lesão corporal grave.

**Gráfico 15 – Atos infracionais praticados por adolescentes que ocorreram com maior frequência em Itapaci-GO no ano de 2018.**

Fonte: elaborado pela autora.

Por fim, no último ano analisado (2018) foi averiguado que os casos de atos infracionais praticados por adolescentes no município de Itapaci-GO continuaram a diminuir, caindo para menos da metade das ocorrências do ano anterior (2017). Em 2018, assim como ocorreu de 2014 até 2017, o ato infracional que mais se destacou pela quantidade de vezes que foi praticado, foi o roubo. No decorrer de 2018 o roubo praticado por adolescentes apresentou 5 casos que equivale a 26% do total praticado no decorrer de todo o ano, ocupando assim o primeiro lugar. Em segundo lugar está o furto, com 4 casos (21%). Em seguida, na terceira posição está a condução de veículos sem habilitação, com 3 casos, que se refere a 16% do total praticado. Em quarta colocação está a posse de drogas para consumo próprio, ato este que foi registrado por 2 vezes (aproximadamente 16%). No quinto lugar está o porte de arma branca, com 2 casos (11%). Em últimas posições estão o tráfico e a categoria “outros”. Em 2018 foi registrado apenas 1 caso de adolescente traficando drogas no município, o que representa 5% dos atos ilícitos praticados. Já a categoria “outros” indica 1 homicídio praticado por indivíduo maior de 12 e menor de 18 anos.

De acordo com os dados expostos, pode-se observar que o ato infracional que se manteve em destaque foi o análogo ao roubo, pois dentre os 6 anos analisados, este ato infracional se manteve na primeira posição em 5 deles. Vale ressaltar que o roubo, de acordo com o artigo 157, *caput*, do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) define o roubo como sendo a subtração, para si mesmo ou para outra pessoa, de objeto alheio utilizando-se de violência ou de grave ameaça. A questão do uso da violência ou da grave ameaça é o que diferencia o roubo do furto, visto que no caso do furto, não há o emprego da violência ou grave ameaça. Partindo disso, percebe-se que, a partir do ano de 2014, a utilização da violência se tornou o principal meio para que os adolescentes consigam subtrair coisas alheias, além disso, percebe-se também que o furto sempre ocupa o segundo ou terceiro lugar entre os atos infracionais que ocorrem com maior frequência, deixando evidente que o crime contra o patrimônio, no município de Itapaci-GO, tem maior destaque.

## **4.1 Do procedimento para apuração de ato infracional em Itapaci-GO.**

Após a análise dos atos infracionais que ocorreram com maior frequência na cidade, faz-se necessária agora a análise do procedimento para a apuração de ato infracional que é tomado pelas autoridades no município de Itapaci-GO. Nesse momento, ressalta-se a importância do trabalho desempenhado pela Polícia Militar, Polícia Civil e Conselho Tutelar, que são os primeiros a terem contato com os adolescentes autores de atos infracionais. Conforme já foi observado em momento anterior, o principal ato infracional que ocorre no município é o roubo, ato infracional este que envolve o uso da violência, porém, além do roubo, existem outros atos infracionais que também ocorrem, sendo eles: furto, adolescentes conduzindo veículo, tráfico de drogas, posse de drogas para consumo próprio, etc. Consequentemente, assim como existem atos infracionais distintos, são tomadas medidas distintas em cada um dos casos.

O primeiro ponto a ser discutido, é o papel da PM (Polícia Militar) frente à ocorrência dos atos infracionais. De acordo com a pesquisa de campo realizada no Destacamento da Polícia Militar do Município de Itapaci-GO, com o apoio do 2º Tenente, Cmt do 4º Pelotão da 22ª CIPM, Leandro Peterson Kassim Costa, foi possível analisar qual é o real trabalho e quais são os principais obstáculos que a Polícia Militar enfrenta diante dos casos de condutas ilícitas praticadas por adolescentes, além disso, com base nos resultados obtidos na pesquisa, foi possível enxergar a realidade itapacina pelos olhos de quem trabalha todos os dias em prol da segurança. A Polícia Militar é bastante ativa no município, não apenas realizando rondas diurnas e noturnas pelas ruas, mas também realizando projetos como o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD e palestras nas escolas.

Acerca da ocorrência de condutas ilícitas praticadas por adolescentes, entre os atos infracionais que acabam sendo “presenciados” de forma mais frequente pela Polícia Militar, está a condução de veículos e a posse de drogas para consumo próprio, pois são os policiais, durantes as rondas (noturnas e diurnas) que realizam a abordagem de adolescentes e veículos suspeitos. Como já visto anteriormente, é bem frequente a ocorrência de adolescentes praticando tais atos infracionais. Quando um ato infracional ocorre e a Polícia Militar realiza o flagrante, o adolescente é abordado, em seguida, o Conselho Tutelar é acionado e, juntos, conduzem o adolescente até a Delegacia da Polícia Civil (autoridade policial competente). De acordo com o artigo 173, do ECA (BRASIL, 1990), quando o ato infracional é praticado utilizando-se de violência ou ameaça grave e o adolescente é pego em flagrante, a autoridade policial competente deve lavrar auto de apreensão, realizando a oitiva das testemunhas e do adolescente autor do ato; apreender produtos e/ou instrumentos utilizados na conduta ilícita e requerer exames ou perícias que sejam necessários para comprovar a materialidade e autoria do ato infracional. De acordo ainda com o artigo 173, parágrafo único, do referido Estatuto (BRASIL, 1990), nas hipóteses de flagrante de ato infracional que não seja cometido utilizando-se de violência ou grave ameaça, a autoridade policial competente poderá lavrar o Boletim de Ocorrência Circunstanciado (BOC). Portanto, nos casos em que o adolescente é pego conduzindo veículo ou tendo em sua posse quantidade de droga para consumo próprio no município de Itapaci-GO, a Polícia Civil lavra o Boletim de Ocorrência Circunstanciado (BOC).

Outro ponto de grande importância é acerca do papel da Polícia Civil frente ao adolescente infrator. Como já foi dito em linhas pretéritas, na cidade de Itapaci-GO, a autoridade policial competente para o atendimento do adolescente infrator é a Policia Civil. De acordo com a pesquisa de campo realizada neste órgão, com o apoio do escrivão *ad hoc*, Dalton Alencar de Melo, foi possível compreender acerca do trabalho realizado no atendimento do adolescente, bem como acerca de todos os procedimentos tomados para a apuração do ato infracional. Cabe à Polícia Civil apurar os fatos e reunir provas que serão remetidas ao Fórum do município, para que, posteriormente, o adolescente infrator seja “julgado” pelo juiz competente que lhe aplicará uma das medidas socioeducativas por protetivas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

De acordo com os arquivos da PC., os casos mais comuns de adolescentes pegos no momento exato da prática do ato infracional são a condução de veículos e posse de drogas para consumo próprio, nesse caso eles costumam ser abordados pela Polícia Militar que já aciona imediatamente o Conselho Tutelar e encaminha o adolescente para a autoridade policial competente. Existem também os casos em que a própria Polícia Civil realiza a abordagem dos adolescentes, como, por exemplo, nos casos em que recebe a notícia crime com a identificação do adolescente, ou nas rondas que costuma fazer. Ocorre que, no município de Itapaci-GO, após a Polícia Militar, juntamente com o Conselho Tutelar, conduzirem o adolescente infrator até a Polícia Civil, as autoridades policiais competentes intimam o responsável legal do indivíduo autor de ato infracional, realizam a oitiva do adolescente e testemunhas e, na presença do responsável, o adolescente é liberado sob termo que o compromete e responsabiliza de se apresentar perante o representante do Ministério Público. Após a liberação do adolescente, a Polícia Civil, se for hipótese de flagrante, encaminha a cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência ao representante do Ministério Público. Já em caso de afastamento da hipótese de flagrante, mas existirem indícios de que o adolescente participou da prática de algum ato infracional, após a liberação deste indivíduo, a Polícia Civil encaminha ao representante do Ministério Público todos os relatórios das investigações, bem como todos os documentos necessários.

No momento em que o adolescente se apresenta perante o representante do Ministério Público, será feita a sua oitiva e, sendo possível, será realizada também a oitiva de seu responsável, testemunhas e vítima. Caso o adolescente não se apresente frente ao representante do Ministério Público, este deverá notificar o responsável do adolescente, podendo ainda requerer a colaboração da Polícia Militar e da Polícia Civil. Após serem tomadas todas as providências por parte do Ministério Público, este poderá dar provimento ao arquivamento dos autos; dar a remissão ao adolescente infrator; ou oferecer representação ao juiz. Se o promotor promover o arquivamento dos autos ou caso decida pela concessão da remissão ao adolescente, através de termo devidamente fundamentado, os autos são enviados ao juiz para que seja feita a homologação. Caso o representante do Ministério Público decida pela apresentação ao juiz, é proposta a instauração de procedimento para que a medida socioeducativa mais adequada seja aplicada.

Dessa forma, no município de Itapaci-GO, a autoridade judiciária competente para julgar os casos de adolescentes infratores é o Juiz de Direito, Dr. Eduardo de Agostinho Ricco, que muito contribuiu para a confecção do presente estudo. De acordo com o Dr. Eduardo, assim que recebe a representação do promotor e é instaurado o procedimento para aplicação de medida socioeducativa, é designada a audiência de apresentação do adolescente. O responsável legal do adolescente é notificado para comparecer na audiência, sendo acompanhado de um advogado. Estando todos presentes (adolescentes, responsável legal e advogado), é feita a oitiva destes, para que a autoridade judiciária tome a decisão cabível.

## **4.2** **Da aplicação e execução das medidas socioeducativas em Itapaci-GO.**

Este, sem sombra de dúvidas, foi o tópico que trouxe maiores obstáculos para que o objetivo do presente estudo fosse atingido, visto que se trata da análise da aplicação e da execução das medidas socioeducativas no município de Itapaci-GO. De início, foi possível encontrar a quantidade de casos exatos que são registrados por ano, bem como o índice de reincidência que será exposto em momento posterior, pois todos estes dados ficam armazenados na Delegacia de Polícia Civil da cidade. Porém, vale ressaltar a grande dificuldade de encontrar dados referentes aos adolescentes que cumpriram ou estão cumprindo medidas socioeducativas na comarca. Pois, em um período de tempo, a execução das medidas socioeducativas ficava a cargo do poder público municipal, mas devido à falta de fiscalização, o resultado foi a ineficiência das medidas socioeducativas aplicadas e, consequentemente, foi necessário que a forma de executar tais medidas fosse alterada. Felizmente, depois de realizadas várias entrevistas com as autoridades competentes, foi possível encontrar o motivo da falta de informações, que, acaba sendo frustrante.

Até o presente momento, observou-se que no município as autoridades que trabalham em prol da segurança (Polícias Militar e Civil) têm contribuído bastante para garantir a paz social e que, na prática, os procedimentos realizados vêm refletindo as normas previstas em lei. O problema, na verdade, surge no momento da aplicação da medida socioeducativa mais adequada, pois o juiz se depara com uma enorme limitação devido à falta de estrutura que a cidade oferece. O município não conta com locais adequados para o cumprimento das medidas socioeducativas e não há a devida fiscalização dos adolescentes infratores. Diante desse fato, o histórico de medidas socioeducativas do município está voltado, em grande maioria, para a prestação de serviços à comunidade, prevista no artigo 112, III, do ECA. É importante destacar que, nem todos os casos de adolescentes que praticaram atos infracionais receberam medidas socioeducativas, visto que, a muitos destes adolescentes foram concedidos a remissão, outros tiveram seus autos arquivados. Ressalta-se que a análise da realidade itapacina foi feita a partir do ano de 2013 a 2018, então, mais uma vez, cada ano será tratado separadamente.

Em Itapaci-GO, no ano 2013, o juiz aplicava a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, em seguida, um ofício era enviado ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS para que esta unidade pública encaminhasse o adolescente autor de ato infracional à qualquer outra unidade do município que necessitasse de alguma ajuda extra, como, por exemplo, Hospital Municipal, Garagem Municipal, etc. Acontece que, a partir da chegada do ofício, o CREAS ficava responsável por ir em busca do adolescente infrator para que fosse definido um local para o cumprimento da medida de prestação de serviços à comunidade, porém, os profissionais do CREAS, em muitas das vezes, não eram bem recebidos pelos familiares e/ou pelo próprio adolescente infrator. Além disso, quando o adolescente era dirigido à alguma unidade pública municipal, deixava de ser fiscalizado pelo CREAS por motivo de praticidade, sendo então fiscalizado pelo responsável pela unidade municipal, por exemplo, se um adolescente autor de ato infracional cumprisse no Hospital Municipal a medida socioeducativa que lhe foi aplicada, ficava a cargo do(a) Diretor(a) do Hospital Municipal enviar todos os relatórios referentes ao comportamento do adolescente, ao cumprimento ou não cumprimento da medida socioeducativa, aos horários de chegada e de saída deste adolescente, entre outros dados, para o CREAS, que em seguida os enviariam ao Poder Judiciário. Acontece que a falta de interesse dos familiares em fazer com que o adolescente cumprisse a medida socioeducativa, atrelada a ausência de fiscalização rígida por parte das unidades públicas municipais, acabou trazendo como resultado o não cumprimento das medidas socioeducativas e, apesar desse modelo de execução e fiscalização conter vários vícios, vigorou por muitos anos no município, como é possível observar na tabela a seguir.

**Tabela 5 – Da execução de medidas socioeducativas realizada pelo CREAS no município de Itapaci-GO entre os anos de 2013 a 2016.**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Total de Adolescentes | Cumpriram Totalmente | Cumpriram Parcialmente | Não Cumpriram |
| 2013 | 14 | 4 | 2 | 8 |
| 2014 | 10 | 3 | 1 | 6 |
| 2015 | 8 | 2 | 0 | 6 |
| 2016 | 14 | 0 | 2 | 12 |

Elaborada: pela autora.

Antes de se analisar acerca dos dados expostos na tabela acima, ressalta-se que a medida socioeducativa em questão é a prestação de serviços à comunidade, visto que é a medida aplicada com maior frequência pelo magistrado da comarca, devido à falta de locais adequados para o cumprimento de outras medidas. Analisando a tabela acima, é possível perceber que entre 2013 a 2016, foram poucos os adolescentes que cumpriram totalmente ou parcialmente a medida aplicada. O que realmente assusta é a quantidade de adolescentes que não cumpriram tais medidas. Em todos os anos apresentados na tabela supracitada, pode-se dizer que a maioria dos adolescentes autores de atos infracionais não realizaram a prestação de serviços à comunidade em alguma unidade pública do município. Vale ressaltar que, de acordo com as informações oferecidas pelo CREAS, todas as medidas socioeducativas as quais a tabela acima se refere, foram definidas para serem cumpridas no Hospital Municipal ou na Garagem Municipal. Nesses locais, o adolescente não era fiscalizado como deveria, por isso, não cumpria horários ou, até mesmo, deixava de comparecer para cumprir a medida que lhe foi aplicada. Outro ponto que merece atenção é a quantidade de adolescentes que não cumpriram as medidas socioeducativas no ano de 2016. Ocorre que, diante da falta de estrutura apropriada, da falta de fiscalização e do aumento do número de adolescentes que não cumpriam as medidas, foi necessário que as autoridades competentes do município tomassem as devidas providências, dessa forma, de acordo com o juiz de direito da comarca, Dr. Eduardo de Agostinho Ricco, o cumprimento das medidas socioeducativas deixaram de ficar sob a responsabilidade do CREAS, ficando, a partir de 2017, a cargo da Paróquia Imaculado Coração de Maria. Tal mudança não surgiu de fora repentina, pelo contrário, foram realizadas várias reuniões a fim de encontrar uma melhor solução para o problema do não cumprimento das medidas socioeducativas.

De acordo com o Padre Edval Rodrigues Camelo, que é responsável por fiscalizar os adolescentes infratores em cumprimento das medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade no município de Itapaci-GO, a mudança na forma de executar a medida socioeducativa ocorreu para tentar se aproximar cada vez mais da plena ressocialização dos adolescentes. Sobre essa questão o Dr. Eduardo deixa claro que a escolha pelo cumprimento das medidas na Paróquia não foi exclusivamente por motivos religiosos, mas sim pela importância e respeito que o Padre possui frente à sociedade itapacina, além disso, outro motivo da mudança foi o fato do Padre e outras pessoas de sua confiança estarem sempre presentes na Paróquia para fiscalizar o adolescente e acompanhá-lo durante todo o período em que estiver cumprindo a medida que lhe foi aplicada. Assim como o próprio Pe. Edval diz, o foco da Paróquia é aproximar o adolescente de “boas pessoas” durante todo o período em que estiver cumprindo a medida socioeducativa.

A pesquisa de campo feita na Paróquia Imaculado Coração de Maria foi uma das mais importantes, visto que já foi possível constatar que entre os anos de 2013 a 2016, os adolescentes infratores não estavam sendo ressocializados e, muitos deles nem sequer chegavam a comparecer no CREAS ou em alguma unidade pública municipal para cumprir a prestação de serviços à comunidade como medida socioeducativa, pois não havia interesse por parte do poder público municipal em ressocializar o adolescente autor de ato infracional. Já, se tratando dos dados apresentados pelo Padre, segue a tabela abaixo:

**Tabela 6 – Da execução de medidas socioeducativas realizada pela Paróquia Imaculado Coração de Maria no município de Itapaci-GO entre os anos de 2017 a 2018.**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Total de Adolescentes | Cumpriram Totalmente | Cumpriram Parcialmente | Não Cumpriram |
| 2017 | 12 | 8 | 3 | 1 |
| 2018 | 8 | 5 | 2 | 1 |

Elaborada: pela autora.

Conforme é possível observar, os números dos adolescentes que não cumpriram as medidas socioeducativas diminuiram muito se comparados aos números dos anos anteriores, quando o cumprimento das medidas ainda não eram fiscalizadas pelo Pe. Edval. Diante disso, fica clara a importância da mudança que ocorreu na forma e no lugar em que os adolescentes cumpriam tais medidas. Nos anos de 2013 a 2016, os adolescentes não tinham apoio, não tinham a presença de uma autoridade, não eram devidamente fiscalizados, não estavam aprendendo algo ou ocupando a mente, e o resultado desse descaso era o aumento do número de adolescentes que não cumpriam as medidas. Além disso, é inegável o estado crítico que se encontravam e encontram o Hospital Municipal e a Garagem Municipal (que eram os dois locais destinados para o cumprimento da prestação de serviços à comunidade como forma de medida socioeducativa), não sendo locais adequados para estar um adolescente. Graças à preocupação do Poder Judicário e do Pároco Edval com o problema do não cumprimento das medidas socioeducativas, a realidade mudou. Enquanto que de 2013 a 2016 a maioria não cumpria, nos anos de 2017 e 2018, a maioria cumpriu totalmente as medidas socioeducativas aplicadas, sendo poucos os que cumpriram parcialmente ou não cumpriram.

Na Paróquia, além de se impenharem para que o adolescente cumpra a medida que lhe foi aplicada, há a preocupação em dar apoio à este adolescente. A Paróquia Imaculado Coração de Maria conta hoje com três padres, além de todos os outros profissionais que ajudam na fiscalização e na reeducação do menor. De acordo com o Pe. Edval, o trabalho da direção espiritual tem surtido efeitos extremamente positivos, pois, na maioria dos casos, os adolescentes recebidos carecem de carinho, de apoio familiar, de bons amigos e da presença de alguém que os guie pelo caminho certo. Cada adolescente cumpre a medida socioeducativa de uma forma distinta, conforme o ato infracional praticado. Por exemplo, se o adolescente praticou um pequeno furto ou se envolveu em brigas, ele cumpre sua medida socioeducativa no escritório da Paróquia, fazendo digitação, atendendo ao público e ajudando o Padre na parte adminitrativa, porém, se cometeu um roubo ou realizou qualquer conduta ilícita usando-se da violência ou grave ameaça, o Pe. Edval tem o direito de aceitar ou não este adolescente, para não colocar em risco a sua própria vida e a vida daqueles que trabalham na paróquia e, caso o adolescente seja aceito, é levado para trabalhar na obra da Igreja Católica que está passando por reformas, realizar trabalhos com jardinagem, entre outros trabalhos manuais, ressaltando que não realizam serviços pesados, apenas colaboram ajudando nos trabalhos e são acompanhados por um supervisor, além disso, são convidados a participar do grupo de jovens e a fazer catequese caso não tenham feito. Outro ponto importante que o Pe. Edval ressalta é que, até o presente momento, ele nunca se recusou a receber algum menor, porque ele percebe a importância que a igreja vem representando na vida de cada um dos adolescentes que são acompanhados pela paróquia.

De acordo com o Pe. Edval, o principal fator que leva os adolescentes a praticarem algum ato infracional, levando em consideração a realidade itapacina, é a falta de estrutura familiar e a maior valorização do ter ao invés do ser. De acordo ainda com o pároco, a maior dificuldade é a falta de interesse da família em colocar o adolescente em um caminho correto. O Pe. Edval diz que a família é o espelho do adolescente, é com base nas atitudes dos seus pais que o adolescente constrói seu próprio caráter e que o apoio que o adolescente recebe de sua família é o bem mais importante na vida, pois nada, nunca vai superar o amor e carinho do ambiente familiar.

Analisados os dados acerca da aplicação e da execução das medidas socioeducativas, inicia-se agora a análise dos índices de reincidência, com o objetivo de descobrir se os adolescentes estão sendo ressocializados ou estão apenas cumprindo as medidas socioeducativas como forma de punição.

* 1. **Verificação do combate à reincidência na cidade de Itapaci-GO.**

O presente tópico é de suma importância para o presente estudo, visto que se trata da exposição dos dados sobre os índices de reincidência da cidade de Itapaci-GO. Para a confecção do presente tópico, foi feita a pesquisa de campo na Delegacia de Polícia Civil, pois através de todos os dados registrados, foram separados apenas a quantidade de adolescentes reincidentes (que se trata daqueles que mesmo cumprindo uma das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, voltaram a praticar atos infracionais).

Como já foi exposto em momento anterior, cada ano pesquisado apresentou uma quantidade de atos infracionais diferentes, mas a quantidade exposta representa a quantida total de atos infracionais que ocorreram por ano, não fazendo a distinção dos números de adolescentes que são reincidentes. Ocorre que, após uma busca minuciosa e detalhada, foi possível chegar à quantidade exata de adolescentes que praticaram um ato infracional, receberam e cumpriram determinada medida socioeducativa e voltaram a praticar atos infracionais. Para que fosse possível encontrar a quantidade de reincidentes, de início houve a análise dos dados apresentados pela Polícia Civil, em seguida, pelo CREAS e pela Paróquia Imaculado Coração de Maria. Através da análise de todos esses dados, foi possível perceber a realidade da cidade de Itapaci-GO. Tais dados, estão expostos a seguir:

**Gráfico 16 – Análise do índice de reincidência de adolescentes na prática de atos infracionais ocorridos na cidade de Itapaci-GO entre os anos de 2013 a 2018.**

Fonte: elaborado pela autora.

No gráfico exposto acima, é possível analisar tanto a quantidade de atos infracionais que ocorreram por ano no município como também a quantidade de adolescentes que, mesmo após cumprirem uma medida socioeducativa, voltaram a praticar atos infracionais. Vale esclarecer que, as colunas de cor azul apresentadas no gráfico acima, representam a quantidade de adolescentes que praticaram algum ato infracional na cidade de Itapaci nos anos pesquisados, já as colunas apresentadas na cor laranja, representam a quantidade de adolescentes reincidentes, ou seja, que voltaram a praticar algum ato infracional.

O que chama a atenção é a diminuição que ocorreu entre os anos de 2017 e 2018, que tem como motivo o fato do local e forma do cumprimento das medidas socieducativas ter sido alterada, chegando assim à conclusão de que, após a fiscalização e execução da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (medida socioeducativa mais aplicada no município) ter ficado sob responsabilidade do Pe. Edval, os resultados foram extremamente positivos, contribuindo com o combate à reincidência.

Ocorre que, todos os adolescentes citados neste capítulo faz referência àqueles que cumpriram a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, visto que é a medida que predomina no município, pela falta de estrututa para aplicação de outras medidas. Após uma conversa com o Dr. Eduardo, foi possível chegar a conclusão de que, atualmente, 1 adolescente está cumprindo medida socioeducativa de internação, mas, pelo fato da cidade de Itapaci-GO não possuir estruturas para o cumprimento da medida socioeducativa de internação, o adolescente foi internado em outra cidade, por isso, o caso se tornou competência de outra comarca e não foi possível encontrar maiores informações. Apesar da inexistência de informações, o Dr. deixou claro que fez tudo o que estava ao seu alcançe para garantir que este adolescente fosse ressocializado dentro do município, próximo aos seus familiares, mas nenhuma das tentativas surtiu o efeito esperado, e então o juiz aplicou a medida socioeducativa de internação. Além disso, outros 2 também foram internados, em anos anteriores, mas não se tornaram reincidentes.

Apesar da falta de estrutura oferecida pelo poder público municipal, foi possível perceber a preocupação que o poder judiciário teve e continua tendo com o problema do menor infrator. Como já foi dito anteriormente, o ponto chave da redução da reincidência foi a transferência da responsabilidade que antes era do CREAS para o Padre Edval, que tem desempenhado um importante papel frente à estes adolescentes. Em outras palavras, durante o período em que os adolescentes cumpriam suas medidas em unidades públicas municipais, a reincidência não duminuía, visto que os adolescentes não chegavam sequer a cumprir tais medidas. Tal fato deixa evidente que o problema do adolescente infrator do município de Itapaci-GO nem sempre é a falta de oportunidades ou de perpectiva de vida, mas sim, falta de estrutura familiar. No geral, todas as autoridades entrevistadas dizem que o principal motivo que leva um adolescente a praticar um ato infracional é a falta de apoio familiar, ausência de um responsável que guie este adolescente ao caminho certo. De acordo ainda com a Presidente do Conselho Tutelar de Itapaci-GO, Rosângela Patrícia de Leandro Franco, a maioria dos adolescentes atendidos não tem a presença dos pais em casa, seja porque eles têm que trabalhar fora ou porque realmente são ausentes por vários outros motivos. A presidente do Conselho alega ainda que, a maioria dos adolescentes que entram no mundo dos atos ilícitos contam com uma família desestruturada, repleta de problemas (financeiros, de saúde, com drogas, etc.).

Como pode-se perceber no gráfico acima, até o ano de 2016, a quantidade de adolescentes reincidentes apenas crescia, pois um adolescente que cometeu um ato infracional que não cumpre a medida que lhe foi imposta, não aprende, mesmo que as medidas socioeducativas não sirvam para punir o menor, tem catáter educativo. Se não cumpre, não está sendo educado, e se não é educado, se torna reincidente. A partir do momento em que o adolescente começou a ser fiscalizado, a receber a direção espiritual e a manter contato com pessoas de bom caráter, a ressocialização começou a crescer e o índice de reincidência a diminuir. Vale ressaltar a forma como é realizada a direção espiritual. Como já foi abordado em momento anterior, os adolescentes itapacinos que cometem atos infracionais, na maioria dos casos, possuem realidades terríveis em seu âmbito familiar. A direção espiritual, nesse caso, consiste no acompanhamento do menor, na sua inserção em grupos de jovens, no incentivo para realizar trabalhos comunitários e, acima de tudo, além do trabalho ser realizado com o menor, a Paróquia busca também dar apoio à família do adolescente. A direção espiritual não vem com o inuíto de “exorcizar” o adolescente, mas sim, com o objetivo de apresentar ao adolescente bons caminhos, ajudar ao adolescente a se aproximar de boas pessoas e e orientá-lo a tomar boas decisões. Após o levantamento de dados realizados na Paróquia, foi possível observar a preocupação que o Padre tem com o problema dos adolescentes infratores no município.

De fato, comprova-se a importância que a mudança na forma da execução das medidas socioeducativas teve para a cidade, visto que, além de acarretar na diminuição da ocorrência de atos infracionais, o papel da Paróquia contribui também para uma reconstrução do caráter do adolescente, apresentando novas oportunidades, novos caminhos a serem seguidos, novas perspectivas de vida, além de trazer a família para um ambiente acolhedor.

Por fim, fica comprovado que, entre os anos de 2013 a 2016, as medidas socioeducativas eram extremamente mau executadas por parte do poder público municipal, fazendo com que o índice de reincidência aumentasse. Já, a partir do ano de 2017, a realidade mudou. Pode-se constatar então que, de 2013 a 2016, a reincidência aumentava, enquanto que em 2017 e 2018, o índice de reincidência diminuiu. Então, a forma de execução das medidas socioeducativas é extremamente importante para a garantia de sua eficiência.

# **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve como objetivo a análise da aplicação e da execução das medidas socioeducativas, bem como do índice de reincidência que ocorre no município de Itapaci-GO, afim de descobrir se as medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes foram eficientes para coibir a prática de atos infracionais na cidade entre os anos de 2013 a 2018. De início, a principal dificuldade foi encontrar os dados referentes à forma como as medidas socioeducativas são executadas no município, visto que, apesar da ocorrência dos atos infracionais ser um problema social, o poder público municipal nunca demonstrou interesse em buscar soluções para isso e, demonstrou menos interesse ainda em colaborar para a confecção do presente estudo.

Ocorre que, apesar da pesquisa de campo ter sido realizada levando em consideração um espaço de tempo de seis anos, foi necessário dividir esse período em duas etapas, sendo a primeira o período entre 2013 a 2016 e a segunda se referindo aos anos de 2017 e 2018. Ressalta-se que, o Estatuto da Criança e do Adolescente traz um rol de medidas socioeducativas que têm como objetivo ressocializar o adolescente autor de ato infracional, porém, no município de Itapaci-GO, a única medida que vem sendo executada é a prestação de serviços à comunidade, isto porque em Itapaci-GO não existe estrutura adequada que seja destinada ao adolescente infrator, não existem locais destinados para o cumprimento de uma medida socioeducativa alheia à prestação de serviços à comunidade. É difícil imaginar que apenas uma medida socioeducativa seja capaz de surtir resultados positivos para todos os adolescentes infratores, como se ambos vivessem a mesma realidade.

Logo em 2013, o primeiro ano analisado, foi possível perceber que a situação dos adolescentes infratores e da execução da prestação de serviços à comunidade se encontrava em plena desordem. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) era responsável por rebecer o adolescente e o conduzi-lo até uma unidade pública municipal (que sempre era o Hospital Municipal ou a Garagem Municipal) para que, neste local, realizasse a prestação de serviços à comunidade como medida socioeducativa, sendo fiscalizado pelo funcionário diretor. Obviamente, esse processo de execução dessa medida não deu certo, primeiro porque um hospital e uma garagem não possuem estrutura adequada para garantir a ressocialização de um adolescente e, segundo, porque os responsáveis pela fiscalização do adolescente em cumprimento da medida socioeducativa, simplesmente, não desempenhava seu papel como fiscal. A falta de fiscalização é um problema que já era esperado, visto que um funcionário que exerce o cargo de diretor de um hospital público tem inúmeras responsabilidades que não condizem com a fiscalização de um adolescente autor de ato infracional. Isso ocorre também com o caso do funcionário diretor de garagem municipal. Consequentemente, existia duas situações distintas, o adolescente aparecia e cumpria a medida da forma que ele achasse mais vantajosa para si mesmo, ou nem sequer aparecia. E, vale ressaltar que, em nenhuma dessas hipóteses o adolescente estaria sendo ressocializado conforme o previsto em legislação. É frustrante saber que um adolescente praticou um ato infracional, uma medida foi aplicada, deveria ser executada e cumprida, mas foi deixada de lado. Essa foi a realidade do município durante muitos anos e perdurou até o fim do ano de 2016, quando o juiz de direito da comarca decidiu tomar algumas providências para diminuir os índices de reincidência e garantir a ressocialização do adolescente. A providência tomada foi a mudança na forma como a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade era executada. Enquanto que, anteriormente a responsabilidade era do poder público municipal, no início do ano de 2017, a responsabilidade pela execução e fiscalização da medida socioeducativa aplicada ao adolescente autor de ato infracional passou a ser do Pároco da cidade. De início, quando tal decisão foi tomada, o motivo não foi pela questão da religiosidade, apesar de hoje estar comprovado que a aproximação do adolescente com a igreja, foi eficiente para diminuir os casos de adolescentes reincidentes. No ínicio, tal decisão de mudar o local e a forma da execução foi motivada pelo fato de vários adolescentes não cumprirem as medidas ou nem sequer comparecerem ao CREAS. Outro fato que motivou tal mudança foi o desinteresse por parte dos próprios familiares dos adolescentes infratores em receber os funcionários do CREAS que iam em busca do adolescente que não compareceu ao órgão público municipal. Os funcionários do CREAS eram maltradados e, em muitas das vezes, eram expulsos do local. Devido à tantos transtornos, a única saída encontrada pelo juiz da comarca foi uma mudança que de início serviria como um teste, mas que hoje tem apresentado resultados satisfatórios se comparados aos resultados do anos anteriores. Ocorre que, do ano de 2017 à 2018, os adolescentes receberam uma nova forma de tratamento, cumprem suas medidas socioeducativas e comparecem ao programa de direção espiritual. Além disso, muitos deles têm se inserido aos grupos de jovens, frequentado à igreja e contribuído de alguma forma com a paróquia. Felizmente, o número de adolescentes que voltaram a praticar atos infracionais diminuiram, comprovando que, com a mudança realizada, a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, está sendo eficiente para coibir o índice de reincidência de adolescentes na prática de atos infracionais, desde que, executada e fiscalizada da forma correta, assim como vem ocorrendo atualmente.

# **6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMIN, Andréa Rodrigues [et al]. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente:** aspectos teóricos e práticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BANDEIRA. Marcos Antonio Santos. **Atos infracionais e medidas socioeducativas:** uma leitura dogmática, crítica e constitucional. Ilhéus: Editus, 2006.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil.** Brasília, 11 de janeiro de 2002. Disponível em: < https://www.google.com/search?client=firefox-b-ab&q=codigo+civil>. Acesso em: 07 jan. 2019.

\_\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Brasília, 31 de dezembro de 1940. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 03 jan. 2019.

\_\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 10 jan. 2019.

\_\_\_\_\_\_. Decreto nº 99.710 de 21 de novembro de 1990. Brasília, 21 nov. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: 10 jan. 2019.

\_\_\_\_\_\_. Decreto nº 99.710 de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 22 nov. 1990. Seção 1, p. 3965. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto /1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: 10 jan. 2019.

\_\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 3.914, de 9 de dezembro de 1941. Lei de Introdução ao Código Penal e à Lei de Contravenções Penais. **Diário Oficial [da] União.** Brasília, DF, 11 dez. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto-lei/del3914.htm>. Acesso em: 03 jan. 2019.

\_\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto. gov.br/ccivil\_ 03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 09 jan. 2019.

\_\_\_\_\_\_. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: < [http://www.planalto. gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2019.

\_\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2013:** Privação e Restrição de Liberdade. Disponível em: <http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/conteudo/levantamentos/Levantamento\_2013\_ junho2015\_Vers%C3%A3o\_Restri%C3%A7%C3%A3o%20e%20Priva%C3%A7%C3%A3o%20de%20Liberdade.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2014.** Disponível em: < http://ens.sinase.sdh.gov.br/ ens2/images/conteudo/levantamentos/Levantamento\_2014.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2015.** Disponível em: <http://www.sejudh.mt.gov. br/documents/412021/9910142/LEVANTAMENTO+ANUAL+SINASE+2015.pdf/329e899d-c6ff-fbb7-8a8a-d74e931222dc>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2016.** Disponível em: <https://www.mdh.gov.br /todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento\_2016Final.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2019.

CAMELO, Edval Rodrigues. Padre. **Entrevista concedida a Edmara Carolinna Gomes da Silva.** Itapaci-GO, 10 de junho de 2019. (A entrevista encontra-se transcrita no apêndice “K” desta monografia).

COSTA, Leandro Peterson Kassim. Policial Militar. **Entrevista concedida a Edmara Carolinna Gomes da Silva.** Itapaci-GO, 10 de junho de 2019. (A entrevista encontra-se transcrita no apêndice “I” desta monografia).

CURY, Munir (coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Comentários Jurídicos e Sociais. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

ELIAS, Roberto João. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005

FONSECA, Antonio Cezar Lima da. **Direitos da criança e do adolescente.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de Direito Penal: Parte Geral.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.

FRANCO, Rosângela Patrícia de Leandro. Presidente do Conselho Tutelar. **Entrevista concedida a Edmara Carolinna Gomes da Silva.** Itapaci-GO, 10 de junho de 2019. (A entrevista encontra-se transcrita no apêndice “C” desta monografia).

RAMIDOFFI, Mário Luiz. **Lições de Direito da Criança e do Adolescente.** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Adolescente e ato infracional: medida sócioeducativa é pena?** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

LIMA, Alana Christine dos Santos. [*et al*]. **Direitos das Crianças e dos Adolescentes.** Paraíba: DHnet. Disponível em: < http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/pb/dhparaiba/5/ crianca.html>. Acesso em: 23 jan. 2019.

LIMA, Cássia Maria Angélica Santana. Advogada. **Entrevista concedida a Edmara Carolinna Gomes da Silva.** Itapaci-GO, 10 de junho de 2019. (A entrevista encontra-se transcrita no apêndice “G” desta monografia).

LUFT, P. Celso. **Dicionário Luft.** 20. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MACHADO, Antônio Luiz Ribeiro. **Código de Menores Comentado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

MARTINS. Maria Aparecida Pereira. **Manual de Orientação** - Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade. Goiânia. Disponível em: < http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/manual\_prestacao\_de\_servicos\_a\_comunidade.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2019.

MELO, Dalton de Alencar. Escrivão *ad hoc*. **Entrevista concedida a Edmara Carolinna Gomes da Silva.** Itapaci-GO, 11 de janeiro de 2019. (A entrevista encontra-se transcrita no apêndice “A” desta monografia).

NORONHA, E. Magalhães. **Direito Penal.** v. 1. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 1983.

PIMENTEL, Manoel Pedro. **O Crime e a Pena na Atualidade.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

RICCO, Eduardo de Agostinho. Juiz de Direito. **Entrevista concedida a Edmara Carolinna Gomes da Silva.** Itapaci-GO, 10 de junho de 2019. (A entrevista encontra-se transcrita no apêndice “E” desta monografia).

SILVA, Viviane Lacerda. **As medidas socioeducativas aplicáveis ao menor infrator.** Rio de Janeiro, 11 ago. 2014. Disponível em: <https://vivianessilva.jusbrasil.com.br /artigos/133011549/as-medidas-socioeducativas-aplicaveis-ao-menor-infrator>. Acesso em: 08 mar. 2019.

# **APÊNDICES**

**APÊNDICE A**

**FACULDADE EVANGÉLICA DE RUBIATABA.**

**CURSO:** GRADUAÇÃO EM DIREITO.

**DISCENTE:** EDMARA CAROLINNA GOMES DA SILVA.

**ORIENTADOR:** MÁRCIO LOPES ROCHA.

**TEMA:** AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A REINCIDÊNCIA DE ADOLESCENTES NA PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS NA CIDADE DE ITAPACI-GO.

**QUESTIONÁRIO – POLÍCIA CIVIL**

Este questionário enquadra-se em uma investigação no âmbito de uma monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Direito da Faculdade Evangélica de Rubiataba. O objetivo do presente questionário é analisar acerca de alguns pontos importantes sobre o adolescente autor de ato infracional. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos (monografia).

OBS.: Levar em conta os adolescentes (indivíduos maiores de 12 e menores de 18 anos de idade) que praticaram algum tipo de conduta ilícita na cidade de Itapaci-GO entre os anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

**1. Identificação do entrevistado**

Nome: DALTON ALENCAR DE MELO.

Profissão/Cargo/Função: Escrivão ADHOC.

Endereço Profissional: Rua Manoel De Oliveira, n° 36, Centro, Itapaci-Go.

E-mail/Telefone para Contato: dpitapaci@gmail.com / (62) 3361-1413.

**2. Questões a serem respondidas**

**a) Qual o papel da Polícia Civil na apuração de um ato infracional cometido por um adolescente?**

À Polícia Civil cabe apurar os fatos e reunir provas para que a Justiça possa julgar o suposto adolescente infrator. No caso de crianças, o Conselho Tutelar aplicará as medidas necessárias.

**b) Quais são os procedimentos realizados pela Polícia Civil após uma vítima registrar um boletim de ocorrência contra um adolescente infrator?**

Após receber a notícia crime e identificar o infrator, este é intimado junto ao seu responsável legal, são tomadas declarações, ouvidas as testemunhas, e após concluído o procedimento com autoria definida é encaminhado ao fórum.

**c) Quais são os atos infracionais cometidos por adolescentes que ocorrem com maior frequência na cidade de Itapaci-GO?**

Furto, Roubo, Porte de arma branca, Posse para consumo próprio, Tráfico de drogas, Associação ao tráfico de drogas, Falta de habilitação para dirigir veículo.

**d) Qual o número de adolescentes que praticaram algum tipo de ato infracional, nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 na cidade de Itapaci-GO registrados na delegacia de Polícia Civil? (Obs.: Especificar o número de adolescentes em cada ano).**

2013 - 43

2014 - 48

2015 - 59

2016 - 29

2017 - 27

2018 - 16

**e) Quais desses adolescentes especificados na questão anterior foram reincidentes nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 na cidade de Itapaci-GO registrados na Delegacia de Polícia Civil? (Obs.: Especificar o número de reincidentes em cada ano).**

2013 - 9

2014 - 5

2015 - 13

2016 - 15

2017 - 3

2018 - 2

**f) Qual o perfil geral da maioria dos adolescentes infratores da cidade de Itapaci-GO? (Ex.: Especificar se a maioria dos adolescentes infratores são negros ou brancos; de classe alta, média ou baixa; se estudam ou não estudam; se utilizam ou não algum tipo de droga; etc.).**

O perfil do adolescente que comete ato infracional, em sua maioria, mostra um membro de classe social baixa, do sexo masculino, que não concluíram seus estudos e não estão trabalhando, membros de famílias desestruturadas, com pais separados ou ausentes (alcoólatras/usuários/criminosos), muitas vezes, usuários de substâncias entorpecentes, enfim, pessoas carentes de atenção e educação. O meio social em que vive o adolescente influencia diretamente no modo como ele se comporta.

**g) Em sua opinião, as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente são eficazes para coibir a reincidência na prática de atos infracionais?**

Há certa ineficácia nas medidas socioeducativas, pois, em sua maioria, não são suficientemente recriminadoras, motivo pelo qual ocorre a reiterada prática de atos infracionais por um mesmo agente.

**APÊNDICE B**



**APÊNDICE C**

**FACULDADE EVANGÉLICA DE RUBIATABA.**

**CURSO:** GRADUAÇÃO EM DIREITO.

**DISCENTE:** EDMARA CAROLINNA GOMES DA SILVA.

**ORIENTADOR:** MÁRCIO LOPES ROCHA.

**TEMA:** AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A REINCIDÊNCIA DE ADOLESCENTES NA PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS NA CIDADE DE ITAPACI-GO.

**QUESTIONÁRIO – CONSELHO TUTELAR.**

Este questionário enquadra-se em uma investigação no âmbito de uma monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Direito da Faculdade Evangélica de Rubiataba. O objetivo do presente questionário é analisar acerca de alguns pontos importantes sobre o adolescente autor de ato infracional. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos (monografia).

OBS.: Levar em conta os adolescentes (indivíduos maiores de 12 e menores de 18 anos de idade) que praticaram algum tipo de conduta ilícita na cidade de Itapaci-GO entre os anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

**1. Identificação do entrevistado**

Nome: ROSÂNGELA PATRÍCIA DE LEANDRO FRANCO.

Profissão/Cargo/Função: Presidente do Conselho Tutelar.

Endereço Profissional: Avenida Santos Dumont, s/n, Centro, Itapaci-GO.

E-mail/Telefone para Contato: tutelar.itapaci@hotmail.com

**2. Questões a serem respondidas**

**a) Qual o papel do Conselho Tutelar ao tomar conhecimento que um adolescente cometeu algum ato infracional?**

Tomar as devidas providências para que sejam cumpridas as medidas socioeducativas e acompanhar e atender os adolescentes infratores. Além disso, conversamos com os familiares, oferecendo nosso apoio e nossas orientações.

**b) De que forma o Conselho Tutelar contribui na execução das medidas socioeducativas?**

Acompanhando e dando orientações aos menores que praticaram algum ato infracional e estão cumprindo medidas socioeducativas.

**c) De acordo com o conhecimento do Conselho Tutelar, quais são os atos infracionais cometidos por adolescentes que ocorrem com maior frequência na cidade de Itapaci-GO?**

Furto, roubo e a condução de veículos.

**d) De acordo com o atendimento realizado pelo Conselho Tutelar, quais são os principais motivos que levam os adolescentes a cometerem atos infracionais?**

A falta de oportunidade de emprego. Costumam roubar e furtar objetos de valor para trocar por drogas. Falta de estrutura familiar.

**e) Na sua opinião, o motivo gerador da reincidência está ligado à ineficiência das medidas socioeducativas por si próprias ou na execução das mesmas?**

O problema está na execução. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas socioeducativas eficientes, o problema é que os adolescentes não estão cumprindo tais medidas como deveriam. Há pouca fiscalização, os adolescentes não respeitam os horários e não estão sendo ressocializados.

**f) Em sua opinião, as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente diminuem o índice de reincidência?**

As medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, se bem aplicadas, são capazes de diminuir os índices de reincidência.

**g) Quais são as principais dificuldades encontradas pelo Conselho Tutelar frente ao adolescente autor de ato infracional?**

Nós acompanhamos e orientamos os menores, mas na grande maioria dos casos, os adolescentes se mostram indiferentes e nenhum pouco interessados em sair do mundo dos atos infracionais.

**h) Na sua opinião, quais seriam as possíveis soluções para acabarmos com a ocorrência de atos infracionais na cidade de Itapaci-GO.**

Em primeiro lugar, seria o acompanhamento familiar. A maioria dos adolescentes que praticam atos infracionais vem de uma família desestruturada e que não contam com nenhum apoio em casa. Em segundo lugar, deveriam haver políticas públicas voltadas para a prevenir que as crianças e adolescentes entrem no mundo dos atos infracionais.

**i) Na sua opinião, levando em consideração a quantidade de casos em que vocês atendem, a cidade de Itapaci-GO pode ser considerada segura?**

Sinceramente, não. Nós vivemos com medo, não temos mais tranquilidade. Não podemos mais sair sozinhos a noite, não podemos mais ficar nas portas de nossas casas, pois imaginamos que a qualquer momento pode, aparecer adolescentes para nos fazer vítimas de algum ato infracional.

**j) Qual o perfil geral da maioria dos adolescentes infratores da cidade de Itapaci-GO. (Obs.: Especificar se a maioria é pobre ou não, se a maioria está frequentando a escola ou não, se são do gênero masculino ou feminino, etc...).**

A maioria dos adolescentes infratores da cidade de Itapaci-GO não frequentam a escola e são filhos de pais que possuem poder aquisitivo baixo. Além disso, a maioria não possui apoio familiar, não encontram emprego, não possuem nenhuma expectativa de vida.

**k) No momento do atendimento, na maioria das vezes, os menores demonstram arrependimento ou não?**

Algumas vezes apresentam sinais de arrependimento e choram. Mas na maioria das vezes, são adolescentes reincidentes, que não apresentam nenhum sinal de arrependimento, ficam apenas calados, como se não se importassem.

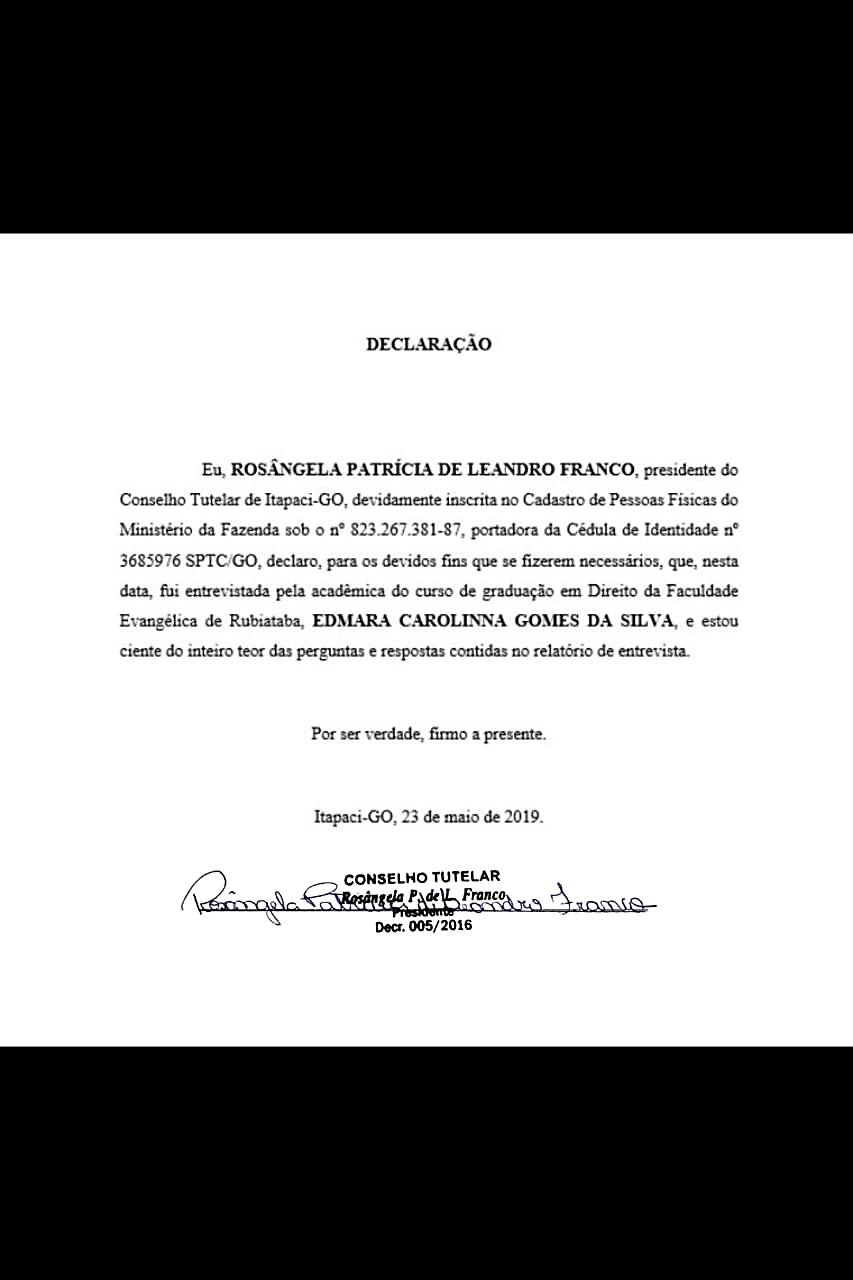
**l) Se for do seu conhecimento, quais são os locais da cidade de Itapaci-GO destinados ao cumprimento de medidas socioeducativas?**

Itapaci não possui locais adequados para o cumprimento de medidas socioeducativas. Os adolescentes itapacinos sempre cumpriram as medidas em órgãos públicos, como a Garagem Municipal, Hospital Municipal, etc.

**m) Se for do seu conhecimento, qual é o número de adolescentes cumprindo alguma medida socioeducativa na cidade?**

No momento, não existem adolescentes cumprindo medidas socioeducativas na cidade de Itapaci-GO.

**APÊNDICE D**



**APÊNDICE E**

**FACULDADE EVANGÉLICA DE RUBIATABA.**

**CURSO:** GRADUAÇÃO EM DIREITO.

**DISCENTE:** EDMARA CAROLINNA GOMES DA SILVA.

**ORIENTADOR:** MÁRCIO LOPES ROCHA.

**TEMA:** AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A REINCIDÊNCIA DE ADOLESCENTES NA PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS NA CIDADE DE ITAPACI-GO.

**QUESTIONÁRIO – JUÍZ.**

Este questionário enquadra-se em uma investigação no âmbito de uma monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Direito da Faculdade Evangélica de Rubiataba. O objetivo do presente questionário é analisar acerca de alguns pontos importantes sobre o adolescente autor de ato infracional. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos (monografia).

OBS.: Levar em conta os adolescentes (indivíduos maiores de 12 e menores de 18 anos de idade) que praticaram algum tipo de conduta ilícita na cidade de Itapaci-GO entre os anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

**1. Identificação do entrevistado**

Nome: Dr. EDUARDO DE AGOSTINHO RICCO.

Profissão/Cargo/Função: Juiz de Direito da Comarca de Itapaci-GO.

Endereço Profissional: Rua Senador Emival Ramos Caiado, S/Nº, Setor Parque Florestal, Itapaci-GO.

E-mail/Telefone para Contato: (62) 3361-1087.

**2. Questões a serem respondidas**

1. **Qual o papel do Poder Judiciário frente ao menor infrator?**

O Poder Judiciário tem papel de destaque para preservar e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes. Em se tratando dos adolescentes infratores, aplicamos a medida socioeducativa visando a sua ressocialização.

1. **Na cidade de Itapaci-GO existem condições e/ou locais adequados para o cumprimento das medidas socioeducativas?**

Itapaci-GO não conta com locais adequados para o cumprimento de todas as medidas socioeducativas. Por exemplo, para que o adolescente cumpra uma medida de internação, temos que enviá-lo para outra cidade, e nesse caso já não faz mais parte de nossa competência. Atualmente, não contamos com nenhum adolescente cumprindo medida socioeducativa de internação, a única medida que vem sendo aplicada aos adolescentes na cidade de Itapaci-GO é a prestação de serviço comunitário, que antigamente ficava a cargo do CREAS e hoje fica sob a responsabilidade do Padre Edval.

1. **O que ocorre quando um adolescente deixa de cumprir uma medida socioeducativa que lhe foi aplicada?**

Nesse caso, este adolescente tem sua medida socioeducativa agravada.

1. **De acordo com os casos recebidos, quais são os atos infracionais ocorridos com maior frequência em Itapaci-GO?**

Já recebi vários casos diferentes, mas a maioria dos casos se tratam de furto e roubo. Geralmente estes adolescentes cometem atos infracionais análogos ao furto e ao roubo para satisfazerem seu vício em drogas.

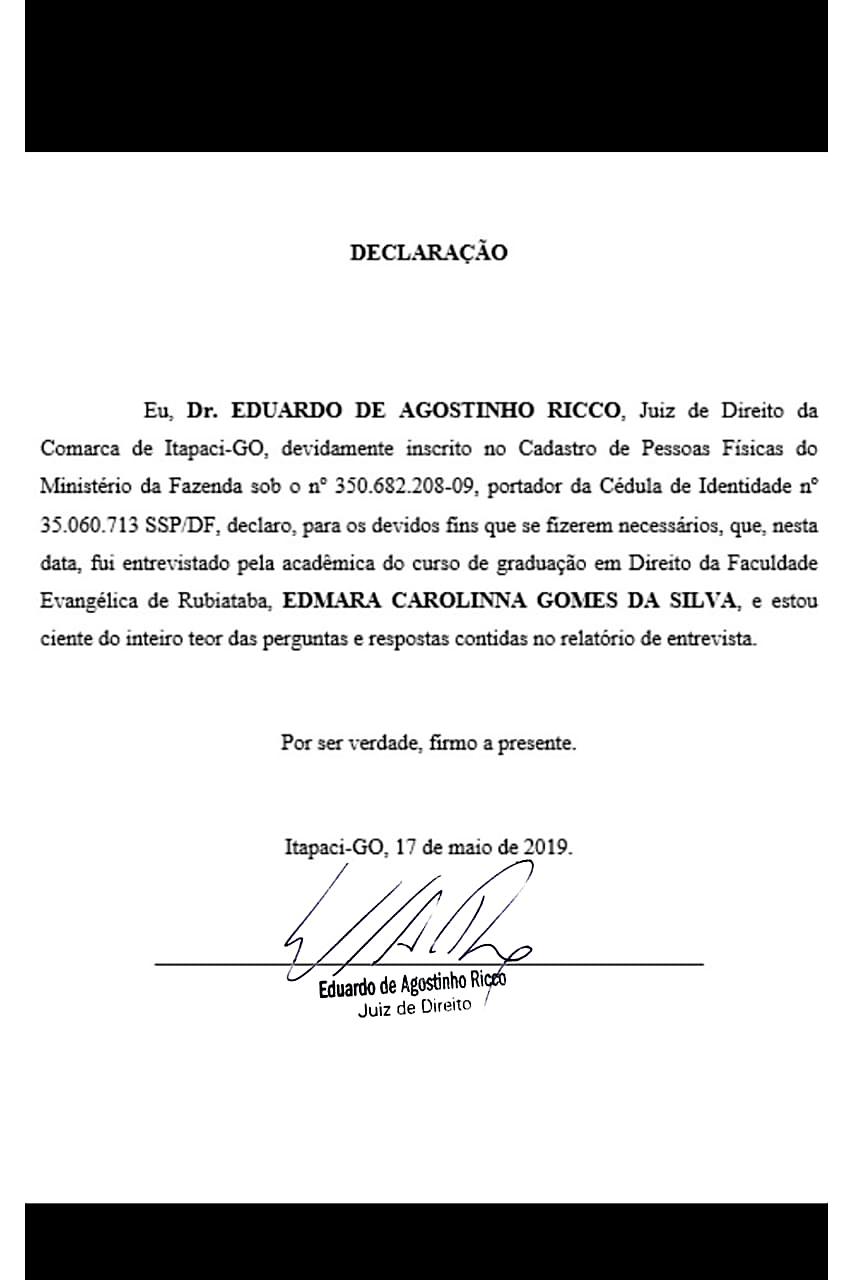
1. **Na sua opinião, por que não conseguimos acabar com a reincidência?**

É uma pergunta bastante complexa. Desde o início eu sempre pensei que nós não conseguíamos acabar com a reincidência de atos infracionais cometidos por adolescentes porque não haviam oportunidades para estes indivíduos. Hoje, posso te afirmar que o problema não está na falta de oportunidades. Como exemplo disso, posso te falar sobre alguns casos que pude acompanhar de perto. Houveram casos em que tentei fazer de tudo para que o adolescente realmente fosse ressocializado. Acompanhei de perto, o adolescente teve suas condições de vida melhoradas, começou a frequentar a escola, arranjou emprego, e depois voltou a cometer novo ato infracional. Hoje posso afirmar que o que falta é o comprometimento dos pais em garantir que o indivíduo tenha seu caráter formado da melhor forma possível. É necessário que a criança seja educada e acompanhada pelos pais, que tenha apoio familiar, para que no futuro não venha a ser um adolescente infrator. Prevenir o problema ainda surte melhor resultados que tratar o que já ocorreu.

1. **O senhor tem alguma sugestão de mudança no ECA?**

Não. O Estatuto da Criança e do Adolescente é lindo. Prevê medidas socioeducativas e medidas de proteção maravilhosas e eficientes. A teoria realmente nos deixa encantados. Porém, na prática é diferente. O problema está na falta de estrutura apropriada para que os adolescentes cumpram as medidas socioeducativas e sejam realmente ressocializados. Por exemplo, em Itapaci-GO não contamos com locais adequados para que os adolescentes cumpram as medidas e sejam ressocializados. É necessário que haja investimento para a criação de locais adequados, é necessário que haja também investimento em projetos que evitem que as crianças um dia se tornem indivíduos infratores. Também não adianta se preocupar quando o ato infracional ocorreu. A prevenção é falha. Nesse ponto entraríamos no debate acerca da redução da maioridade penal, o que eu sou contra, pelo fato de acreditar que ela não ressocializa um adolescente, apenas o tira das ruas.

**APÊNDICE F**



**APÊNDICE G**

**FACULDADE EVANGÉLICA DE RUBIATABA.**

**CURSO:** GRADUAÇÃO EM DIREITO.

**DISCENTE:** EDMARA CAROLINNA GOMES DA SILVA.

**ORIENTADOR:** MÁRCIO LOPES ROCHA.

**TEMA:** AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A REINCIDÊNCIA DE ADOLESCENTES NA PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS NA CIDADE DE ITAPACI-GO.

**QUESTIONÁRIO - CREAS**

Este questionário enquadra-se em uma investigação no âmbito de uma monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Direito da Faculdade Evangélica de Rubiataba. O objetivo do presente questionário é analisar acerca de alguns pontos importantes sobre o adolescente autor de ato infracional. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos (monografia).

OBS.: Levar em conta os adolescentes (indivíduos maiores de 12 e menores de 18 anos de idade) que praticaram algum tipo de conduta ilícita na cidade de Itapaci-GO entre os anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

**1. Identificação do entrevistado**

Nome: CÁSSIA MARIA ANGÉLICA SANTANA LIMA – OAB/GO Nº 47.257.

Profissão/Cargo/Função: Advogada do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

Endereço Profissional: Rua RP-04, Qd. 15, Lt. 22, s/n, Residencial Planalto, Itapaci-GO.

E-mail/Telefone para Contato: (62) 9 8528-4488.

**2. Questões a serem respondidas**

**a) No que tange a problemática de jovens em conflito com a lei, quais são os principais motivos geradores dos atos infracionais cometidos por adolescentes na cidade de Itapaci-GO?**

Sem sombra de dúvidas, a falta de estrutura familiar. Pais ausentes, pais desestruturados, pobreza extrema, algum familiar próximo usuário de drogas, más companhias. Tudo isso parte da família, quando a criança ainda é bem pequena.

**b) Na sua opinião, a reincidência dos atos infracionais está ligada a ineficiência das medidas socioeducativas por si próprias ou na execução das mesmas?**

Na minha opinião, a reincidência está ligada na falta de estrutura familiar. Quando não se tem estrutura, os adolescentes nunca saem do mundo dos atos infracionais.

**c) Qual é o trabalho desenvolvido no CREAS com relação aos adolescentes infratores?**

Atualmente, por meio dos psicólogos, realizamos o atendimento dos adolescentes e de seus familiares. Caso o adolescente não apareça, nós vamos até sua casa, junto com a equipe do Conselho Tutelar e tentamos, ao máximo, conversar e conscientizar essas pessoas do problema dos atos infracionais.

**d) Qual a importância do trabalho realizado pelo CREAS para a proteção e ressocialização do adolescente infrator?**

Nosso trabalho hoje é tratar e fortalecer o vínculo familiar através do atendimento feito pelos psicólogos. Procuramos conversar com o adolescente e com a sua família.

**e) Na sua opinião, quais os principais problemas enfrentados pelo CREAS frente aos adolescentes infratores?**

Adolescentes que não comparecem no CREAS para ser atendido por algum psicólogo, famílias que não dão atenção à nossas conversas e orientações. A falta de interesse que encontramos é o nosso principal problema.

**f) Como é a relação entre CREAS e adolescente infrator?**

Bom, costuma variar muito. Existem aqueles que nos recebem bem e realmente estão interessados em ser atendidos e ajudados. Porém, também existem aqueles que não dão à mínima para o nosso trabalho e nem sequer aparecem para serem atendidos.

**g) Quantos são os adolescentes que estão cumprindo alguma medida socioeducativa atualmente em Itapaci-GO?**

Há um tempo atrás, o juiz aplicava a medida socioeducativa (prestação de serviço) e enviava um ofício para o CREAS. Depois, nós analisaríamos qual o órgão público municipal estaria precisando de alguma ajuda e enviaríamos este adolescente para cumprir a medida lá. Hoje, isso não acontece mais. Não temos conhecimento de quantos adolescentes estão cumprindo medidas socioeducativas.

**h) A cidade de Itapaci-GO possui locais adequados para o cumprimento das medidas socioeducativas? Quais são os locais destinados ao cumprimento de tais medidas?**

Adequados, destinados para o cumprimento de tais medidas, não existem em Itapaci-GO.

1. **Na sua opinião, qual a medida socioeducativa que tem trazido maiores efeitos positivos?**

A medida socioeducativa de liberdade assistida. A maioria dos adolescentes que cometem algum ato infracional, vem de uma família desestruturada, não contam com apoio familiar, não tem a presença dos pais em suas vidas. Então, na minha opinião, quando um adolescente cumpre a medida socioeducativa de liberdade assistida, ele começa a sentir a presença e o apoio de um responsável por ele.

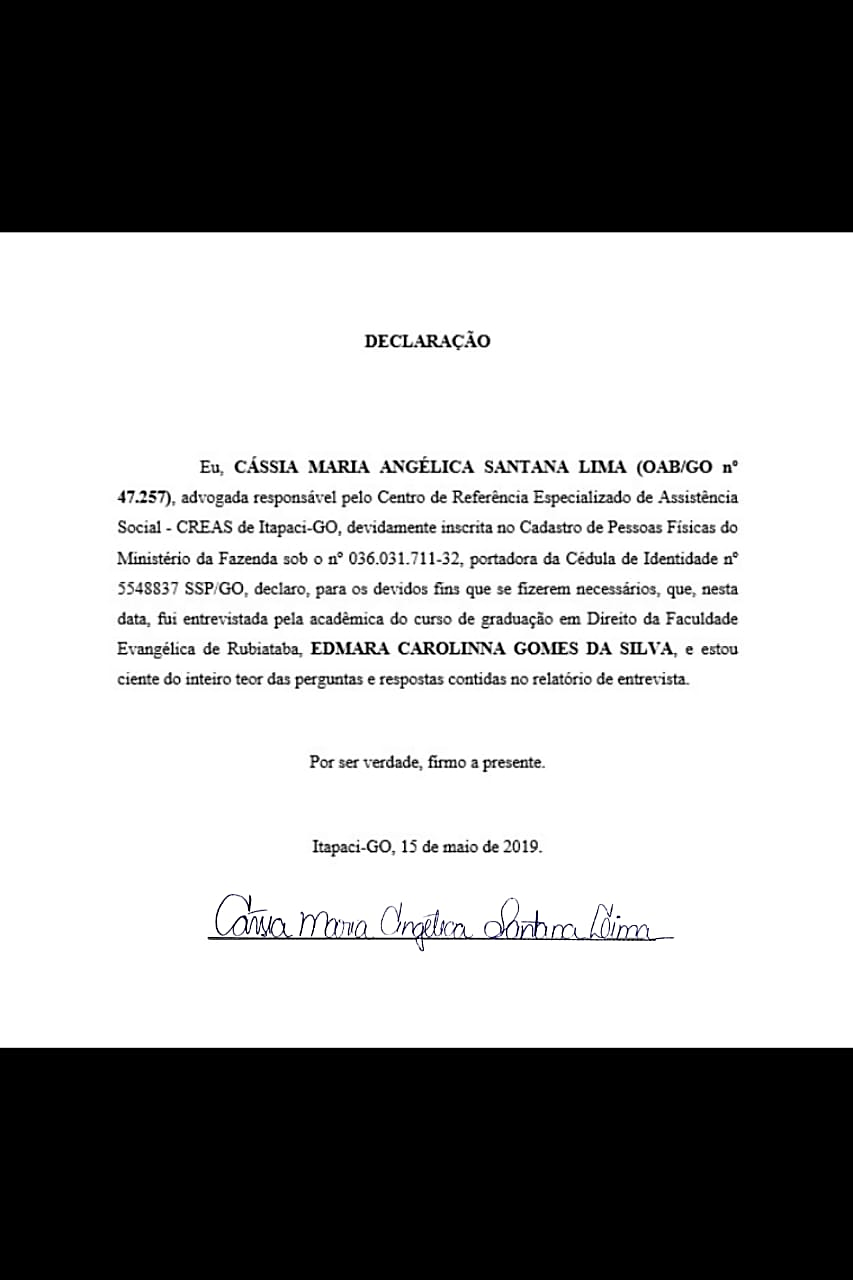
**j) Na sua opinião, por que não conseguimos acabar com a reincidência?**

Devido a ausência de políticas públicas e de punição adequada. Na minha opinião, o investimento em políticas públicas previne o problema, e a punição trata o problema que já ocorreu.

**k) Na sua opinião, há alguma sugestão de alteração no ECA?**

Eu apoio a redução da maioridade penal. É inegável que os presídios ficariam lotados, porém, nós teríamos maior segurança na sociedade. Mas penso que, analisando a situação dos menores, seria melhor que de início cumprissem a medida de liberdade assistida e, caso não surtisse os efeitos esperados, fosse preso.

**APÊNDICE H**



**APÊNDICE I**

**FACULDADE EVANGÉLICA DE RUBIATABA.**

**CURSO:** GRADUAÇÃO EM DIREITO.

**DISCENTE:** EDMARA CAROLINNA GOMES DA SILVA.

**ORIENTADOR:** MÁRCIO LOPES ROCHA.

**TEMA:** AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A REINCIDÊNCIA DE ADOLESCENTES NA PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS NA CIDADE DE ITAPACI-GO.

**QUESTIONÁRIO – POLÍCIA MILITAR**

Este questionário enquadra-se em uma investigação no âmbito de uma monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Direito da Faculdade Evangélica de Rubiataba. O objetivo do presente questionário é analisar acerca de alguns pontos importantes sobre o adolescente autor de ato infracional. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos (monografia).

OBS.: Levar em conta os adolescentes (indivíduos maiores de 12 e menores de 18 anos de idade) que praticaram algum tipo de conduta ilícita na cidade de Itapaci-GO entre os anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

**1. Identificação do entrevistado:**

Nome: LEANDRO PETERSON KASSIM COSTA.

Profissão/Cargo/Função: 2º Tenente, Cmt do 4º Pelotão da 22ª CIPM.

Endereço Profissional: Avenida Goiás, nº 68, Centro, Itapaci-GO.

E-mail/Telefone para Contato: (62) 9 9246-7526.

**2. Questões a serem respondidas:**

1. **Observada a prática de algum ato infracional cometido por adolescente, quais são os procedimentos realizados?**

Na grande maioria das vezes, o que mais observamos diariamente, são adolescentes conduzindo veículos. Quando tal fato ocorre, abordamos o adolescente, chamamos o conselho tutelar e, juntos, levamos o adolescente para a Delegacia de Polícia Civil para realizar o BOC (Boletim de Ocorrência Circunstanciado). Quando são atos infracionais análogos ao homicídio, por exemplo, chamamos o conselho tutelar para acompanhar todo o processo da Polícia Militar.

**b) Quais são os atos infracionais que ocorrem com maior frequência no município de Itapaci-GO?**

Atualmente, os atos infracionais que têm ocorrido com maior frequência no município, são os análogos ao furto e ao roubo, o uso de entorpecentes, e a condução de veículos.

**c) Quais são os principais motivos que levam um adolescente a praticar algum ato infracional?**

Na minha opinião, diante dos casos em que acompanhei, os principais motivos que levam um adolescente a praticar um ato infracional é a falta de estrutura familiar, a falta do acompanhamento dos pais. Eu sempre digo, “pais ausentes, filhos soltos”. É justamente isso que tem ocorrido no município. Os pais estão cada vez menos interessados na vida dos filhos, não procuram saber quem são seus amigos, como estão na escola, onde passam seu tempo livre. Os adolescentes hoje em diz saem e chegam a hora que acham melhor e não possuem nenhum limite.

**d) Na sua opinião, quais são os principais problemas que a Polícia Militar enfrenta frente à ocorrência de atos infracionais na cidade de Itapaci-GO?**

Atualmente não vejo nenhum problema enfrentado pela Polícia Militar diante da ocorrência de atos infracionais. Trabalhamos conforme a lei, estamos sempre nas ruas e quando encontramos algo suspeito fazemos a devida abordagem. Nossos únicos problemas são a reincidência e o fato de os adolescentes nunca ficarem internados, que não chega a ser um problema enfrentado pela polícia, mas sim pela sociedade como um todo.

**e) Na sua opinião, de acordo com a ocorrência da prática de atos infracionais, Itapaci-GO pode ser considerada uma cidade segura ou insegura? Quais as suas considerações acerca da atual realidade Itapacina em relação aos adolescentes infratores?**

Na minha opinião, nosso município pode sim ser considerado seguro. Atualmente o que nos preocupa são os menores que se envolvem com drogas, com gangues e brigam entre si, ocasionando, em muitas das vezes, nas suas mortes. Não é contra a cidade, são contra eles mesmos. Mas diante de tal fato, temos tomado as devidas providências.

Quanto à realidade itapacina, o que falta para os adolescentes, é o acompanhamento e a presença dos pais. Os pais são os principais responsáveis pela formação do caráter de seus filhos.

**f) O senhor teria alguma sugestão de mudança no ECA?**

Sei que muitas pessoas não concordam comigo, mas, na minha opinião, a melhor saída seria a redução da maioridade penal. Concordo que os presídios ficariam cada vez mais cheios, mas a minha preocupação é a rua, são os cidadãos de bens que pagam o preço de adolescentes em conflito com a lei.

O ECA possui medidas brandas. Deveria acabar essa história de que os adolescentes não podem ser punidos. De acordo com a minha experiência, os adolescentes autores de atos infracionais que encontramos dizem que não se arrependem de comer ato infracional, que “não dá nada para eles” porque são menores. Então, na minha opinião, isso tem que acabar.

**g) Na sua opinião, por que ainda não conseguimos acabar com a reincidência?**

O principal motivo de não conseguirmos acabar com a reincidência é o fato do ECA prever medidas muito brandas para os adolescentes que praticam algum ato infracional.

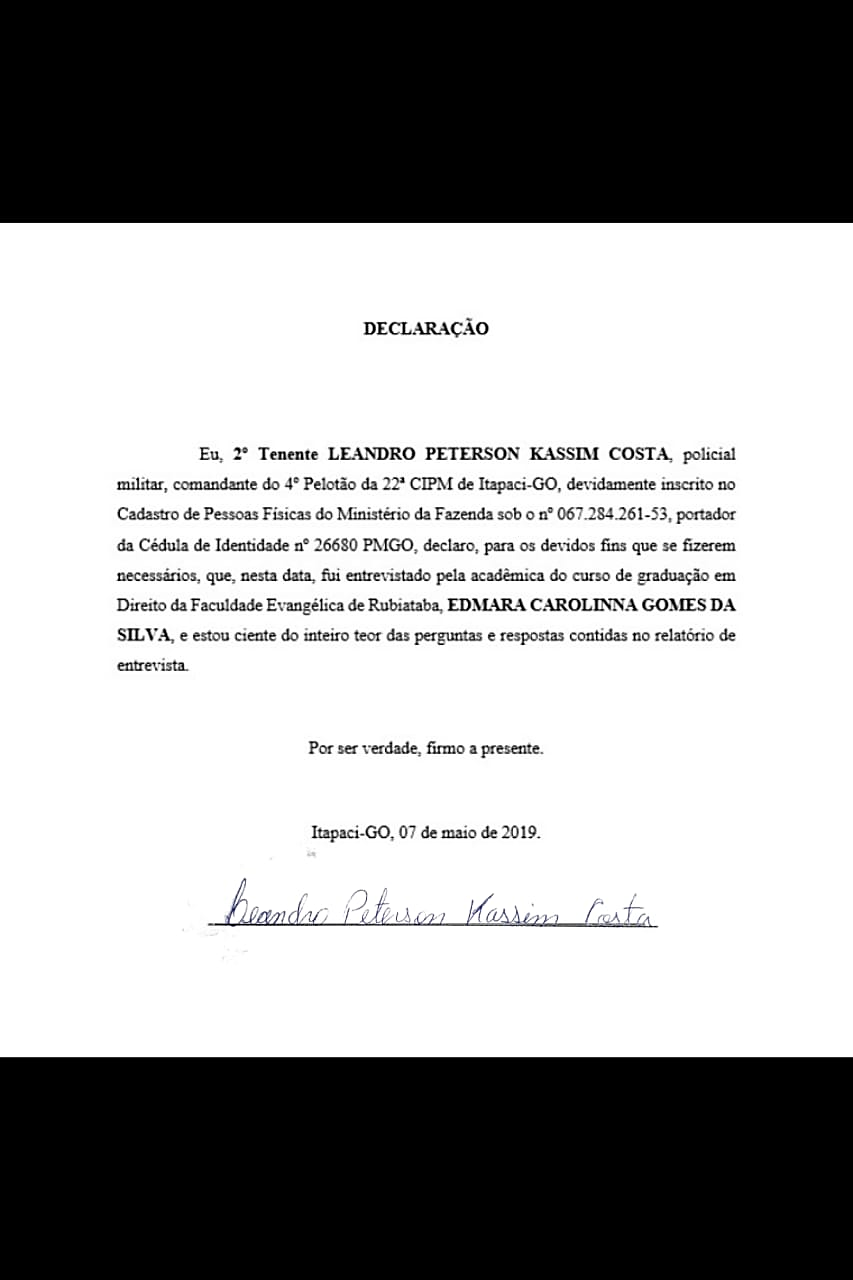
**h) A Polícia Militar realiza algum trabalho voltado para a prevenção de atos infracionais em Itapaci-GO? Se sim, qual?**

Atualmente, temos colocado todos os nossos carros nas ruas e, sempre que observamos algo suspeito, realizamos a abordagem. Além disso, temos o PROERD, que representa a nossa luta contra as drogas, além disso, temos feito muitas palestras nas escolhas, a fim de dar maior conscientização aos adolescentes.

1. **O senhor acredita que se o Estado oferecesse melhores condições de vida aos seus adolescentes, o problema da ocorrência de atos infracionais acabaria?**

Na minha opinião, não acabaria. Se melhores condições de vida fossem solução, não existiriam adolescentes da classe social alta cometendo atos infracionais. O Estado deveria expandir projetos, como por exemplo o Jovem Aprendiz, para que o adolescente fosse incentivado a trabalhar, aprendesse uma profissão e ocupasse a mente. Deveriam ser projetos mais elaborados, com várias atividades educativas. Mas, o principal de tudo, sem sombra de dúvidas, é o acompanhamento familiar.

**APÊNDICE J**



**APÊNDICE K**

**FACULDADE EVANGÉLICA DE RUBIATABA.**

**CURSO:** GRADUAÇÃO EM DIREITO.

**DISCENTE:** EDMARA CAROLINNA GOMES DA SILVA.

**ORIENTADOR:** MÁRCIO LOPES ROCHA.

**TEMA:** AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A REINCIDÊNCIA DE ADOLESCENTES NA PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS NA CIDADE DE ITAPACI-GO.

**QUESTIONÁRIO – PADRE.**

Este questionário enquadra-se em uma investigação no âmbito de uma monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Direito da Faculdade Evangélica de Rubiataba. O objetivo do presente questionário é analisar acerca de alguns pontos importantes sobre o adolescente autor de ato infracional. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos (monografia).

OBS.: Levar em conta os adolescentes (indivíduos maiores de 12 e menores de 18 anos de idade) que praticaram algum tipo de conduta ilícita na cidade de Itapaci-GO entre os anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

**1. Identificação do entrevistado**

Nome: Padre EDVAL RODRIGUES CAMELO.

Profissão/Cargo/Função: Pároco da Paróquia Imaculado Coração de Maria.

Endereço Profissional: Avenida Floresta, nº 58, Centro, Itapaci-GO.

E-mail/Telefone para Contato: (62) 9 8551-8559.

**2. Questões a serem respondidas**

1. **Quantos adolescentes estão cumprindo medidas socioeducativas em Itapaci-GO?**

Nesse momento apenas 1 adolescente está cumprindo a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade. Em 2017, a Paróquia recebeu 12 adolescentes, entre eles, 8 cumpriram totalmente, 3 cumpriram parcialmente e 1 nem sequer apareceu. Em 2018, recebemos 8 adolescentes, entre eles, 5 cumpriram totalmente, 2 cumpriram parcialmente e 1 não apareceu.

1. **A partir de que ano a Paróquia é responsável pela execução e fiscalização das medidas socioeducativas?**

Foi a partir do ano de 2017.

1. **Como ocorre a execução das medidas socioeducativas em Itapaci-GO atualmente?**

No início, quando o juiz de direito Dr. Eduardo nos convidou para realizar esse trabalho de ressocialização, foi decidido que a fiscalização fosse rigorosa. Mas até hoje não tivemos muitos problemas com isso. A nossa preocupação, além de fiscalizar, preencher e enviar relatórios, é realizar com o adolescente o trabalho de direção espiritual, inseri-lo no grupo de jovens da igreja para fazer amizades, etc. Atualmente, na paróquia, os adolescentes podem realizar serviços de digitação, serviços administrativos, serviços de atendimento ao público; serviços de jardinagem, limpeza, organização e podem, também, em alguns casos, ajudar na obra da igreja católica que está sendo reformada.

1. **O que ocorre se o adolescente deixa de cumprir uma medida socioeducativa?**

Nós da Paróquia preenchemos relatórios, aguardamos um tempo para ver se o adolescente vai aparecer, e aí encaminhamos para o Dr. Eduardo.

1. **Quais são as medidas socioeducativas que a Paróquia consegue executar?**

A Paróquia só consegue executar a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, visto que não conta com estrutura para executar outras medidas.

1. **A Paróquia recebe todos os tipos de atos infracionais ou há uma seleção?**

A Paróquia não pode receber todos os tipos de atos infracionais, visto que não tem estrutura para fiscalizar e executar todas as medidas socioeducativas previstas no ECA. Dessa forma, recebemos apenas os adolescentes que praticaram pequenos furtos, se envolverem em brigas, etc. Ocorre também o caso de o juiz perguntar se aceitamos receber determinado indivíduo. Já ocorreu de aceitarmos um caso mais grave, mas este adolescente não tinha acesso à parte interna da Paróquia e cumpria sua medida na obra da igreja.

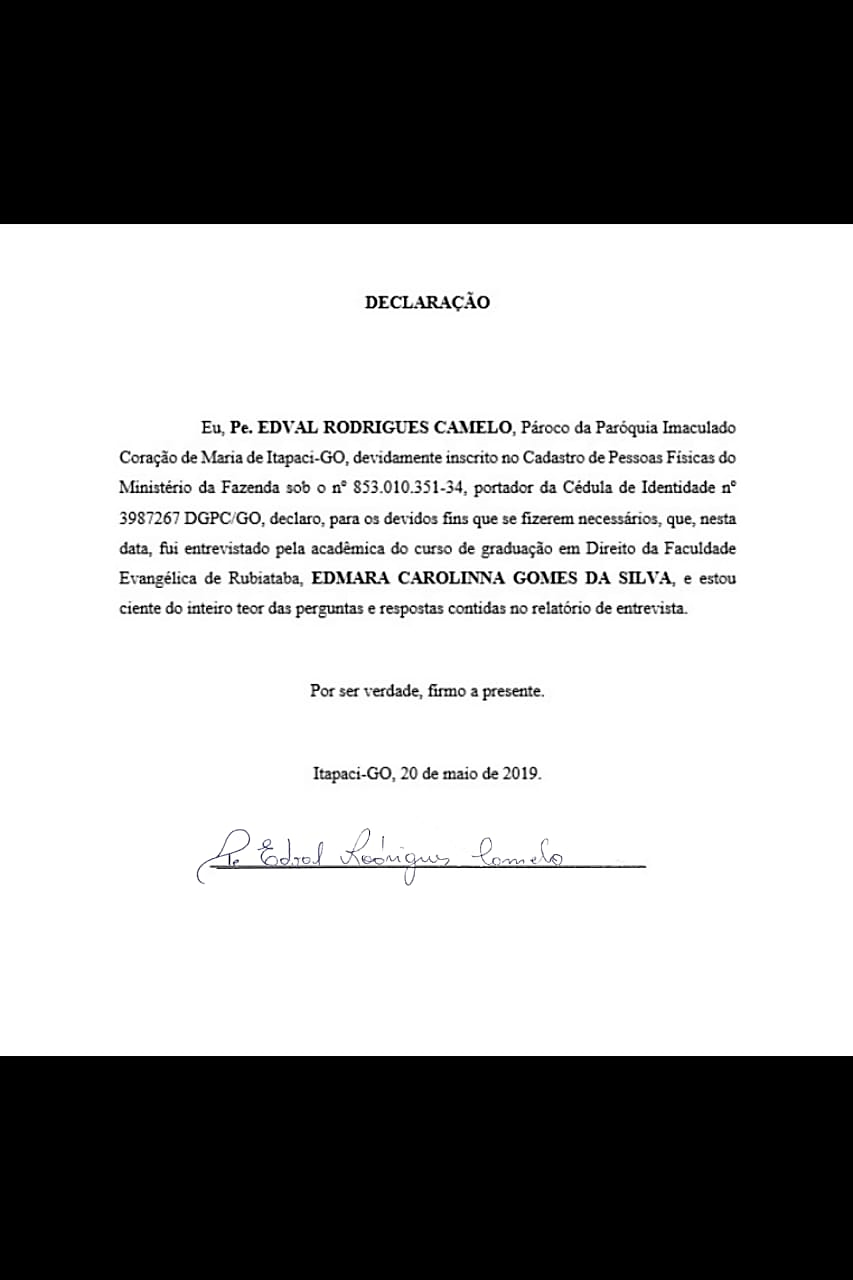
1. **Na sua opinião, quais são os motivos que levam um adolescente a praticar um ato infracional?**

Sem sombra de dúvidas, é a falta de apoio familiar, falta de uma família estruturada.

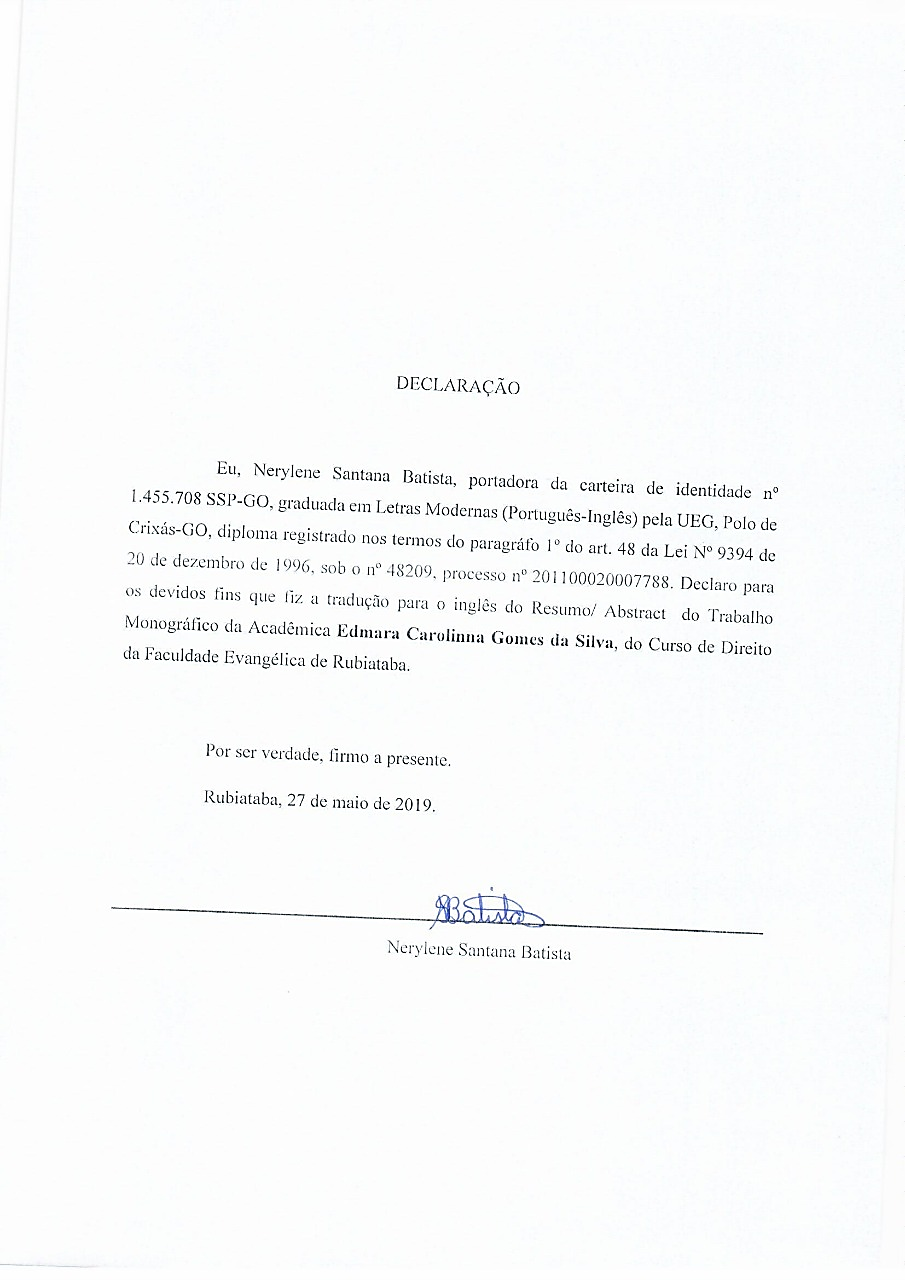
1. **Na sua opinião, por que não conseguimos acabar com a reincidência?**

Porque, na verdade, o trabalho não é bem cumprido. Olhando para a realidade itapacina podemos enxergar tal fato claramente. Até 2016 eram poucos adolescentes que cumpriam medidas totalmente, e o índice de reincidência era maior que o índice de hoje. As autoridades públicas municipais não entenderam que o adolescente autor de ato infracional deve ser ressocializado e que as medidas socioeducativas não servem para punir o indivíduo. A cidade não possui locais adequados para o cumprimento das medidas, a própria família do adolescente não oferece carinho ou apoio. Enquanto existir desinteresse por parte do poder público de reinserir o adolescente infrator na sociedade como um indivíduo devidamente ressocializado e a família não desempenhar seu real papel de família, a reincidência vai existir. Felizmente, conseguimos diminuir um pouco este índice.

**APÊNDICE L**



**APÊNDICE M**



**APÊNDICE N**

